

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JÚLIA MATRAVOLGYI DAMIÃO

**“AJUDAS” E DEMOCRACIA: RELAÇÕES COTIDIANAS DE CUIDADO E
PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DAS MULHERES**

BRASÍLIA-DF

2023

JÚLIA MATRAVOLGYI DAMIÃO

**“AJUDAS” E DEMOCRACIA: RELAÇÕES COTIDIANAS DE CUIDADO E
PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DAS MULHERES**

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Professora Dra. Flávia Biroli

BRASÍLIA-DF

2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

Durante a elaboração desta pesquisa, li que o conhecimento só é possível em comum. Dão sentido a essa frase as trocas que tive com as pessoas que cito a seguir, a quem agradeço no esforço de expressar como foram transformadoras as experiências desta dissertação.

Agradeço à professora Flávia pelo compromisso e pela generosidade: seus textos inspiraram este projeto desde o desenho inicial, e nossas conversas trouxeram reflexões que extrapolam o que pude colocar nestas páginas. Aos colegas, professores e trabalhadores do IPOL e da UnB, pela chance de estudar em um espaço público, vivo e cheio de trocas.

Às professoras Layla Carvalho e Mariana Marcondes, por contribuírem com o texto desde a banca de avaliação do projeto. O compromisso de vocês com essa discussão foi essencial para o resultado. Junto delas, às tantas e incansáveis autoras que, com rebeldia e profundidade, provaram que o debate sobre cuidado deve ser amplo, diário e político.

Aos colegas do PNUD, pelo incentivo ao longo da jornada. Em especial, à querida Moema pelo exemplo e pelas inúmeras oportunidades, inclusive, a de conduzir esta pesquisa.

À minha família, com carinho, pelo incentivo: à minha mãe, Silvia, meu exemplo de compromisso com o que se acredita “e suas muitas teses”; ao meu pai, Alvaro, a pessoa mais generosa que conheço; à minha irmã, baleia e alma-gêmea, Luíza, pela inspiração sensível e dedicada. À vovó Eva, que, com o amor de sempre, torceu pelo sucesso deste trabalho. Ao meu companheiro Henrique, pela rotina doce, e pelas conversas, cafés e cafunés que embalaram a escrita. À Viô, parceirinha canina que esquentou meus pés a cada palavra.

Aos amigos de todos os cantos, pela alegria compartilhada até aqui. Sobretudo à Lívia, que esteve na qualificação, e à Ana Lis, que emprestou o olhar de escritora ao Capítulo 4.

Às Promotoras Legais Populares de Águas Lindas, meu agradecimento e minha admiração. Especialmente à Carla, Isabella e Alice, que me ajudaram com os contatos para as entrevistas. À Rosângela, Caroline e Dona Divina, que fizeram o mesmo sem me conhecer.

Às entrevistadas para essa pesquisa, Adriana, Ângela, Aparecida, Berenice, Carmela, Débora, Emily, Fabiana, Fernanda, Glória, Isabel, Kelly, Leila, Nise, Socorro, Rita e Samara, agradeço a imensa generosidade de, em meio a rotinas exaustivas, dividirem comigo seus desafios e sonhos. Espero que este trabalho faça jus a todos eles.

RESUMO

Esta dissertação analisa a percepção das mulheres sobre o impacto das tarefas de cuidado para sua participação em espaços públicos, buscando compreender se e como, na visão delas, os cuidados “como ajuda” (das famílias ampliadas e vizinhanças) contribuem para que possam nutrir dimensões da vida além do trabalho reprodutivo. O estudo adota uma perspectiva interseccional, observando como se inter cruzam as opressões de gênero, raça e classe, e se divide em duas partes: na primeira, de revisão da literatura, o cuidado “como ajuda” é situado como instância significativa para o debate sobre democracia. Na segunda, de pesquisa empírica, são entrevistadas 17 mulheres que têm tarefas de cuidado como prioritárias em suas rotinas, cujas falas são discutidas em três frentes: implicações coletivas da divisão sexual do trabalho; impactos do cuidado “como ajuda” para participação pública; e interações dessas dinâmicas com o Estado. Constatou-se que, para a maior parte delas, as trocas entre vizinhas, parentes e amigas denotam o reconhecimento recíproco de vulnerabilidades, e são essenciais para o desempenho de funções como ir às compras, buscar ascensão profissional, estudar ou trabalhar, em contextos de recursos restritos e de ausência de estruturas públicas. Permanece uma forte responsabilização feminina, em redes (sempre com outras mulheres) ou sozinhas, enquanto as ações de companheiros e do Estado são vistas como colaborações. Simultaneamente, muitas apontam a falta de tempo e energia para criar tais vínculos de troca, que resultam em exaustão e desamparo profundos. As implicações do neoliberalismo aparecem na discussão tanto na responsabilização dos sujeitos, quanto na ausência de horizontes possíveis para o compartilhamento do cuidado em uma perspectiva de justiça social. As reivindicações que partem das mulheres visando outras configurações de divisão de tarefas são pontuais, visto que esforços coletivos demandam tempo, recurso comprometido pelo próprio cuidado.

Palavras-chave: Gênero; interseccionalidade; mulheres; cuidado; cuidado comunitário; circuitos de cuidado; democracia.

ABSTRACT

This dissertation examines women's perception of the impact of caregiving demands on their participation in public spaces, seeking to understand whether and how, in their point of view, caregiving "as assistance" contributes to nurturing dimensions of life beyond reproductive work. The study adopts an intersectional perspective, observing how gender, race, and class oppressions intersect. It is divided into two parts: in the first one, a literature review, caregiving "as assistance" is situated a significant instance for the debate about democracy. In the second part, which consists of empirical research, 17 women with caregiving tasks as a priority in their routines are interviewed. Their statements are discussed on three fronts: collective implications of the gendered division of labour; impacts of caregiving as assistance on public participation; and interactions of these dynamics with the State. It was found that, for most of them, exchanges with neighbours, relatives, and friends denote mutual recognition of vulnerabilities and are essential for performing tasks such as shopping, seeking professional advancement, studying, or working in contexts of limited resources and the absence of public structures. There remains a strong female responsibility, either in networks (always with other women) or alone, while the actions of partners and of the State are seen as collaborations. Simultaneously, many point out the lack of time and energy to build reciprocal support networks, resulting in profound exhaustion and helplessness. The implications of neoliberalism are seen both in this individual responsibility and in the absence of possible horizons for caregiving from a social justice perspective. Claims against oppressive situations are specific, as collective efforts require time, a resource compromised by the caregiving tasks themselves.

Keywords: Gender; intersectionality; women; caregiving; community care; care circuits; democracy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil das entrevistadas.....	79
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMB	Área Metropolitana do Distrito Federal
CEPAL	Comissão Econômica da América Latina e do Caribe
CME	Cartão do Material Escolar
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUT	<i>Encuestas de uso del tiempo</i>
Fenatrad	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFG	Instituto Federal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEC	Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PIB	Produto Interno Bruto
PMAD	Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PLPs	Promotoras Legais Populares
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SINCA	<i>Sistema Integral de Cuidados de Argentina con perspectiva de género</i>
SNIC	Sistema Nacional Integrado de Cuidados
SPM-PR	Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 POR QUE ESTUDAR RELAÇÕES DE CUIDADO NA CIÊNCIA POLÍTICA?	17
1.1 Público x privado: a impossibilidade de uma esfera privada apolítica	19
1.2 Interseccionalidade e epistemologia feminista nos estudos de experiências cotidianas de cuidado.....	23
1.3 Responsabilização, trabalho e neoliberalismo	30
1.4 Ética do cuidado e cidadania: os estudos sobre a democracia do cuidado	35
1.5 Cuidado, Estado e política pública.....	37
2 RELAÇÕES COTIDIANAS E OS CUIDADOS QUE NINGUÉM VÊ	44
2.1 A categorização por circuitos de cuidado.....	45
2.2 As “ajudas” diante do Estado e da democracia	51
2.3 Cuidado e participação pública: maternagem e estratégias cotidianas	56
3 METODOLOGIA E PERCURSO DA PESQUISA	64
3.1 Opções metodológicas da pesquisa.....	64
3.2 Premissas adotadas nos capítulos teóricos	65
3.3 O processo de escolha e os encontros com as entrevistadas.....	66
3.4 Metodologia de entrevistas	69
3.5 As entrevistadas	72
4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	84
4.1 Eixo 1: Sobrecarga privada, impactos públicos: a percepção das entrevistadas sobre como tarefas de cuidado impactam tempo e renda	85
4.2 Eixo 2: As configurações e os impactos do cuidado como ajuda.....	97
4.2.1 Os desafios de reconhecer o cuidado que ninguém vê.....	98
4.2.2 Os sentidos e as retribuições envolvidos nas trocas de cuidados em famílias e vizinhanças	99
4.2.3 Percepções sobre ajuda, interdependência e isolamento.....	107

<i>4.2.4 Impactos dos vínculos de ajuda no tempo para nutrir dimensões da vida além do cuidado</i>	<i>114</i>
<i>4.2.5 Maternagem e estratégias conjuntas.....</i>	<i>118</i>
4.3 Eixo 3: Interações com o governo	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICE A: Roteiro de entrevista	148

INTRODUÇÃO

A investigação sobre a percepção das mulheres sobre seus vínculos de cuidado a que se propõe esta dissertação pode soar, em um primeiro momento, desvinculada dos temas sobre os quais a Ciência Política tradicionalmente se debruça. Não é. Com essa consideração em mente, optou-se por posicionar o cuidado como área de estudos com implicações sociais e políticas concretas para, então, construir o problema de pesquisa apresentado a seguir.

Uma gama de vivências cotidianas compõe o que se denomina por cuidado. Tarefas tão rotineiras quanto adquirir e preparar o alimento de uma criança, dar remédios a um idoso, manter a higiene do ambiente doméstico, buscar um bebê na creche, acompanhar alguém ao médico, preparar a comida da família, providenciar água, zelar pela saúde e educação dos mais jovens, entre outras, são exemplos de como o cuidado é parte de nossas rotinas. Tais ações, usualmente referidas como parte do trabalho reprodutivo, não costumam ser remuneradas e têm a dimensão relacional como determinante, uma vez que possibilitam meios de vida e são compostas por interações tanto pessoais quanto institucionais (Aguirre *et al.* 2014).

O cuidado é fundamental para a sociedade porque toca a todos em algum momento da vida e, em certas etapas da existência, é a condição definidora de um indivíduo (Guimarães, 2021). Apesar disso, ele se tornou tema de debates acadêmicos nos países anglo-saxões apenas na década de 1970, impulsionado por correntes feministas no campo das Ciências Sociais (Batthyány, 2015).

Na América Latina, a efervescência dos estudos de cuidado se dá nos anos 2000, já com uma perspectiva que supera a discussão sobre a partilha de atribuições dentro dos lares: “se trata de analisar os sistemas políticos, econômicos, jurídicos e culturais que sustentam a feminização das tarefas e suas formas de interação com as dimensões cultural e socioeconômica” (Faur, 2022, *online, tradução nossa*). A socióloga argentina Eleonor Faur prossegue:

Para além da cena em que uma mulher amamenta seu bebê, por exemplo, há um sistema de direitos e relações sociais que qualificam, significam e protegem (ou não) essa prática. Essa mulher tem emprego assegurado? Recebe benefícios sociais ou trabalha de maneira informal? Tem acesso à licença-maternidade suficiente e compartilhada? Tem um companheiro com direito a licenças amplas? A partir de que idade seu filho terá acesso a creches públicas, comunitárias ou privadas? Por quantas horas? Quais serão as estratégias dessa família para suprir as demandas de cuidado conforme passam os anos? Quais os custos econômicos disso? Essas perguntas permitem uma aproximação à estrutura legal, política, econômica e cultural por trás de uma cena cotidiana. Disso se trata observar a organização social e política do cuidado (Faur, 2022, *online, tradução nossa*).

Além de ser interdisciplinar, o cuidado tem sido analisado a partir de diferentes perspectivas inclusive dentro dos estudos de gênero (Marcondes, 2020). São elas: i) a ética do cuidado, a partir do reconhecimento de que todos dependem de cuidados em algum momento da vida (Fineman, 2004; Lorey, 2019 Tronto, 2013); ii) a do trabalho de cuidados, que concentra as contribuições da economia feminista sobre trabalho e seu valor para a organização social; iii) a que discute política pública e direito ao cuidado (Batthyány, 2015; Faur, 2014); e, por fim, iv) a abordagem interseccional, que destaca que classe e raça, entre outras, são determinantes para a estruturação do cuidado, para além do gênero (Akotirene, 2019; Teixeira, 2020).

A partir de tais perspectivas, esta dissertação se insere no desafio de observar as atividades de cuidado como implicações da correlação de arranjos tão complexos quanto a configuração de cada família, as tramas do mercado, os vínculos comunitários e a infraestrutura estatal. Parte-se do princípio de que não há qualquer indivíduo, família, comunidade ou Estado que possa sobreviver sem o cuidado, e de que tampouco está em questão a superação de sua demanda (como se fosse possível uma sociedade na qual não acolhemos os bebês, por exemplo). Logo, é preciso discutir as implicações da responsabilização por essas tarefas.

Esse debate, no entanto, não deve ser feito com foco em ações individualizadas, e sim desde uma percepção coletiva da problemática. A filósofa política estadunidense Martha Fineman (2004, p. 48) argumenta que, se a dependência biológica é universal aos seres humanos, a necessidade do cuidado é coletiva e deve ser motivo de preocupação e obrigação política e social. A Comissão Econômica da América Latina e do Caribe (CEPAL, 2021) endossa esse entendimento: o cuidado deve ser provido como um direito cuja responsabilidade é assumida tanto pela comunidade, como pelo Estado e pelo mercado.

É justamente ao situar o cuidado como produtor das condições de vida, seja para crianças, idosos, seja entre adultos saudáveis (que precisam se alimentar, usufruir de roupas e casa limpas, tomar remédios quando adoecem, e assim por diante), que se pode questionar como as formas evitáveis e inevitáveis de dependência causam prejuízos a quem se responsabiliza por elas.

Enquanto a dependência inevitável é vivenciada por um bebê, que não tem capacidade de se alimentar, limpar ou sobreviver sem o suporte de outra pessoa, a dependência evitável acontece, por exemplo, quando homens saudáveis e capazes optam por depender de cuidados oferecidos por suas esposas: eles estariam aptos a preparar a própria comida ou agendar suas consultas médicas, mas decidem não fazê-lo (Tronto, 2013). Esse vínculo se dá “em termos de uma interdependência, entendida como uma característica humana, porém, com implicações

distintas para diferentes grupos considerando sua posição nas hierarquias sociais” (Ferreira; Mariano, 2020, p. 12). Ambas as formas de dependência precisam ser problematizadas quanto às implicações da responsabilização pelo cuidado.

Um dos motivos para isso é que relações como as dos exemplos acima estão em direta interação com e sob influência recíproca do mercado e do Estado. No que tange às necessidades de cuidado, os núcleos familiares (e, dentro deles, as mulheres) desempenham papéis que seriam dessas instituições, de forma que tanto o mercado como a provisão de serviços públicos muitas vezes são estruturados supondo que elas, de forma silenciosa e invisível, suprirão a demanda de cuidados descoberta pelas estruturas sociais (Fineman, 2004, Faur, 2014).

Isso é verdade especialmente em sociedades extremamente desiguais, nas quais Estado e mercado não abarcam as demandas de uma parcela relevante da população. Por sua ausência, essas instâncias são estruturantes de um tipo de cuidado inserido nos tecidos sociais mais pobres: o cuidado comunitário. Tais conexões têm origem em contextos nos quais não há recursos para adquirir serviços no mercado (como contratar uma babá), tampouco políticas públicas (como creches) para suprir necessidades (Guimarães, 2019).

Essas trocas - da vizinha que “olha” o filho da outra no contraturno escolar, ou da prima que “fica com” as crianças até o horário de abrir a creche, entre outras - podem ser delimitadas pelo conceito de **cuidado como ajuda**, de Guimarães (2021). Ele define conexões onde há permuta de tais compromissos segundo a lógica de dar, receber e retribuir, o que pode ou não envolver trocas monetárias. Ao considerarmos essas práticas em seu conjunto (e não cada ação isolada), notamos que há uma teia de relações entre sujeitos e instituições que as fundamentam.

Assim, considerando os impactos generificados da responsabilização pelo cuidado em sociedades com ampla desigualdade social, esta dissertação entende os laços comunitários como fundamentais para uma análise da relação entre cuidado e democracia capaz de abarcar a complexidade das sociedades com ampla desigualdade social. A partir disso, explora o entendimento das mulheres sobre os vínculos das vizinhanças e como estes impactam a participação delas nos espaços públicos e coletivos.

Nesse contexto, faz-se, em primeiro lugar, um recorrido teórico sobre a importância do estudo do cuidado dentro da Ciência Política e sobre o cuidado “como ajuda” como objeto de pesquisas acadêmicas. Em seguida, a análise parte para uma fase de campo que explora se e como as relações “de ajuda” aparecem na rotina das famílias, priorizando a percepção das mulheres sobre elas. Para tanto, foram entrevistadas 17 residentes da cidade de Águas Lindas, Goiás, que têm tarefas de cuidado como parte de suas rotinas, com foco em suas percepções

sobre se dá a divisão de tarefas nos lares, bem como nas redes familiares e comunitárias de suas vidas, em diálogo com a literatura sobre responsabilização, democracia, politização dos espaços privados e maternidade. Mais detalhes sobre as escolhas metodológicas envolvidas estão no terceiro capítulo.

A investigação busca saber se há e como as mulheres compreendem a possível ampliação de sua participação pública a partir das ajudas, apesar de sabermos que estas são essencialmente fundamentadas por opressões que implicam barreiras de acesso ao mercado e às políticas públicas. Dado que a análise proposta busca inserir-se na epistemologia feminista, tem-se uma pergunta de pesquisa que não pode ser inteiramente confirmada ou declinada, pois **nos interessam prioritariamente as percepções das entrevistadas** sobre os temas englobados por elas. Pergunta-se: de que formas as tarefas de cuidado impactam a posição das mulheres nas relações sociais, incluindo o acesso a recursos e à participação pública? Na percepção delas, as trocas de cuidados “como ajuda” de suas rotinas contribuem para sua participação em espaços públicos? Como?

Vale ressaltar, ainda, que a discussão proposta está estreitamente ligada ao debate longínquo estabelecido pelas feministas negras sobre as disparidades no uso do tempo e na execução do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres, brancos e negros, e nas diferentes classes sociais (Gonzalez, 2020). O racismo estrutural, a desigualdade de gênero, a informalidade trabalhista e a renda, entre outros, posicionam principalmente as mulheres negras diante do desafio cotidiano de prover cuidados em situações de desamparo institucional e de vulnerabilidade social, ecoando a afirmação de bell hooks de que a sistemática desvalorização da “mulheridade” negra não é uma simples consequência do ódio racial, é um método calculado de controle social (hooks, 2019, p. 94).

Por isso, ao pensar nas desvantagens criadas por um sistema que pune quem assume um cuidar necessário, mas desvalorizado, é importante que a análise assuma uma perspectiva interseccional, relacionando a responsabilização pelo trabalho reprodutivo à sobreposição de opressões. Nesta dissertação, entendemos a interseccionalidade como prática social de superação de desigualdades que questiona a existência da “mulher universal” a partir do reconhecimento da inseparabilidade entre racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado (Akotirene, 2020; Collins; Bilge, 2021). A discussão sobre interseccionalidade é aprofundada na seção 1.2.

Segundo a antropóloga argentina Rita Segato, devemos nos afastar de uma perspectiva feminista para a qual a dominação patriarcal é universal, o que viabilizaria uma superioridade

moral eurocentrada para transmitir às mulheres não brancas os avanços no campo do direito sem reflexões ou diferenciações (Segato, 2012). A perspectiva afro-brasileira de ruptura com os conhecimentos autorizados (em geral, institucionalizados, acadêmicos e brancos) soma-se a essa definição e nos mostra que, embora muitas mulheres negras se encontrem nas camadas mais precárias na sociedade, elas não ocupam posições únicas ou sem agência: é delas a problematização que aqui se discute e “é da mulher negra o próprio coração do conceito de interseccionalidade” (Akotirene, 2020, p. 25).

A perspectiva interseccional exposta aqui é também um *pensar situado*, como menciona a cientista social e militante argentina Verónica Gago na obra *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Segundo ela, “a potência do pensamento sempre tem corpo. E nesse corpo se congregam experiências, expectativas, recursos, trajetórias e memórias” (Gago, 2020, p. 12). O termo tem raízes na teoria do ponto de vista (*standpoint theory*), de Sandra Harding (1986), para categorizar epistemologias que têm as mulheres como produtoras de saberes relevantes segundo suas vivências. Se todo conhecimento é situado socialmente, os grupos marginalizados, justamente a partir de onde se situam, identificam questões e fazem perguntas que nos permitem esmiuçar seus dilemas. O pensar situado, ou o ponto de vista, são parciais na melhor das perspectivas sobre os termos: funcionam como portas de entrada, perspectivas, que singularizam experiências.

Justamente a partir do pensar situado, é necessário, logo de início, elucidar de onde partem as análises ao elaborar esta dissertação. As demais opções metodológicas relativas à construção dos capítulos teóricos e à organização da etapa de campo podem ser encontradas no Capítulo 3, que descreve a metodologia de pesquisa.

Visto que este texto aborda temas ainda pouco explorados pela Ciência Política, priorizando pautas e referenciais relativos às demandas cotidianas das mulheres (o que se comprova pela necessidade de dedicar o primeiro capítulo à justificativa da relevância do tema para a disciplina), a escrita da dissertação guarda a tensão entre os incentivos para uma escrita acadêmica sem marcas pessoais, predominantes da Ciência Política, e a crítica feminista que dá relevância às experiências e lugar de onde se percebe o mundo e se produz conhecimento. Por isso, a impessoalidade predomina sobretudo nas discussões teóricas, enquanto a pesquisadora emerge mais claramente, como sujeito que indaga e interage, na análise das entrevistas.

Não obstante a opção prioritária pela escrita no padrão usual, é fundamental assumir a linguagem em primeira pessoa ao esclarecer o interesse pelo tema de pesquisa, de forma que faço uma aproximação à teoria feminista para justificar os motivos que me atraem ao tema

pesquisado. No momento de escrita desta dissertação, não tenho filhos ou pessoas dependentes diretamente sob meus cuidados (para além da interdependência a que estamos todos sujeitos). Desde 2018, me dedico a pesquisas feministas, e o cuidado, principalmente (mas não apenas) em suas nuances cotidianas, me desperta interesse teórico e prático. Dado meu engajamento nas leituras e práxis feministas, estas últimas principalmente no coletivo das Promotoras Legais Populares (PLPs), com as quais colaborei nos últimos dois anos ministrando cursos de Educação Popular Feminista em Águas Lindas de Goiás, surge a disposição em dar voz às mulheres com quem tenho contato e outras em situações similares, destacando suas percepções sobre os impactos da responsabilização pelo cuidado para a participação em espaços públicos.

Assim, esta dissertação persegue as melhores práticas de pesquisa em todos os momentos, ao passo que está alinhada às minhas convicções pessoais e políticas em três principais aspectos: a pertinência do cuidado como tema fundamental de pesquisa, a necessidade de aprofundar nosso entendimento sobre ele em contextos de desigualdades, e a importância de afirmar o cotidiano das mulheres como fonte de saberes e demandas de interesse do fazer ciência. Não se pode pensar a democracia ou a vida das mulheres (e a conexão entre ambos) sem lidar com esses assuntos. Por isso, entendo que a ciência feminista não paira de forma onisciente sobre os movimentos de mulheres: “ou é parte constitutiva desse movimento, ou não é nada em absoluto” (Mies, 1998, p. 69).

Partindo dos argumentos acima, o trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo posiciona o cuidado como um problema pertinente à Ciência Política, visto que ele demanda tempo para sua execução, ou dinheiro para sua terceirização, ambos recursos primordiais para a participação pública (Biroli, 2018). Discute-se a possibilidade de compreender o cuidado como um problema coletivo, contrariando a percepção de que a família é uma unidade abstrata, intocada pelas regras e políticas existentes, isolada em um universo doméstico natural e pré-político. Nesse primeiro trecho, o texto contempla as implicações do neoliberalismo na configuração do cuidado e na responsabilização das famílias, uma reflexão sobre o uso da interseccionalidade como conceito-chave nos estudos do cuidado e os reflexos das políticas de Estado sobre a organização social do cuidado.

Em seguida, a dissertação se aprofunda no cuidado cotidiano e comunitário como uma das formas de pensar as estratégias adotadas pelas famílias brasileiras para abarcar a demanda por cuidado diante de vulnerabilidades sobrepostas, posicionando as “ajudas” diante do Estado e da democracia. Apresentam-se possibilidades de ocupação de espaços públicos e de acesso a

recursos a partir de vínculos cotidianos e suas relações com as estratégias empenhadas para abarcar as demandas de cuidado.

O terceiro capítulo discute a metodologia usada na pesquisa de campo e traz elementos sobre como foi construído o diálogo com as entrevistadas, justificando as decisões adotadas no percurso da análise. O perfil das entrevistadas é apresentado em detalhes, bem como o processo de aproximação desta pesquisa a cada uma delas. O Capítulo 4 segue com a etapa de análise do conteúdo das entrevistas, concluindo o percurso metodológico descrito acima: seu objetivo é engajar-se no debate com as questões teóricas dos primeiros capítulos, em uma análise balizada pela metodologia estabelecida. Dessa forma, a observação das falas coletadas foi discutida com viés crítico à luz do arcabouço teórico que norteia a pesquisa. A análise está dividida em três eixos principais, entrelaçados entre si: divisão sexual do trabalho; cuidado comunitário e “como ajuda”; e relações das mulheres com o Estado.

Constatou-se que, para a maior parte das mulheres entrevistadas, as trocas de cuidado “como ajuda” são pautadas pelo reconhecimento recíproco de vulnerabilidades, e mostram-se essenciais para o desempenho de funções tão elementares quanto estudar ou trabalhar em contextos de recursos restritos e de ausência de estruturas públicas. Ficou evidente, ainda, a predominância da responsabilização feminina, em redes formadas por mulheres ou sozinhas, enquanto as ações de companheiros e do Estado são vistas como colaborações.

De forma concomitante, muitas apontam a falta de tempo e energia até mesmo para criar vínculos de trocas de ajudas que poderiam, de certa forma, desonerá-las, o que resulta em falas que expressam exaustão e desamparo profundos. As implicações do neoliberalismo são vistas tanto nessa responsabilização dos sujeitos, quanto na ausência de horizontes possíveis para o compartilhamento do cuidado em uma perspectiva de justiça social.

Por fim, observa-se que abordagem que organiza toda a dissertação está alinhada ao próprio debate sobre o papel que o cuidado e a reprodução da vida ocupam na organização social, feito justamente “para promover desnaturalizações, e propor, a partir delas, novas maneiras de organizar a sociedade, a economia, o mundo do trabalho” (Teixeira, 2021, p. 118).

1 POR QUE ESTUDAR RELAÇÕES DE CUIDADO NA CIÊNCIA POLÍTICA?

Como mencionado anteriormente, do caráter fundamental e relacional das atividades de cuidado decorre que inevitavelmente há quem se responsabilize por sua execução. As possibilidades oferecidas a quem cuida pelas estruturas e instituições, por sua vez, pautam as lógicas que constituem suas rotinas e chances de participação equânime na vida coletiva. Na prática, cuidar de um bebê que tem vaga garantida em uma creche pública com horários de entrada e saída flexíveis é muito diferente de assumir integralmente a atenção à mesma criança no núcleo familiar.

Sendo assim, parece relevante superar na construção dos problemas de pesquisa o hiato artificial entre o cotidiano dos grupos (em geral, de mulheres negras) que se responsabilizam pelo cuidado e os fenômenos relevantes para a análise da Ciência Política sobre as relações como tema político. Na sequência, aprofunda-se a problematização das esferas em que a democracia é considerada relevante a partir da discussão sobre responsabilização (coletiva ou privada) pela dependência e sobre o papel do Estado para a organização social do cuidado.

Segundo Flávia Biroli (2018, p. 54), o esfumaçamento de temas cotidianos nas análises sobre a democracia se dá, dentre outros, devido a duas concepções restritas sobre quais esferas da vida são politizáveis. A primeira está relacionada ao que foi abordado acima: as relações de cuidado demandam tempo para sua execução, ou dinheiro para sua terceirização, ambos recursos primordiais para a participação pública e política. A autora demonstra que há um paralelo entre posições de desvantagem nas dinâmicas de cuidado e a baixa participação em âmbitos em que leis e políticas são definidas. Isso implica que não apenas os sujeitos permanecem excluídos das esferas decisórias, como, por consequência, que as pautas relevantes para eles deixam de ser abordadas sob sua perspectiva.

Se as demandas de certos grupos sociais são desconsideradas como problemas coletivos, os direitos universais acabam sendo, na prática, traduzidos em um tratamento privilegiado aos membros de grupos raciais, de gênero e econômicos hegemônicos, contrariando seu caráter pretensamente neutro. O afastamento daqueles marginalizados dos processos deliberativos e decisórios faz com que as questões relativas às suas experiências de vida não sejam reconhecidas como relevantes, implicando injustiças na distribuição de recursos públicos (Sacchet, 2012). Por isso, uma concepção de democracia sensível ao gênero (ou seja, capaz de contemplar como relevantes as demandas de metade da população) subverte a divisão entre

subordinação privada e uma suposta igualdade pública, ampliando as esferas em que a democracia é relevante (Phillips, 2011).

Em segundo lugar, as relações de cuidado se dão sempre diante de uma estrutura institucional e econômica que determina padrões de responsabilização e de distribuição de poder. Os próprios arranjos de sociabilidade e solidariedade criados pelas famílias para absorver demandas de cuidado decorrem dessa configuração. Parte desses acertos deriva de decisões políticas, que podem instituir ou não equipamentos públicos que contemplem e reconheçam a demanda por cuidado como necessária às condições de funcionamento da sociedade e de participação igualitária dos cidadãos em espaços coletivos.

Alocação de recursos e normas regulatórias incidem diretamente sobre o modo como cuidamos ou deixamos de cuidar uns dos outros. Se estas estão sendo definidas por lógicas antagônicas às possibilidades de cuidar e de receber cuidado da maior parte da população, falar de cuidado é falar das assimetrias no exercício da influência política e na conformação do mundo (Biroli, 2018, p. 54).

Nesse contexto, as alternativas que as famílias têm para atender a suas demandas de cuidado ficam limitadas às configurações já existentes. As pessoas agem de acordo com papéis culturalmente designados na estrutura familiar, consistentes com a ideologia predominante e com os arranjos institucionais à disposição. Segundo Martha Fineman, “a noção de que é uma escolha individual assumir a responsabilidade pelo trabalho de dependência e os encargos que isso acarreta nos permite ignorar os argumentos sobre responsabilidades coletivas” (2004, p. 71).

De acordo com essa lógica, Eleonor Faur entende que atualmente as instituições têm na ação das mulheres um “pressuposto não explícito” ou, em outras palavras, tanto o mercado como a provisão de serviços públicos são estruturados partindo da premissa de que as mulheres, de forma silenciosa e invisível, suprirão a demanda de cuidados que permaneça descoberta pelas estruturas sociais. Alguns dados suportam essa afirmação: embora não exista determinação institucional, tampouco imposição declarada de que são as mulheres as responsáveis pelo cuidado, um terço das brasileiras (32,4%) com 14 anos ou mais cuida de um integrante de seu domicílio (Brasil, 2016). Dos 10,3 milhões de crianças até 4 anos no Brasil, 84% têm como primeira responsável uma mulher (Brasil, 2015).

Durante a pandemia, a situação se agravou em muitas localidades, sendo que metade das mulheres vivendo em áreas urbanas e 62% das que habitam regiões rurais afirmam que passaram a cuidar de outra pessoa no período (Gênero e Número; Sempre Viva Organização

Feminista, 2020). Diante de dados como esses, para Faur, “as políticas públicas descansam nos verdadeiros malabares que as mulheres realizam de forma cotidiana” (2014, p. 20), ou seja, um eventual equilíbrio entre Estado e mercado só ocorre mediante a responsabilização das famílias (isto é, das mulheres), que se encarregam das demandas não atendidas por ambos.

Fineman afirma que quem subsidia o Estado e o mercado, de fato, são os cuidadores, contrariando a percepção de que o Estado é quem subsidia as mães, por exemplo, com auxílios via políticas públicas. Segundo ela, enquanto o Estado provê benefícios em sua forma mais reconhecida – como transferências de renda derivadas da tributação –, quem realiza tarefas de cuidado gera subsídios em larga escala para a sociedade e suas instituições. “Longe de ser independente, o Estado e as entidades do mercado que ele protege dependem do trabalho de cuidado que reproduz a sociedade e povoa suas corporações” (2004, p. 21).

Por isso, para Eleonor Faur, esse diálogo vai além (embora englobe aspectos fundamentais de sua perspectiva analítica) da pauta do trabalho doméstico e reprodutivo. Transcendem-se as discussões sobre o que acontece nos espaços comumente impostos como privados, sobre os quais falaremos a seguir, para focar no modo pelo qual instituições estatais e mercantis atuam (ou se isentam de atuar) como provedoras de cuidados e o impacto dessa configuração sobre a sociedade. Dessa forma, qualquer análise sobre o bem-estar social estará incompleta caso omita como se organiza o cuidado em determinada coletividade (Faur, 2014, p. 37).

A autora define o conceito de organização social e política do cuidado, o qual usaremos como referência nesse debate, como a estrutura que surge do cruzamento de instituições que regulam e proveem serviços de cuidado e o modo como as diferentes classes sociais os acessam ou não (Faur, 2014, p. 19). Tal definição enfatiza a relação entre sujeitos e estruturas para dar conta das variadas formas de distribuição do cuidado, incorporando um olhar dinâmico para um universo que também o é. Entendemos que essa aproximação permite conexões relevantes com debates na área de Ciência Política, por relacionar experiências e desafios cotidianos a políticas públicas, de maneira sensível às desigualdades no acesso a estas.

1.1 Público x privado: a impossibilidade de uma esfera privada apolítica

A discussão que se estabeleceu até aqui refuta a ideia de que há temas que podem ser restritos a uma esfera doméstica que seria feminina, invisível e apolítica. Um ambiente privado com essas características é presumido pela visão dicotômica da divisão sexual do trabalho, na

qual as atividades produtivas remuneradas, consideradas de âmbito público, são comumente associadas aos homens; e estão isoladas das tarefas de reprodução da vida, ligadas ao trabalho afetivo não remunerado atribuído às mulheres. Essa divisão também determina quais atividades possuem maior valor social adicionado, vinculando os homens às esferas produtiva e decisória. Dessa forma, além da distinção das atividades entre funções “de homens” e “de mulheres”, há também uma hierarquia em que os trabalhos deles “valem” mais que os delas (Hirata; Kergoat, 2007).

Mais relevante ainda é observar que, embora os novos modelos de configuração familiar contemplem possibilidades que superam, em teoria, a lógica do homem-provedor e mulher-cuidadora (dada a crescente participação feminina no mercado de trabalho formal), as mulheres de diversas condições sociais ainda se encarregam, se não como responsáveis prioritárias do cuidado, da tarefa de conciliar as demandas entre mercado e casa.

Quando se discutem padrões incorporados pelas famílias, nota-se que há uma falsa oposição entre as esferas pública e privada na base dos ideais relacionados ao gênero. Tal segmentação entre um universo doméstico isolado e os espaços coletivos pressupõe, em geral, que haveria um ambiente familiar “natural”, “pré-político”, uma unidade hipotética aquém de critérios democráticos para avaliar as relações, e sob a qual o Estado seria incapaz de – tampouco desejaria – incidir.

Para a antropóloga Rita Segato, tal afastamento entre público e privado se dá na América Latina a partir da captura das características políticas dos lares pelo estabelecimento do Estado moderno, uma vez que “o processo de modernização em permanente expansão é também um processo de colonização em permanente curso” (Segato, 2012, p. 12). Sendo assim, toda deliberação sobre o bem comum passa a ser realizada na esfera pública, enquanto o âmbito doméstico é marginalizado do que nele era político. O “encapsulamento da domesticidade como vida privada”, nas palavras da autora, inibe os vínculos de reciprocidade entre as mulheres que anteriormente orientavam tarefas produtivas e reprodutivas à solidariedade. “Isto significa, para o espaço doméstico e quem o habita, nada mais e nada menos que um desmoronamento de seu valor e sua munição política, ou seja, de sua capacidade de participação em decisões que afetam a coletividade toda” (2012, p. 11).

Para esse argumento, a autora se baseia em exemplos de sociedades andinas e amazônicas pré-coloniais em que, embora a separação entre gêneros e seus respectivos espaços fosse clara, “a política, como conjunto de deliberações que leva às decisões que afetam a vida coletiva, atravessa os dois espaços”.

Não existe monopólio da política pelo espaço público e suas atividades, como no mundo colonial moderno. Ao contrário, o espaço doméstico é dotado de politicidade, por ser de consulta obrigatória e porque nele se articula o grupo corporativo de mulheres como frente política. Isto, como indiquei, se rompe com a captura dessa cena e a transformação do espaço público em esfera pública, onde são obrigadas a soar todas as vozes que aspiram à politicidade (Segato, 2012, p. 12).

Embora esses processos tenham se aprofundado nas últimas décadas e haja a pretensão permanente de despolitizar os espaços ditos privados, a visão de que a família poderia se tornar, a partir dessas transformações, um núcleo fora da alçada do poder estatal, no qual as decisões caberiam exclusivamente aos sujeitos, releva o fato de que o Estado sempre interferiu e segue intervindo nos lares de diferentes formas.

Em primeiro lugar, o Estado intercede por meio das normas regulatórias, sejam elas sobre casamento, sexualidade, punição à violência doméstica, duração da jornada de trabalho, entre outras. Em segundo, o poder público tem papel fundamental na provisão de políticas essenciais ao dia a dia das famílias, como creches ou a inserção em programas de transferência de renda. Como terceiro ponto, o Estado exerce o papel regulador dos outros entes envolvidos nas dinâmicas de bem-estar, como o mercado e as organizações da sociedade civil (Faur, 2014). Nesses três casos, muitas das normas e políticas são criadas em espaços decisórios pouco diversos, o que se reflete em leis que absorvem de formas diferentes as demandas de homens e mulheres. O mesmo pode ocorrer quando as decisões são sobre alocação de recursos.

Dessa forma, em vez de isolada e privada, a família está em direta interação com e sob influência recíproca de outras instituições. Fineman (2004, p. 22) sugere que o vínculo entre núcleo familiar e Estado não é de separação, e sim de simbiose, pois o primeiro desempenha papéis que, de outra forma, seriam de entidades do mercado ou do Estado. Há uma interessante discussão sobre o papel do familismo para a organização social do cuidado que pode ser feita a partir dessa perspectiva, ela será mais bem explorada a seguir, no tópico 1.3, sobre responsabilização e neoliberalismo.

As perspectivas que recusam a dependência entre público e privado, no entanto, assumem que as possibilidades de usufruir de direitos básicos em âmbito coletivo poderiam ser isoladas de hierarquias familiares. As conquistas de um indivíduo seriam equivocadamente entendidas como desvinculadas das relações de responsabilidade que este possui na vida privada, sem que a ligação entre um e outro seja sequer aventada como um problema para a participação democrática. No entanto, segundo Biroli (2018, p. 62), essa separação de ambientes configura estruturas de autoridade (de forma invisibilizada) e, mais grave ainda, a

dinâmica social de acúmulo de privilégios. A autora questiona: como é possível que a demanda por cuidado seja vista como responsabilidade exclusiva do âmbito privado, uma vez que ela reproduz desigualdades que demonstram os limites da cidadania universal?

A pretensão de isolar as esferas pública e privada têm consequências significativas, pois, como vimos, tais conceitos são mais do que meros rótulos e, como aponta Fineman, têm implicações práticas e políticas: “eles interagem como designações para alocação dos recursos comuns, incluindo aqueles de poder e de autoridade” (2004, p. 24). A norte-americana argumenta (na obra *The Autonomy Myth*, que data de 2004) que as instituições básicas da sociedade, como família, mercado e Estado, se transformaram ao longo dos anos a tal ponto que se tornou impossível acreditar no sucesso dos arranjos nos quais a família é designada como único repositório da dependência.

Ideias sobre autonomia individual e autossuficiência são limitantes, assim como arranjos institucionais correspondentes, que apoiam a privatização e o mercado como bens absolutos e regulamentação governamental como presumivelmente ruim. Uma consequência disso foi a separação conceitual da família de outras instituições da sociedade e a atribuição a ela de responsabilidade primária pela dependência daqueles considerados não autônomos e independentes. Contrariamente a esta tendência, defendo a adoção de uma noção intergeracional e interinstitucional de responsabilidade coletiva pela dependência (Fineman, 2004, p. 67, tradução nossa).

Partindo dessa premissa, Fineman argumenta pelo deslocamento da discussão sobre cuidado do âmbito privado para o debate sobre equidade na divisão da responsabilidade por tais tarefas: sua natureza universal impede que o cuidado seja responsabilidade exclusiva das famílias sem que isso gere dinâmicas distorcidas de sobrecarga e isolamento para os entes responsáveis. “A universalidade, que acompanha indiscutivelmente a dependência inevitável, forma a base teórica para a afirmação de que a sociedade como um todo deve responder à situação dos dependentes” (2004, p. 68).

A característica abrangente da dependência, ou seja, a consciência de que todos somos ou fomos dependentes em um ou muitos momentos da vida, é central no argumento da autora pela responsabilidade social e coletiva pelo cuidado: “A justiça exige que a sociedade reconheça que o trabalho de cuidado produz um bem para a sociedade em geral. A igualdade exige que esse trabalho não seja apenas contabilizado, mas também valorizado, compensado e acomodado pela sociedade e suas instituições” (2004, p. 68).

Sendo assim, as experiências individuais e coletivas de cuidado remetem necessariamente às normas e políticas públicas vigentes, o que colabora com o argumento de

que este é um problema pertinente à Ciência Política. Avançaremos para discutir, a partir disso, os modos desiguais de inclusão na esfera pública segundo padrões de responsabilização.

1.2 Interseccionalidade e epistemologia feminista nos estudos de experiências cotidianas de cuidado

Como discutido até aqui, o cotidiano e as experiências das mulheres estão perpassados por questões políticas que envolvem relações de poder, acesso a recursos, responsabilização por diferentes atividades e identificação dos problemas coletivos *vis-à-vis* aqueles identificados como pessoais. Nesta pesquisa, escolheu-se olhar para esses temas pela ótica da interseccionalidade, ou seja, a partir de experiências localizadas e do reconhecimento das opressões sobrepostas que incidem sobre elas. Assim, busca-se dar conta de um conjunto variado de opressões sem hierarquizar nenhuma. O entendimento é que seria impossível separar sujeições, sem perceber sua constituição racial, sexual e de classe.

Os argumentos que justificam a adoção da perspectiva interseccional se aplicam também à inserção desta pesquisa no campo da epistemologia feminista, utilizada como fundamento dos capítulos teóricos e das práticas empenhadas nas entrevistas. Enquanto a interseccionalidade é um referencial interpretativo para explicar os fenômenos sociais, a epistemologia feminista opera como teoria abrangente do conhecimento ao colocar em xeque a influência das relações de poder para determinar quem são as pessoas autorizadas a produzir saberes (Collins, 2019). A seguir, estão detalhados os argumentos que justificam a opção por esses dois embasamentos.

Collins e Bilge (2021) definem a interseccionalidade como uma ferramenta analítica para a qual as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, capacidade, etnia, faixa etária, dentre outras, “estão inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (p. 16). Isso significa que as relações de poder que envolvem essas condições não se manifestam de formas distintas, mas se sobrepõem, operando de maneira unificada para afetar cada aspecto do convívio social. A ativista franco-argelina Houria Bouteldja (2016) alerta que a interação de opressões não é vista apenas por quem sobrevive a elas: as estruturas e aqueles em posições de privilégio também estão cientes dos impactos dos mútuos reforços entre categorias de opressão e se apropriam deles como tecnologias de poder.

O termo “interseccionalidade” foi incorporado com maior vigor nas discussões da academia depois que a advogada estadunidense Kimberlé Crenshaw, em 1989, trouxe à tona a invisibilidade jurídica das trabalhadoras negras da General Motors, cujas vivências não podiam

ser explicadas pelas opressões de gênero impostas às mulheres brancas, tampouco se justificavam apenas pelo racismo: somente a sobreposição dos dilemas de gênero e raça dava conta da privação imposta a elas. A publicação desse caso e as reflexões que dele derivaram ampliaram o reconhecimento em âmbito institucional de inquietações que já existiam nos movimentos de mulheres e mesmo na própria academia, onde, segundo Collins e Bilge, a interseccionalidade deu nome “ao que já se conhecia e ensinava” (2021, p. 52). Para as autoras, no entanto, seria equivocado dizer que a interseccionalidade surgiu no momento em que foi nomeada: “a escolha desse ponto de origem específico apaga a história anterior, quando houve uma forte sinergia entre a investigação crítica da interseccionalidade e a práxis crítica” (2021, p. 90).

O apagamento de reflexões e ações de resistência originadas em esferas alheias às tradicionalmente reconhecidas como produtoras de conhecimento também acontece com outros termos vinculados a movimentos e práticas populares. No caso do “empoderamento”, por exemplo, sabe-se que havia locais de resistência cultural e religiosa antes mesmo de que o neologismo “empoderar” fosse acessível às mulheres que criavam refúgios de proteção e de fortalecimento. Assim, segundo a intelectual brasileira Joice Berth, ao reforçar um marco temporal institucionalizado para um conceito baseado em vivências cotidianas, arrisca-se repetir a falácia da epistemologia dominante, que rejeita os saberes distantes da norma (Berth, 2018).

Dessa forma, a interseccionalidade representa a possibilidade de diálogo com as experiências concretas das mulheres a partir do reconhecimento das opressões que incidem sobre elas nos seus cotidianos. Além desse primeiro argumento, a escolha da “lente” da interseccionalidade para olhar as relações de cuidado tem outras duas motivações decorrentes da forma como compreendemos esse conceito: a constatação de que interseccionalidade, mais que uma teoria, é uma prática; bem como a oportunidade de dirigir um olhar crítico e de busca de justiça social para as situações analisadas. Cada um desses três pontos merece aprofundamento.

Em primeiro lugar, quanto ao diálogo com vivências rotineiras, a interseccionalidade reflete inquietações advindas de experiências concretas, existentes desde muito antes do aprofundamento teórico do termo. Assim, como mencionado, os debates relativos a ela emergem a partir das experiências concretas das mulheres e dos ativismos (Akotirene, 2020; Collins; Bilge, 2021; Vigoya, 2016). Ao mesmo tempo, cabe reforçar que seu uso, tanto em instâncias práticas quanto acadêmicas, está estreitamente vinculado ao feminismo negro,

“inclusive, sendo a interseccionalidade uma oferenda analítica de pensadoras feministas negras, trata-se de uma ruptura necessária com a história de hegemonia dos feminismos brancos” (Teixeira, 2021, p. 89). A ensaísta e ativista Audre Lorde, que, em suas palavras, era “negra, lésbica, mãe, guerreira, poeta”, diz: “aquelas de nós que estão fora do círculo da definição desta sociedade de mulheres aceitáveis, aquelas de nós que foram forjadas no calvário da diferença [...] sabem que sobrevivência não é uma habilidade acadêmica” (Lorde, [1979], 2013, *online*).

As vivências compartilhadas por mulheres negras permitem a identificação de denominadores comuns de sobreposição de opressões e de abandono institucional. No Brasil, por exemplo, se enfocamos nos temas pertinentes a esta pesquisa, elas partilham uma sobrerrepresentação nas categorias de trabalho doméstico remunerado que se reflete em informalidade e vulnerabilidade a violências diversas, reforçando o entendimento de que o gênero, sozinho, não explica a sobrecarga de trabalho reprodutivo (Teixeira, 2019).

Segundo Collins e Bilge (2021, p. 44), “ver as ideias e as ações das mulheres negras brasileiras mostra como uma política identitária coletiva emergiu de um entendimento politizado de uma identidade coletiva de mulheres negras com base em experiências comuns de dominação, exploração e marginalização”. Para Lélia Gonzalez, pioneira nas conexões entre categorias de opressão quando pouco se falava no tema, a ausência de um movimento social dedicado a resolver questões específicas das mulheres afro-brasileiras as motivou a criar um movimento próprio (Gonzalez, 2020). Gonzalez nomeou nosso continente de *América Ladina*, materializando a intersecção da opressão colonial com as demais, criticando as lacunas geográficas das epistemologias estadunidenses.

O segundo ponto que justifica o uso de uma abordagem interseccional guarda relação com o primeiro: a interseccionalidade, mais que uma teoria, é uma prática e uma das possíveis formas de acessar as reflexões da epistemologia feminista. Isso significa que não há oposição entre teoria e ação ou vice-versa, e sim a noção de que ambas estão intimamente ligadas e moldam uma à outra. Dessa forma, não existe uma teoria para ser colocada em prática ou uma prática que necessita de institucionalização, mas uma construção mútua, uma interconexão de saberes que potencializa ambas. A interseccionalidade cria, assim, um espaço coletivo de reconhecimento e ação política a partir de vivências compartilhadas, pois “não é apenas um método para se fazer pesquisa, mas é também uma ferramenta para empoderar as pessoas” (Collins; Bilge, 2021, p. 37).

É nessa perspectiva que os capítulos 1 e 2 estão relacionados aos achados desta dissertação. O diálogo entre teoria e prática, ciente das opressões que incidem cotidianamente

sobre as mulheres, pode reconhecer e transformar diferenças em forças ao produzir ciência com referências que fogem aos padrões tradicionalmente aceitos, “pois as ferramentas do mestre não irão dismantelar a casa do mestre. Elas podem nos permitir temporariamente ganhar dele em seu jogo, mas elas nunca vão nos possibilitar a causar mudança genuína” (Lorde, [1979], 2013, *online*).

Considerando a interseccionalidade como forma de empoderamento e a necessidade de construir ideias que dialoguem com os dilemas da população, em “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, Gonzalez traz uma ironia que se aplica a este estudo e a outros que se propõem a dar protagonismo a grupos frequentemente marginalizados. A autora alfineta o descolamento entre a teoria e as experiências vividas ao narrar uma festa na qual os convidados negros ouvem conversas sobre um livro que fala de suas vivências: “chamaram até para sentar na mesa onde estavam sentados fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido [...]. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais que a gente mesmo? Se tavam ali na maior boa vontade ensinando um monte de coisa pra gente da gente?” (2020, p. 75).

As observações da autora demonstram a necessidade de incorporar as implicações das opressões combinadas, dando voz àqueles que sofrem suas consequências e reforçando a pertinência dos saberes que derivam dessa vivência em vez de apenas repetir os modelos continuamente reproduzidos pelas Ciências Sociais. Assim como defende Lorde, se nos ativermos às ferramentas do patriarcado racista para examinar as consequências deste patriarcado, serão poucas as mudanças efetivas (Lorde, [1979], 2013).

A partir dessas observações e da convicção de que as práticas cotidianas das mulheres incorporam um nível fundamental de conhecimento, esta dissertação traz interpretações sobre a rotina das entrevistadas, aproximando o conhecimento acadêmico aqui registrado e os saberes cotidianos presentes em suas perspectivas sobre o cuidado, guardadas as características e responsabilidades envolvidas na elaboração de cada um.

Por isso, como terceiro ponto, ressalta-se que a abordagem interseccional só faz sentido se feita de forma crítica e voltada à promoção da justiça social, consideradas as possibilidades reais de transformação que carrega (Collins; Bilge, 2021). Da natureza essencialmente prática da interseccionalidade para a ação feminista decorrem reflexões críticas, politizando os estudos, e evitando que o termo se torne apenas “a repetição despolidizada de um mantra multiculturalista” (Vigoya, 2016, p. 3). Com essa afirmação, busca-se definir que não estamos tratando de um eixo que contempla todas as opressões sem pensar criticamente sobre elas, e sim de uma perspectiva política e crítica que devemos empenhar ao pensar os temas debatidos.

Um risco semelhante de esvaziamento incide, com frequência, sobre o termo “empoderamento”, que é “muito distorcido e incompreendido, o que se deve em grande parte ao debate acríptico sobre o tema” (Berth, 2019, p. 30).

Na prática desta pesquisa, isso significa incorporar as diferentes formas de incidência combinada das opressões de gênero, raça, classe, idade, capacidade, entre outras, na relação entre teoria e pesquisa de campo. Por exemplo: muitas das entrevistadas têm filhos em idade escolar ou adolescentes. Embora para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) todos os jovens sejam iguais no direito à dignidade, “nem todo menor de idade é visto pela justiça como adolescente, já que as experiências geracionais são diferenciadas pelo racismo, transformando negros em menores e brancos em adolescentes [...] quando raça e gênero se cruzam” (Akotirene, 2020, p. 66). Assim, as identidades interseccionais mencionadas pela autora aparecerão, mais adiante, na análise das entrevistas que compõem a etapa de campo – e seria impossível adentrar as experiências narradas pelas entrevistadas sem compreender as mútuas opressões que incidem sobre a vivência de suas famílias.

Outro exemplo da incidência interseccional de opressões na rotina de parte das entrevistadas se deu em período de pandemia quando, em diversas localidades, as atividades das trabalhadoras domésticas foram consideradas pelo Estado como serviços essenciais, de modo que elas pudessem permanecer trabalhando durante a quarentena mesmo em situações alarmantes de contágio (Ferrito; Maeda, 2020). Essa lógica de essencialidade, claro, não reflete a valorização do trabalho doméstico e de cuidado, ou das profissionais que compõem sua força de trabalho (cujo gênero, raça e classe são bastante definidos), mas sim a sobreposição de opressões e a força das colonialidades de poder daqueles em espaços de decisão, que deixaram essas trabalhadoras desamparadas (Teixeira, 2021). A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), reconhecendo as vulnerabilidades sobrepostas, lançou, no mesmo período, a campanha “Cuida de quem te cuida, deixa a trabalhadora em casa com o salário” (Bianconi, 2021, *online*).

Em alinhamento com os direcionamentos implicados no uso da interseccionalidade como referencial, esse texto se configura dentro do arcabouço da epistemologia feminista. Isso indica, dentre outros aspectos, que se trata de uma forma de fazer pesquisa e de validar ideias que compreende que as interpretações realizadas estão associadas às relações de poder imbricadas nas vivências dos envolvidos. Ou, dito de outra forma, nas palavras de Collins, “longe de ser um estudo apolítico da verdade, a epistemologia indica como as relações de poder determinam em que se acredita e por quê” (2019, p. 456).

A epistemologia estabelece os temas que merecem investigação, os referenciais aptos a dialogar com eles, e a destinação do conhecimento gerado nesse processo, permitindo a expansão dos horizontes aos quais se destina o fazer científico. Trata-se de uma ruptura com outros métodos de estudo já consolidados, pois dá às experiências pessoais e subjetivas o *status* de partes legítimas da produção de conhecimento. Sendo assim, a epistemologia feminista, enquanto abordagem alternativa, valoriza a subjetividade e os saberes práticos provendo novos critérios de adequação metodológica (Collins, 2019; Matos, 2008), o que se aplica às vivências das mulheres entrevistadas para a produção dessa pesquisa.

Contrariando as abordagens positivistas (que demandam distanciamento entre pesquisador e objeto e valorizam diálogos isentos de emoções, dentre outros aspectos), esta dissertação prioriza formas de envolvimento entre entrevistadora e entrevistadas alinhadas às epistemologias críticas, negando que seja prioritário atingir uma pretensa neutralidade ao estudar instâncias longamente marginalizadas como as relações de cuidado. Por trás dessa lógica positivista que se propõe isenta e “mais científica”, existem relações de poder e dominação que permeiam as construções validadas pelas estruturas da ciência (Collins, 2019; Mattos, 2008). Dessa forma, “a realidade social e a verdade não preexistem, mas se constituem nesse conflituoso processo” (Marcondes, 2019, p. 72).

Assim, para Matos, uma das características que dá unidade aos estudos de gênero é seu caráter subversivo de contestação de concepções de conhecimento predominantes na tradição intelectual. Dentre elas, o binarismo que se aplica (e atribui valor) tanto ao gênero, que só poderia ser feminino ou masculino, quanto à própria classificação de um estudo como científico ou não. A negação ao binário, apontada pela autora como uma das possibilidades abertas pela epistemologia feminista, é essencial à compreensão dos temas que aqui se estudam, que, longe de serem “isto ou aquilo”, apresentam-se como paradoxais ou, em suas palavras, “experiências complexas de simultaneidade e concomitância” (2008, p. 342). Essa reflexão busca reforçar que as relações cotidianas de cuidado, de uma só vez, podem conter características de opressão e resistência, coragem e subordinação, presença em ambientes públicos e extremo isolamento, sem que uma das características invalide a outra.

Ao apresentar uma nova forma de compreender a realidade coletiva e individual, segundo Matos, tem-se uma “nova lógica e de nova epistemologia que se acena fertilmente complexa ainda que paradoxal” (2008, p. 342). Assim como dito nos debates sobre interseccionalidade, dar protagonismo às visões de mundo marginalizadas é uma forma de reivindicar a relevância dessas informações, retirando dos ambientes brancos e masculinos a

hegemonia do conhecimento, permitindo ver o mundo segundo uma visão ampla, crítica e, acima de tudo, emancipatória.

Os impactos práticos de incorporar essas perspectivas se refletem, por vezes, em visões diametralmente opostas às que o *status quo* trouxe até então sobre determinado tema. Em *Pensamento Feminista Negro* (2019), Collins exemplifica:

Considerem-se, por exemplo, as diferenças entre a interpretação que as mulheres negras estadunidenses fazem de suas experiências como mães solteiras e a análise dessa mesma realidade pela pesquisa prevalente nas ciências sociais. Enquanto as mulheres negras enfatizam sua luta contra a discriminação no trabalho, a falta de apoio às crianças, as condições inferiores de moradia e a violência nas ruas, grande parte das pesquisas realizadas no âmbito das ciências sociais parece obcecada pela imagem da “rainha da assistência social”, preguiçosa e supostamente satisfeita com essa situação [...] As narrativas pessoais das afro-americanas sobre a experiência de ser mãe solteira são muitas vezes invisibilizadas por metodologias de pesquisa quantitativa que apagam a individualidade para buscar padrões de uso abusivo dos programas de assistência social (Collins, 2019, p. 460).

Em diálogo com essa proposição, na etapa de campo desta dissertação, e considerando a construção metodológica proposta, temos a oportunidade de ouvir mulheres responsáveis por dinâmicas de cuidado em suas famílias falarem sobre os impactos dessas tarefas em suas rotinas, incluindo, naturalmente, a forma pela qual muitas se inserem como beneficiárias de programas sociais de transferência de renda, com destaque para o Bolsa Família¹. Assim como no exemplo norte-americano, a plataforma brasileira, apesar de seus notórios impactos, recebe uma alcunha pejorativa por parte da população (e de uma das entrevistadas, como veremos a seguir), o que difere da visão apresentada pelas demais mulheres participantes da pesquisa. A metodologia focada na individualidade, e que utiliza referenciais interseccionais implicados nos diálogos com as participantes da pesquisa, permite esse acesso epistemológico. Outros reflexos do uso dessa perspectiva constam no Capítulo 3, sobre a metodologia de pesquisa.

Considerando os exemplos apresentados, a interseccionalidade e a epistemologia feminista não são apenas teorias que compõem o arcabouço desta pesquisa, abordagens adotadas como perspectiva transversal do texto, mas, sim, portas de entrada com implicações práticas e críticas para pensar a experiência cotidiana das mulheres, considerando as múltiplas opressões que as afetam.

¹ Segundo o site institucional do governo brasileiro, o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome. Suas dimensões serão melhor exploradas no Capítulo 4. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 30 set. 2023.

1.3 Responsabilização, trabalho e neoliberalismo

Para qualificar o debate proposto nesta dissertação, é preciso incorporar as implicações do contexto neoliberal para as dinâmicas de responsabilização e compreensão do valor e das implicações das práticas de cuidado. Há contínuos debates na Ciência Política, com relevante contribuição de autoras e autores latino-americanos, sobre qual a definição mais precisa para essa nova roupagem do liberalismo clássico e suas dinâmicas subjacentes. Tais controvérsias, no entanto, “não invalidam o poder do neoliberalismo de criar mundos” (Brown, 2019, p. 28).

As diferentes abordagens concordam que o neoliberalismo é um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos e, por consequência, reduzem drasticamente o Estado social, desregulam o trabalho e o capital, além de produzir uma conjuntura de negócios amigável ao capital internacional (Brown, 2019). Os efeitos da imposição dessas dinâmicas se dão em âmbito coletivo, moral, familiar e impactam diretamente a distribuição das responsabilidades de cuidado nos lares e na sociedade, como veremos a seguir.

Embora esteja disseminado em todos os continentes, o fato de o neoliberalismo ter tido sua primeira experiência prática no Cone Sul (o Chile viveu uma ditadura militar na década de 1970 na qual ocorreu a primeira experiência neoliberal do mundo, disseminada em regimes democráticos nas décadas posteriores) demonstra que não se trata de um fenômeno desterritorializado. Ao pensarmos a inserção do cuidado na dinâmica neoliberal, portanto, precisamos geopolitizar a relação entre feminismo e neoliberalismo desde uma perspectiva latino-americana (Biroli; Ballestrin, 2022).

Na América Latina e especialmente no Brasil, o neoliberalismo incide diretamente sobre a consolidação da democracia: “os efeitos combinados e atualizados das dinâmicas neoliberais e patrimoniais parecem contribuir para a descaracterização da ideia democrática de Estado e para a dificuldade histórica da construção da ideia de 'público'” (Biroli; Ballestrin, 2022, p. 9). Nesses cenários de fragilidades institucionais, o neoliberalismo encontra terreno fértil para aprofundar desigualdades e violências.

Ecoada por outros autores, a teórica política Wendy Brown defende que o neoliberalismo incide amplamente sobre nossa existência, abrangendo inclusive aspectos morais. Ou seja, além da transformação de todos os aspectos da vida segundo a lógica de mercado, o neoliberalismo é também um projeto moral e político que valoriza hierarquias tradicionais (Brown, 2020). Na lógica neoliberal, são produzidas subjetividades não

democráticas: o mercado e a moral tradicional governam e disciplinam os indivíduos, enquanto eles seriam livres para tomar decisões ante um Estado isento da obrigação de prover justiça social, distribuir a responsabilização por tarefas de reprodução da vida e de possibilidade de participação na democracia.

Dessa forma, dado o cunho fundamental dos aspectos sobre os quais incide na ordem social, o neoliberalismo posiciona as relações de cuidado na sociedade: a partir de seus atributos essenciais, ele amplia os desafios de distribuição das responsabilidades que já existiam antes da prevalência de suas lógicas mercadológicas e morais.

Se o Estado se omitir de garantir o acesso ao cuidado, não regular o mercado de trabalho (e, por consequência, o tempo de dedicação ao emprego e ao cuidado), e tampouco atuar como nivelador de oportunidades entre homens e mulheres ou entre classes sociais, diminuem ou cessam os investimentos em equipamentos públicos que poderiam dar suporte às famílias. Presume-se, portanto, o “pressuposto não explícito” de Faur (2014), que é a disponibilidade das mulheres para se adaptarem enquanto provedoras dessas tarefas, ou o mercado como alternativa de acesso a tais serviços. Nessa lógica, o Estado incide na estrutura familiar por sua ausência e pela forma como determina e reforça os padrões de responsabilização.

Esse cenário significa uma ausência de alternativas para as mulheres: a implicação delas nas tarefas de cuidado se dá em contextos de escolhas restritas em que os mesmos aspectos estruturais constituem todos os caminhos disponíveis. Dentre eles, Biroli destaca:

O que em outros tempos foi cumprido pela franca dominação dos homens no âmbito familiar é hoje realizado pelas ações casadas do capitalismo neoliberal – que restringe a responsabilidade pública por tarefas que são alocadas para as mulheres –, dos padrões correntes das relações de trabalho – que implicam menor rendimento para elas e exigências incompatíveis com as responsabilidades que lhes são atribuídas no cotidiano doméstico – e, por fim (mas não menos importante), do “familismo”, ideologia que transforma núcleos privados em sujeitos de responsabilidade, reforçando a divisão convencional das tarefas, o exercício da autoridade paterna e as desigualdades entre as famílias (Biroli, 2018, p. 65).

Como mencionado pela autora, bem como nas discussões anteriormente postas neste texto, o neoliberalismo determina muitas das condições impostas aos trabalhadores: empregos precários, recuo de leis trabalhistas, valorização da concorrência e da autonomia de forma crescente, dentre outras. Nesse cenário, a reprodução da vida passa a ser vista como responsabilidade individual (Lorey, 2019). Assim, a precarização contribui para uma forma individualizada de pensar o cuidado: este seria responsabilidade das pessoas e de suas famílias; não do Estado, tampouco dos empregadores.

Nesse contexto, é sintomático que o aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho formal e remunerado não tenha sido acompanhado por uma maior responsabilização dos homens pelas tarefas de reprodução da vida, mas sim por uma redistribuição via mercado de parte desse trabalho para outras mulheres, em geral negras (essas desde sempre integrantes da força laboral informal); ou pela partilha de responsabilidades com as mulheres da família e da comunidade. Não apenas a responsabilização permanece feminina nas alternativas de cuidado aventadas; como a mercantilização do cuidado funciona, em geral, enquanto forma de aprofundar as desigualdades entre mulheres.

Essa análise se confirma quando verificamos que o acesso ao mercado para a terceirização de serviços domésticos mantém-se como uma opção restrita nos lares brasileiros. No Distrito Federal, por exemplo, a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD, Codeplan, 2021) nota que apenas 15,8% das casas acessam os serviços de diaristas, e 7,6% de mensalistas. O relatório “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” indica que 42% das responsáveis pelo cuidado de outra pessoa o fizeram, no período de crise sanitária, sem receber apoio de fora do núcleo familiar. A raça é determinante dessa configuração: o suporte de instituições é uma realidade para 15% das entrevistadas, das quais 56% são brancas. Somente 12% das respondentes contratam terceiros para o cuidado, 52,4% delas brancas (Gênero e Número; Sempreviva Organização Feminista, 2020).

Além disso, especialmente no contexto neoliberal, a própria participação na força laboral não se estrutura segundo uma lógica que viabilize a conciliação do trabalho em horário comercial com as obrigações relacionadas à dependência. Para Fineman (2004, p. 77), as expectativas do mercado ignoram as demandas de cuidado ao assumir que o trabalhador estará disponível para horas extras e dedicação exclusiva, deixando os custos de compatibilização das jornadas para os cuidadores, em vez de distribuí-los igualmente entre todos os que se beneficiam do trabalho de cuidado realizado.

Mesmo nesse cenário em que as mulheres são parte da força de trabalho formal (e não mais exclusivamente dedicadas ao trabalho reprodutivo ou ao mercado informal), a divisão sexual do trabalho ainda dita as formas dos empregos e, na conjuntura neoliberal, até mesmo da flexibilização, tipificando a precarização segundo o gênero. Essa constatação gera um paradoxo, como mostram Hirata e Kergoat (2007, p. 601): enquanto cresce o número de mulheres precarizadas, o capital econômico, cultural e social daquelas ativas no mercado formal também aumenta. Para as autoras, surge, assim, uma camada de mulheres privilegiadas cujos interesses diretos são opostos aos das precarizadas.

Ainda sobre a relação entre mulheres, neoliberalismo e mercado, cabe considerar a necessidade fundamental de revisar o que entendemos como trabalho. A divisão sexual do trabalho cria uma diferenciação artificial entre espaços públicos (masculinos) e privados (femininos), reservando exclusivamente aos primeiros as atividades consideradas produtivas. Sendo assim, trabalho seria apenas o que se cumpre fora da família, excluindo quaisquer ações realizadas no lar. Contudo, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), há 16,4 bilhões de horas dedicadas ao cuidado não remunerado todos os dias ao redor do mundo, três quartos (76,4%) delas realizadas exclusivamente por mulheres. Essas ações fundamentais para a manutenção da vida, ainda que desconsideradas como atividades produtivas, chegam a totalizar entre 16 e 23% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países (CEPAL, 2021).

Duas conclusões essenciais ao debate surgem dessas premissas: a primeira, de que o cuidado desempenhado nos lares não apenas é um trabalho em si, como também condição de realização das outras atividades ditas “produtivas”. A segunda, de que incorporar o trabalho invisível das mulheres em nossa compreensão da economia pode transformar nosso entendimento de todo o conjunto da força produtiva.

Isso porque, ao pensar sobre o valor e a produtividade do trabalho de cuidado, segundo a intelectual argentina Verónica Gago na obra *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo* (2020), uma análise crítica deve ponderar quem pertence à classe trabalhadora em uma visão feminista da economia. Nesta, não se reivindica ocupar no competitivo mundo neoliberal a mesma posição dos homens, mas, sim, medir o diferencial na exploração das mulheres, refletindo uma nova possibilidade analítica de todo o conjunto.

Ao direcionar o foco para a singularidade do trabalho dos corpos feminizados, vemos a exploração de um modo novo. Sendo assim, não estamos diante de uma agenda restrita ou limitante, mas de uma “perspectiva singular na qual se visualiza o conjunto a partir de uma conflituosidade concreta” (Gago, 2020, p. 144). Isto é: não deveria surpreender o fato de que as mulheres não são entes externos à análise econômica. Sua inclusão enquanto seres produtivos reformula a economia tradicional e nos leva a repensar como as ações de cuidado são dadas como pressuposto para o funcionamento da sociedade, independente do esforço implicado em sua realização (Gago, 2020).

Sendo assim, a constatação de que é falaciosa a oposição entre produção e reprodução (como se uma não fosse premissa da outra) nos permite repensar também a crise da reprodução social que se aprofunda especialmente no contexto regional da América Latina, diante do incremento brutal do trabalho feminizado, superexplorado e convocado a substituir o Estado.

Nesse caso, a privatização de serviços públicos e a restrição de seu alcance resultam que “essas tarefas (saúde, cuidado, alimentação etc.) devem ser supridas pelas mulheres, lésbicas, travestis e trans, como tarefa não remunerada e obrigatória” (Gago, 2020, p. 199).

As consequências da privatização do cuidado ultrapassam as relações individuais, e se apresentam como pilares da reprodução da miséria e das desigualdades nas sociedades contemporâneas. Para Fineman, percebe-se que a aplicação do livre mercado ao trabalho de cuidado não está funcionando pelos indicadores de pobreza e de responsabilização feminina, dos quais derivam outras mazelas sociais. “As implicações dessa abordagem *laissez-faire* para a política social demonstram quão pouco a economia tem a oferecer à justiça. O mercado não se envolve, e o Estado é percebido como último recurso, o refúgio da família falida” (Fineman, 2004, p. 74). Segundo Biroli (2018), para superar essa situação, seria necessário redefinir a própria noção de responsabilidade, expondo os níveis individual e coletivo das obrigações sociais.

Nesse debate, está refletida a crise do cuidado do capitalismo neoliberal posta pela teórica feminista Nancy Fraser (2016), que coloca de um lado da equação a reprodução da vida, que torna a força de trabalho viável e é indispensável à produção capitalista e, de outro, a essência do capitalismo, baseada na maximização dos lucros, que tende a desestabilizar os mesmos processos de reprodução social dos quais depende. Faur (2022) complementa com um ponto crucial: a crise não é uma consequência desse sistema, mas parte intrínseca da viabilidade de seu funcionamento.

Diante do acesso restrito ao cuidado via mercado, as opções disponibilizadas pelo poder público são fatores-chave da discussão, pois condicionam de forma significativa tanto a vida cotidiana dos lares (muitas vezes, enquanto únicas soluções acessíveis), como as representações sociais que elaboram seus integrantes. Em pesquisa sobre os “malabares” que as mulheres da periferia de Buenos Aires realizam para acomodar o cuidado de filhos pequenos, Faur (2014, p. 112) percebeu que, diante de um Estado que provê cuidado de formas distintas a diferentes grupos sociais, as mulheres não se enxergam enquanto sujeitos de direito do cuidado. Elas deixam de reconhecer a ausência do Estado em aspectos em que entendem que a obrigação de supri-los não caberia às instituições públicas.

Se a ação estatal pode incidir nas relações de gênero oferecendo alternativas ou apenas atribuir às mulheres certas responsabilidades, no contexto neoliberal, vemos o impacto direto da retração da ação do Estado e das privatizações no trato cotidiano doméstico. O neoliberalismo, dentre outros fatores econômicos e morais, exime o Estado de seu papel de

promotor de justiça social, provendo altos níveis de precarização do trabalho, que implicam grande competitividade, pouca regulação, bem como salários baixos e horários incompatíveis com a conciliação de demandas; e, como resultado dessa combinação, o “familismo”, ideologia que transforma núcleos privados em sujeitos de responsabilidade do cuidado (Biroli, 2018). A exacerbação da responsabilidade feminina pelo trabalho reprodutivo refletida na presente discussão é uma consequência dessa somatória de fatores.

1.4 Ética do cuidado e cidadania: os estudos sobre a democracia do cuidado

Apresentada a conjuntura neoliberal de apreço à autonomia como negação daquilo que é comum e de individualização do cuidado, apresentam-se abordagens da crítica feminista que propõem uma transformação radical de como entendemos a inserção do cuidado na organização social. Nessa perspectiva, este deixaria de “pertencer” ao ambiente doméstico para ser posicionado como inerente à condição humana e, portanto, passa a ser central para discussões sobre democracia, ética, sociedade e participação (Lorey, 2019; Tronto, 2013). A seguir, estão reunidos alguns insumos para pensar a relação entre cuidado e democracia: a argumentação teórica a favor do cuidado democrático, bem como as críticas que sugerem revê-la tendo as desigualdades de raça, gênero e classe como ponto central e estruturante.

Para a pesquisadora e teórica estadunidense Joan Tronto, reconhecer nossa vulnerabilidade inter-relacionada mudaria a forma como pensamos as responsabilidades sociais. Por isso, ao estudar sua importância para a democracia, devemos falar do cuidado democrático, que se refere à ampla distribuição de responsabilidades pelo cuidado, e não de ações individuais (Tronto, 2013, 2017).

Segundo ela, embora seja impossível distribuir igualmente a execução das tarefas de cuidado entre todas as pessoas, todos seriam capazes de refletir sobre a natureza dessas atividades e a respectiva alocação de responsabilidades. Uma das cinco dimensões morais que a autora propõe para pensar o cuidado é chamada de “cuidar com” (*caring with*)², e ocorre quando as pessoas podem contar com um ciclo contínuo de cuidados de outras e de estruturas institucionais para atender a suas necessidades (Tronto, 2017). Essa perspectiva ética, fundamentada na interdependência dos atores e estabelecida como alternativa à individualidade

² Em 1990, Tronto propôs cinco dimensões morais para o cuidado: cuidar de (*caring about*), importar-se com (*caring for*), oferecer o cuidado (*caregiving*) e recebê-lo (*care receiving*). Em 2013, ela somou uma quinta dimensão: cuidar com (*caring with*), considerada para as análises propostas neste trabalho.

neoliberal, permitiria uma avaliação das democracias utilizando como valor de referência um cuidado igualitário, adequado e acessível (Biroli, 2018).

Assim como na proposta de responsabilização comum de Fineman, a partir da percepção de que todas as pessoas precisam de cuidado em um ou muitos momentos da vida, a teoria de Tronto propõe uma ruptura com os padrões que relegam o cuidado exclusivamente ao ambiente doméstico, ou a demandas de pessoas dependentes (uma vez que a dependência seria comum a todos). Ao abandonar o âmbito privado, a discussão deixaria de ser feita sempre em esferas distantes do cotidiano dos responsáveis prioritários pelo cuidado.

Incluir mulheres, negros, migrantes, pessoas LGBTQ+, pessoas com deficiência, trabalhadores e outros grupos vulnerabilizados nas esferas públicas de discussão não significa apenas ampliar o número de pessoas capazes de opinar sobre determinada agenda: os excluídos de processos decisórios têm seu perfil constituído justamente por essa alienação, e usam de sua percepção e de vivências anteriores para pautar os julgamentos que passariam a compor as discussões coletivas (Tronto, 2013). Se o cuidado em geral tem gênero, raça e classe definidos, incluí-lo como pauta pública de discussão traria como consequência uma reconsideração de como pensar esses fatores.

De forma semelhante a Tronto, as teóricas e ativistas do coletivo espanhol *Precárias a la deriva* sugerem o conceito de “cidadania”, neologismo para propor uma “cidadania do cuidado”. A cidadania, assim como o “cuidar com”, propõe que a interdependência seja considerada fundamental para o funcionamento da sociedade e participação na democracia. Segundo a compreensão do cuidado como essencial para a organização social, este poderia se tornar um ponto de partida para as considerações político-econômicas (Lorey, 2019). Dentre outras interessantes perspectivas sobre o tema, essa abordagem destaca-se, com a de Tronto, como referencial para discussões sobre a inserção do cuidado na organização social por sua ênfase na interdependência como fator determinante para pensar o cuidado.

O cuidado democrático é uma abordagem teórica normativa, ou seja, sugere características que as relações de cuidado devem ter para serem consideradas democráticas, mas não as analisa empiricamente. O uso de hipóteses discutidas na teoria (incluindo o “cuidar com”) como um dos referenciais para a análise do cuidado, com perspectiva da Ciência Política, é uma proposição desse texto.

De uma perspectiva crítica, embora a interdependência seja, para Tronto e outros acadêmicos, um ponto central da discussão sobre formas mais democráticas de cuidado que

consideram relevantes as diferenças de raça, gênero³ e classe, há autoras que apontam que só é possível discutir o assunto *a partir* da ênfase nas profundas diferenças de raça, gênero e classe que pautam as relações de cuidado.

Ao colocar a desigualdade como ponto central de análise, seria possível abarcar as relações de poder que envolvem as experiências empíricas de cuidado, sem tomar como dadas ou irrelevantes as desigualdades constitutivas dessas relações (Araujo, 2018). Segundo essa percepção presente na obra de Araujo, não seria viável discutir a dependência mútua entre indivíduos sem considerar, prioritariamente, as diferentes formas pelas quais as estruturas institucionais colonizam seus afetos; ou, ainda, criar um referencial ético ideal para os vínculos de cuidado sem priorizar as possíveis subordinações entre mulheres e as perspectivas de pessoas de distintas classes sociais, raças e gêneros.

Essa crítica entende que as ideias de ética e de democracia do cuidado criam fundamentos baseados nas experiências de mulheres privilegiadas, e não considerariam características essenciais das relações de cuidado que fogem a um padrão preestabelecido, entendido como universal. Para além das implicações de cada aspecto no acesso ao cuidado, as relações *entre* categorias são variáveis e extremamente relevantes para a configuração de alternativas de acesso ao cuidado (Vigoya, 2016).

O impacto da responsabilização familiar e feminina pelo cuidado para a reprodução de desigualdades está no cerne de propostas alternativas de divisão de encargos entre Estado, mercado e famílias. Em teorias que propõem formas mais democráticas de distribuir essas tarefas como a do cuidado democrático (Tronto, 2013), ou da cidadania do cuidado (Lorey, 2019), a interdependência inerente aos indivíduos é utilizada para demonstrar o caráter prioritário das tarefas de cuidado para a organização social. Em ambas, extrapola-se o debate sobre trabalho doméstico e reprodutivo, diminuindo os encargos naturalizados dos sujeitos, para incluir aspectos políticos e econômicos que configuram a organização social do cuidado.

1.5 Cuidado, Estado e política pública

Para concluir esse primeiro capítulo, retomamos o debate discutido acima: o Estado incide, tanto via regulamentação, provisão de serviços e benefícios, quanto por sua ausência,

³ Embora discussões sobre gênero sejam presença quase unânime em estudos sobre implicações da designação desigual de tarefas de cuidado, optou-se por manter o termo ao falar sobre desigualdades que ainda persistem nas discussões, considerando que seu uso predominante se refere a papéis tradicionais de gênero em famílias heterossexuais. O termo consta neste trabalho de modo a contemplar a pluralidade de relações possíveis.

na distribuição das tarefas de cuidado, impactando principalmente os lares vulneráveis. Para analisar detidamente a atuação das instituições públicas nessa área, é importante observar de que forma elas compreendem a demanda por cuidado: ou seja, quem são os agentes cuidadores (Estado, mercado, comunidade ou família), onde se deve cuidar e quem precisará arcar com os custos desse cuidado. Na prática, as políticas se alteram de forma significativa se o governo atua estritamente para proporcionar mais tempo para que apenas as mães se dediquem a essas tarefas; ou se desenha regimes amplos de compartilhamento de responsabilidades, como discutiremos a seguir.

A partir da experiência latino-americana, Batthyány (2015) observa que, se o cuidado é compreendido como um *direito* individual e coletivo, a ação do Estado passa a se pautar pela responsabilidade global e pública tanto com pessoas que necessitam de cuidados, como com quem cuida, o que incide até mesmo na forma como entendemos o que significa cidadania.

Segundo essa perspectiva, o Estado é fundamental para garantir que o direito de receber cuidados com dignidade e em diferentes circunstâncias não seja condicionado pela lógica do mercado, pela disponibilidade de renda ou pela presença de redes de vínculo. Igualmente, desde a óptica das pessoas cuidadoras, o direito ao cuidado permite decidir ou não cuidar e que as condições em que se realize o cuidado sejam seguras e dignas. Isso transforma a relação entre indivíduo, família e Estado, que passa a ser baseada na responsabilidade compartilhada. Nessa equação, o Estado, enquanto representante da coletividade, deve responder à dependência: não como um incentivador de soluções individuais, mas tratando o cuidado como questão primária e essencial para a preservação da sociedade (Aguirre *et al.*, 2014; Fineman, 2004).

Ao atender às demandas de cuidado, no entanto, as intervenções realizadas pela via institucional podem reforçar ou romper padrões desiguais de responsabilização, já que é a orientação estatal como ordem simbólica que incute a noção de quais obrigações pertencem às famílias. Ao limitar sua assistência às mulheres inseridas no mercado de trabalho, por exemplo, o Estado iria contra o entendimento do cuidado como direito amplo, que determina que os arranjos institucionais, financeiros e normativos não sejam destinados a um grupo específico, e sim acessíveis a todos que assim o desejarem (Pautassi, 2010).

Além disso, se as políticas se limitam a garantir que as mulheres possam se encarregar do cuidado, fica implícito que essa responsabilidade lhes pertenceria de fato. O Estado influencia o que é pressuposto de cada gênero, os papéis atribuídos, a oferta de serviços e a infraestrutura disponível, pois cada regime tende a confirmar ou transformar a história da divisão sexual do trabalho (Faur, 2014). Para uma divisão igualitária, a designação de direitos

às mulheres precisaria ser feita por sua posição enquanto cidadãs – e não apenas enquanto mães – e o acesso ao cuidado teria de ser assegurado por um conjunto amplo de normativas de distribuição de tarefas. No entanto, “a ação do Estado no campo da assistência é geralmente limitada à proteção das mães trabalhadoras no âmbito do regime formal de trabalho e à prestação de cuidados aos filhos” (Batthyány, 2015, p. 19).

Na América Latina, as transformações no entendimento de qual deve ser o papel do Estado nas políticas públicas de cuidado podem ser observadas nas discussões das Conferências Regionais da Mulher, cujos debates foram qualificados pela CEPAL como “profundos, progressistas e integrais”. Apesar dos aspectos inovadores desses eventos, no entanto, a perspectiva feminista utilizada nem sempre preservou a raça como critério prioritário de suas resoluções. Segundo a intelectual brasileira Sueli Carneiro, o movimento feminista da região, por vezes, tardou em reconhecer a dimensão racial como fundamental no diálogo sobre gênero: “Essa temática da mulher negra invariavelmente era tratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina” (Carneiro, 2011, p. 112).

Os avanços em termos institucionais verificados na região nesse período, como veremos, incluem reformas constitucionais (na Bolívia, no Equador e na Venezuela), mudanças legislativas, pesquisas públicas sobre o uso do tempo e, em alguns casos (como no Uruguai), o desenho de sistemas públicos de cuidado (Batthyány, 2015). Atualmente, avançam na implementação de sistemas nacionais e integrais de cuidado (com diferentes graus de desenvolvimento) os vizinhos Argentina, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru e República Dominicana. O pioneiro na implementação de políticas do tipo é o Uruguai, que, em 2015, promulgou a Lei n. 19.553, criando o Sistema Nacional Integrado de Cuidados (SNIC).

O pioneirismo uruguaio é resultado da união de conhecimentos entre academia, movimentos sociais e governo realizada desde a ascensão da Frente Amplia, partido de esquerda que chegou ao poder em 2005: há relação direta entre as pesquisas acadêmicas contemporâneas do país e os conceitos que fundamentam a legislação. Com as políticas sociais como prioridade do governo (no mesmo período, foram articuladas reformas nos sistemas de saúde, tributário e previdenciário), o desenho do que se tornaria o SNIC inicia-se oficialmente em 2010, quando é criado um grupo de trabalho dedicado à política, agregando dados das enquetes nacionais do uso do tempo realizadas desde 2003 (Aguirre *et al.*, 2014).

Como o próprio nome diz, as *encuestas de uso del tiempo (EUT)* esmiúçam a rotina da população para descobrir como diferentes cidadãos distribuem tarefas diárias. Seu uso mostrou-se efetivo para embasar o desenho de políticas de governo, o que ampliou sua aplicação desde a primeira edição, realizada em 2003 na área metropolitana de Montevidéu. O exercício se repetiu em 2007 e novamente em 2013 com ampla cobertura nacional, sendo replicado na América Latina nos anos posteriores: até 2020, 19 países realizaram pesquisas semelhantes.

Os dados coletados manifestam de forma empírica a divisão sexual do trabalho vigente e demonstram o valor do trabalho doméstico e não remunerado para o funcionamento da sociedade. Essa perspectiva é transformadora para a elaboração de políticas: se a contribuição econômica das mulheres é sistematicamente subestimada nos dados oficiais, perpetua-se uma percepção distorcida da economia e dos recursos de um país (Aguirre *et al.*, 2014).

O SNIC⁴, atualmente, reúne dez órgãos públicos em uma institucionalidade coletiva, a Junta Nacional de Cuidados, criando um modelo de responsabilidade compartilhada entre famílias, Estado, comunidade e mercado. Suas ações são articuladas entre serviços, formação, regulação e geração de conhecimento; e financiadas por recursos federais, coparticipação individual, aportes mistos de empresas e sindicatos, isenções fiscais, entre outros. Segundo seu site oficial⁵, entre 2015 e 2020, os alvos prioritários da política foram a primeira infância (até 3 anos), idosos e pessoas com deficiência em situação de dependência. Outra população-chave são os cuidadores: sua valorização, reconhecimento como trabalho remunerado e incentivo à profissionalização.

Ao medir de forma extensa todas as formas de trabalho e estabelecer correlações entre pobreza monetária, capacidade de gerar renda e uso do tempo, as EUT tornaram-se ferramentas importantes para academia e gestores públicos pensarem sobre a desigualdade de gênero. Na Argentina, a partir de 2020, um grupo de especialistas liderados pelo Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade trabalhou no projeto de lei “*Cuidar en Igualdad*” para estruturação do “*Sistema Integral de Cuidados de Argentina con perspectiva de género (SINCA)*”.

Os argentinos têm, ainda, uma subdivisão dedicada ao cuidado dentro do Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade. O órgão criou o Mapa Federal do Cuidado⁶, que localiza 32.000 serviços públicos, privados e comunitários, visando chamar a atenção para a demanda e

⁴ Dados recentes sobre o Sistema Nacional de Cuidados uruguaio disponíveis em: <https://www.gub.uy/sistema-cuidados/institucional/informacion-gestion/informacion-publica/sistema-cuidados-2022>. Acesso em: 4 maio 2023.

⁵ Site oficial do SNIC. Disponível em: <https://www.gub.uy/sistema-cuidados/>.

⁶ Mapa Federal do Cuidado do Governo Argentino. Disponível em: <https://mapafederaldelcuidado.mingeneros.gob.ar/>.

socializar os cuidados, bem como aproveitar melhor o tempo dos que cuidam e propiciar serviços de qualidade para os que precisam. Para o Estado, a ferramenta permite construir diagnósticos sobre a organização social do cuidado, localizando necessidades no território e identificando áreas onde é necessário fortalecer redes.

No Brasil, até 2022, é possível localizar políticas pontuais que contribuem para o mapeamento e a absorção das demandas de cuidado (relativas à educação, ao uso do tempo e às populações com demandas específicas como pessoas idosas e com deficiência), mas não há legislação ou sistema integral dedicados como visto nos exemplos anteriores.

Considerando a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), para seu terceiro mandato presidencial em janeiro de 2023, foi retomada, durante a escrita deste texto, a elaboração da Política Nacional de Cuidados, por meio da Secretaria Nacional de Cuidados e Família, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), “compreendendo o cuidado como um direito e uma necessidade de todas as pessoas ao longo da vida e buscando atender às necessidades tanto das pessoas que requerem cuidado quanto das que o oferecem”, segundo cartilha institucional do órgão. Visto que essa dissertação foi escrita entre 2022 e 2023, sendo este segundo o ano no qual o órgão foi estruturado (já com várias ações em curso), não foi possível mapear suas principais entregas e debates em tempo para esta análise – mantém-se, no entanto, o registro de que essa é uma discussão em ascensão no país.

Sua instituição é representativa da postura do governo sobre o tema, considerando que, até o início da década de 1990, não houve por parte das instituições públicas qualquer produção de informações que pudessem subsidiar o debate público sobre o uso do tempo. Em 1992, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inclui pela primeira vez na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dois quesitos relacionados ao uso do tempo: um sobre afazeres domésticos e outro acerca do tempo gasto no deslocamento casa-trabalho. Quase uma década depois, em 2001, foi incorporada mais uma pergunta sobre o tempo médio dedicado aos afazeres domésticos, que permitiu nos anos futuros a realização de análises acerca do acúmulo de jornadas de trabalho produtivo e reprodutivo pelas mulheres (Fontoura *et al.*, 2010).

De forma semelhante a outros países da América Latina, o Brasil criou, em 2008, o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, coordenado pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR)⁷, somando IBGE, Instituto de Pesquisa

⁷ Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2008/11/not_comite_uso_tempo.

Econômica Aplicada (IPEA) e Organização das Nações Unidas (ONU). O grupo gerava indicadores sobre a relação entre gênero e uso do tempo, embasando organismos de políticas para as mulheres. O investimento na produção de indicadores sobre uso do tempo gera subsídios para que os ambientes coletivos não sejam construídos tendo apenas as necessidades e a identidade dos homens como norma, criando limites à inserção democrática das mulheres. Especialmente no desenho de políticas públicas, uma perspectiva pretensamente isenta, focada em cidadãos abstratos, despidos de seus corpos, raças, classes e vivências, ignora que uma suposta universalidade é definida a partir de um referencial masculino (Sacchet, 2012).

As políticas de educação que dão suporte à demanda por cuidados no Brasil são definidas pela Constituição Federal de 1988, bem como pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que regulamenta a política de creches e pré-escolas. O investimento público na educação sofreu grandes reduções nos dois últimos governos federais (nas presidências de Michel Temer e Jair Bolsonaro, entre 2016 e 2022), impactando na gestão do tempo dedicado aos cuidados: em 2013, o Brasil chegou a ter 98% das crianças de 6 a 14 anos na escola. Em 2022, no entanto, pesquisa da Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostrou que 11% das crianças e adolescentes entre 11 e 19 anos não estavam estudando (Unicef, 2022).

Na última década, programas federais implementaram ações de educação pública como suportes à demanda por cuidado: em 2012, o governo de Dilma Rousseff lançou o programa Brasil Carinhoso⁸, para expandir a rede de creches e pré-escolas para as beneficiárias do Bolsa Família. No entanto, este foi interrompido em 2016, após o golpe que gerou o impedimento da presidenta. No mesmo ano, o então presidente Michel Temer lançou o Criança Feliz, posteriormente mantido por Jair Bolsonaro (2018-2022). A política, destinada à primeira infância, fortalece a responsabilidade da família como cuidadora, contrariando os demais regimes em curso explorados neste capítulo e reforçando a sobrecarga familiar e materna.

Nesse caso, como discutido no início deste tópico, contraria-se a premissa do cuidado como direito, pois o Estado dedica-se à tarefa de subsidiar a responsabilização familiar. Para Martha Fineman, essa abordagem é oposta ao uso do cuidado como ferramenta de promoção da justiça social. Segundo ela: “A justiça social exige um sentido mais amplo de obrigação. Há tarefas essenciais a serem desempenhadas em toda sociedade que são legítimas preocupações do Estado. Uma delas é a resposta à dependência” (Fineman, 2004, p. 48, tradução nossa).

⁸ Página oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/programas/brasil-carinhoso>. Acesso em: 13 jan. 2023.

A discussão acima traz uma abordagem da relação entre cuidado e Estado a partir das políticas públicas: argumenta-se que sua estruturação reflete (e reverbera) a percepção das estruturas estatais sobre a responsabilidade por essas ações, que oneram alguns cidadãos mais que outros quando destinadas apenas a mães, ou a mulheres com emprego formal, por exemplo. Discute-se ainda a decisão ou não de subsidiar pesquisas e análises que possam gerar dados para embasar políticas públicas para abarcar as demandas que se apresentam no dia a dia das famílias e comunidades.

Além desses pontos cuja discussão teórica apoiará as análises que seguem, vale destacar que as falas das entrevistadas, cujos perfis e depoimentos estão contidos nos capítulos 3 e 4, refletem também outros aspectos de sua interação com o Estado: entre eles, sua presença na criação de políticas e espaços que favorecem o lazer, no desenho de estruturas de educação integral, ou como agente garantidor, ou repressor de direitos. Essas discussões estão contidas no quarto capítulo, no subitem 4.3.

De forma mais ampla, neste primeiro capítulo, buscou-se apresentar o tema de pesquisa e justificar sua relevância para o estudo desde a Ciência Política. O caminho percorrido parte de uma análise da relevância das vivências das mulheres para a matéria em que está inserido, incluindo também o debate sobre familismo e a impossibilidade de uma esfera familiar pretensamente privada, isolada e apolítica em um contexto neoliberal de responsabilização individual. Foram inseridas, ainda, discussões sobre o que significa propor uma perspectiva interseccional e inserida na epistemologia feminista. Em uma relação recíproca com essa conjuntura se dá o debate sobre ética e democracia do cuidado e apresenta a perspectiva do cuidar com. O trecho se encerra com as relações entre Estado e política pública na América Latina, apresentadas em seguida. Cada um desses tópicos é relevante para a discussão que se seguirá no Capítulo 2 sobre relações cotidianas de cuidado.

2 RELAÇÕES COTIDIANAS E OS CUIDADOS QUE NINGUÉM VÊ

Ao pensar na relevância política do cuidado posta no capítulo anterior, é provável que ocorram à leitora e ao leitor alguns exemplos de como este se situa em suas vidas diárias e nos estudos de gênero. O cuidado é tão imperioso e habitual, como observa Guimarães (2021), que mal notamos a significativa troca do “tchau” da despedida pelo “se cuide!” durante a crise sanitária enfrentada por causa do coronavírus.

Quando observamos a frequência cotidiana do cuidado, possivelmente nos vêm à mente situações que se encaixam em uma de duas categorias: a de dentro das famílias, como na cena em que os pais trocam a fralda de um bebê; ou a profissional, como quando uma cuidadora é contratada para administrar a rotina noturna de um idoso. No entanto, há uma terceira forma de cuidado frequente no dia a dia dos lares mais vulneráveis que dificilmente é reconhecida como tal entre nossas referências ou na literatura: trata-se do cuidado comunitário, presente nas vizinhanças e reconhecido “como ajuda”. Neste capítulo, argumenta-se que ele é parte do referencial necessário às discussões políticas sobre demandas cotidianas de cuidado postas anteriormente.

As redes comunitárias de cuidado se constituem por vínculos tão banais quanto o da pessoa que busca o filho de sua vizinha na creche, da prima que “olha” as crianças na ausência dos pais, da amiga de infância que “ajuda” outra família lavando roupas ou cortando cabelos, da líder comunitária que “toma conta” das crianças no contraturno escolar, da jovem vizinha que acompanha um idoso na ida à farmácia, entre outros. Todos eles podem ser situados politicamente nas discussões propostas no Capítulo 1, como veremos a seguir.

Ao considerarmos essas práticas em seu conjunto (e não cada ação isolada), notamos que há uma teia de relações entre sujeitos e instituições que as fundamentam. A criança que passa as tardes sob cuidados de uma vizinha tem acesso à creche pública? As mães que se revezam para não deixar os filhos sozinhos têm recursos para contratar uma babá? A multiplicação das formas de acesso ao cuidado possui relevância política para a reprodução da vida, para a democracia e para a centralidade do cuidado na organização social? (Guimarães; Vieira, 2020; Zibecchi, 2013).

Para compreender a realidade de sociedades extremamente desiguais em relação ao cuidado, segundo Zibecchi (2013), é necessário criar métodos de análise das relações cotidianas que superem os estudos focados exclusivamente em ações governamentais e em serviços disponíveis via mercado. Isso porque essas duas instituições, Estado e mercado, são

estruturantes dos vínculos comunitários justamente por sua ausência: tais conexões, em geral, têm origem em contextos nos quais não há recursos para adquirir serviços no mercado - como contratar uma babá ou um cuidador, tampouco oferta de políticas públicas (como creches) para suprir necessidades (Guimarães, 2019).

Observar as diferentes formas de cuidar e suas implicações em âmbito comum é importante porque, por trás de afazeres como colocar uma criança para dormir, há disputas de significado que sustentam relações sociais variadas. No caso desse bebê que está com sono, por exemplo, seus pais, uma vizinha ou a “tia” da creche podem niná-lo no bercinho no mesmo horário. No entanto, embora se trate da mesma tarefa concreta, há especificidades em cada um dos casos: “esse trabalho transcorre sob relações sociais diferentes, que variam porque variam seus significados. O primeiro é um ato de amor de mãe. No segundo, a vizinha sabe que estou precisando e já a ajudei outras vezes. A moça da creche faz um serviço remunerado” (Guimarães, 2021, p. 19).

A partir dessas considerações, nos interessa posicionar os laços comunitários como parte fundamental de uma análise da relação entre cuidado e democracia capaz de abarcar a complexidade das sociedades com ampla desigualdade social; e, a partir disso, explorar como as mulheres enxergam os vínculos das vizinhanças dentro do complexo leque de pessoas e instituições capazes de propiciar ou atrapalhar sua participação em espaços que extrapolam o ambiente doméstico e as atividades relativas ao cuidar.

Partindo da constatação de que é preciso aprofundar o conhecimento das formas utilizadas para suprir as demandas de cuidado e da percepção das mulheres sobre essas estratégias, este capítulo discute, à luz de referencial teórico sobre cuidado, democracia e responsabilização, as características de cada configuração, ressaltando sua relevância para a Ciência Política.

2.1 A categorização por circuitos de cuidado

Uma observação semântica nos ajuda a iniciar o diálogo sobre a caracterização de circuitos de cuidado: se em português falamos “o cuidado” para nos referirmos ao nosso tema de estudos, em espanhol se diz “los cuidados”, no plural, “porque é como se nele, empiricamente, se intuísse algo que analiticamente foi para nós um achado: a ideia de que o cuidado recobre múltiplas formas de trabalho, feitas de múltiplas relações sociais tecidas em muitos ambientes”, explica a socióloga e professora Nadya Guimarães (2021, p. 13).

Guimarães sistematizou três circuitos de cuidado para permitir a análise de convergências e diferenças dessa variedade de relações sob um mesmo denominador. A caracterização de cada um se dá por três pontos fundamentais: os sentidos atribuídos pelos envolvidos nas tarefas; quais as pessoas capazes de executar uma ação de cuidado em determinada conjuntura; e de que forma as atividades são retribuídas (financeira ou não). Conforme variam as circunstâncias em que o cuidado acontece, altera-se também a centralidade desse tipo de ação na organização social.

O circuito que identifica o *cuidado como profissão* reconhece atividades de trabalho que, portanto, devem ser remuneradas. Seus profissionais lutam há décadas de forma articulada para vencer a exploração, dado que a natureza doméstica e relacional dessas ocupações, somada à sobreposição de opressões impostas sobre suas trabalhadoras, gera entraves ao engajamento em batalhas por direitos. A regulação do trabalho doméstico no Brasil, via Lei Complementar n. 150 de 2015, representou para parte delas uma “segunda abolição da escravidão” (Rocha, 2014, p. 76, tradução nossa).

Babá, cuidadora e empregada doméstica, entre outras, são profissões feminizadas e precarizadas vinculadas a esse circuito de cuidado, fortemente ligado à ocupação profissional de mulheres negras, uma vez que “a raça seguiu e segue sendo uma categoria intrínseca à própria constituição do trabalho doméstico” (Teixeira, 2020, p. 51). Nossa neurose (termo de Lélia Gonzalez para identificar a cultura brasileira de ocultar o racismo), no entanto, impede que reconheçamos a raça como característica do exercício dessa profissão no Brasil: “esse ocultamento está refletido na dificuldade, inclusive, de se nomear, até hoje, a trabalhadora doméstica como uma trabalhadora. ‘Ela é alguém que ajuda.’ ‘É uma secretária do lar.’ Convive-se com as negativas das marcas raciais que pesam sobre esse cotidiano” (Teixeira, 2020, p. 115).

As mesmas atividades realizadas por uma cuidadora profissional ganham nova dimensão analítica quando feitas por parentes. Essas ações constituem o circuito dos *cuidados como obrigação* e são fundamentadas em vínculos de afeto, o que não as torna passíveis de retribuição financeira. Há uma acentuada responsabilização das mulheres em tal circuito: as brasileiras a partir de 14 anos empenham 11,3% das horas de seu dia em trabalhos domésticos e de cuidados, enquanto os homens dedicam 4,9% do tempo diário, segundo a PNAD (Brasil, 2016).

As pesquisas oficiais, por sua vez, resumem tais ações como “afazeres domésticos”, percepção ecoada pela sociedade, que acredita que donas de casa não são produtivas: muitas

vezes, as próprias mulheres, quando perguntadas por recenseadores se trabalham, respondem “não, sou do lar”, “não, estou parada”. “Ora, essa mulher trabalha enormemente em cuidado, mas é invisível”, observa Guimarães (2021, p. 19).

Há hierarquias e opressões entre as próprias mulheres que se mostram no entrelaçamento entre os circuitos de cuidado como profissão e como obrigação, possibilitando, em especial às mulheres brancas, a terceirização dos cuidados (imputados a elas dentro das famílias) por meio da contratação de funcionárias. “No entanto, quem mais usufrui de todos esses privilégios são os homens em geral, sobretudo os brancos, pois deles não é demandado nem que se preocupem com essa questão” (Zanello *et al.*, 2022, p. 3).

O terceiro circuito usado como ferramenta de análise é o *cuidado como ajuda*, que traz a curiosa percepção de que as ações de cuidado realizadas não são trabalho, tampouco cuidado, o que torna sua existência quase imperceptível para as estatísticas. Tais relações são baseadas na força das redes de vizinhança, na reciprocidade como principal (mesmo que não exclusiva) moeda de intercâmbio, e na força da dimensão moral que subjaz à ideia de reciprocidade aparente. O termo “ajudas” foi atribuído por Guimarães a partir da percepção dos próprios sujeitos sobre suas ações, e corrobora o entendimento de que elas não seriam vistas como trabalho ou como cuidado.

Segundo Guimarães, esse circuito é essencial à vida dos que estão em condição de privação do mercado e de desproteção pelo Estado. Ele se constitui “numa camada que é a mais invisível do mais das vezes invisível trabalho de cuidado” (2021, p. 23). Tais conexões surgem a partir de “um nó em uma rede de sociabilidade” e, por isso, não são mercantis, tampouco baseadas em afeto. Nelas, trocam-se compromissos, a partir da lógica de dar, receber e retribuir, o que pode ou não envolver trocas monetárias.

O cuidado como ajuda equivale, no mais das vezes, ao que a Antropologia chama de “ficar com” (Fernandes, 2011, 2018), que denomina relações nas quais, além do trabalho concreto de cuidado, é preciso dar atenção, exercer controle e vigilância de forma conjunta:

O cuidar constitui-se assim como preocupação nativa; “quem vai cuidar agora?”, “Com quem ele vai ficar? Como?”. Logo, enquanto categoria êmica e extremamente polissêmica, “dar atenção”, “ficar com”, “olhar”, “criar”, o cuidar atravessam a experiência vivida, diariamente. Nesse sentido, a provisão de cuidados envolve um conjunto de casas, pessoas e objetos através dos quais as relações de parentesco, vizinhança e amizade adquirem sentido, entre estes o cuidado se realiza (Fernandes, 2011, p. 35).

Enquanto o cuidado como obrigação e o profissional aparecem em estatísticas sociodemográficas (embora sub-representados em sua percepção enquanto trabalho, no caso do primeiro), essas estratégias de mensuração não acompanham os interstícios da vida comunitária dos tecidos sociais pobres; ou seja, não há pesquisas que demonstrem de forma quantitativa a expressividade da ocorrência do cuidado como ajuda⁹. Embora sejam frequentes, esses cuidados são paradoxalmente invisíveis, corroborando Patrícia Hill Collins quando diz: “os indivíduos que estão à margem são os que explicitam os limites da sociedade” (2019, p. 136).

Esse entendimento foi reforçado pelas pesquisadoras Hita e Duccini durante um estudo sobre redes e associações em contextos de pobreza urbana em Salvador, Bahia. Elas observam a discrepância entre a vasta produção de dados e métodos quantitativos sobre condições de vulnerabilidade (vistos como necessários e decisivos para mensuração da pobreza) e a permanência, em segundo plano, da caracterização de como as situações de desigualdade se articulam em diferentes contextos de desenvolvimento econômico. Ou seja, relativa homogeneidade na produção dos dados “oculta o fato de que os processos que conduzem à desigualdade (e, portanto, os mecanismos que podem ser empregados para revertê-la) são de natureza muito distintas” (Hita; Duccini, 2008, p. 183).

Segundo a socióloga alemã Maria Mies, as estatísticas não estão livres de espelhar as relações de poder e, muitas vezes, refletem uma divisão sexual do trabalho ultrapassada, ligada à imagem do marido provedor e da esposa cuidadora. Assim, “dão um selo de verdade às definições que subjazem em sua base” (Mies, 1998, p. 75), fundamentando com caráter científico a percepção de que as mulheres são cuidadoras e alimentando esse ciclo quando embasam a implementação de políticas que reproduzem essa percepção.

Como no circuito de cuidado como profissão, as mulheres negras são maioria nas trocas de ajuda, em mais um exemplo de distribuição racializada dos cuidados. Nela, mulheres negras ofertam cuidados sem receber, enquanto, no outro extremo da equação, homens brancos recebem sem jamais ofertar (Zanello *et al.*, 2022). Como recorda Sueli Carneiro, “o trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras” (2011, p. 119). Dessa forma, as “ajudas”

⁹ A partir de 2015, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) passou a incluir a pergunta: “Na semana de referência... trabalhou voluntariamente e sem remuneração para pessoas que não eram parentes e não moravam neste domicílio, realizando tarefas domésticas ou de cuidados de crianças, idosos ou outras pessoas que necessitavam de cuidados especiais?” As respostas possíveis são apenas SIM/NÃO. Segundo Nadya Guimarães, no entanto, os resultados obtidos são quase desprezíveis a partir desse tipo de coleta. “Na Pnad-2017 apenas 0,2% das mulheres e 0,1% dos homens haviam registrado envolvimento nessa modalidade de provimento de cuidado, o que acende a luz amarela quanto à operacionalização atual” (Guimarães, 2019, p. 25).

demonstram, mais uma vez, que é elementar que análises críticas considerem a interligação entre gênero, raça e classe na configuração dos cuidados. Incluir esses vínculos nos estudos permite “estender o universo do possível nas relações sociais” (Guimarães, 2021, p. 21).

Essa lógica leva, naturalmente, à necessidade de discutir as implicações das desigualdades entre mulheres nas relações de cuidado que compõem o objeto de estudo deste texto, considerando que a interseccionalidade, ou seja, a influência mútua das distintas formas de opressão, é uma perspectiva analítica essencial nesse contexto. Se anteriormente a conciliação de tarefas foi mencionada como consequência da ampliação da participação feminina no mercado de trabalho formal, é importante notar que essa conciliação tem diferentes camadas de interesse para a discussão.

Em primeiro lugar, embora ela se dê em diferentes âmbitos, em todos eles, o gênero opera como definidor da responsabilização, ou seja, em cenários distintos de raça e classe, quem concilia, quase sempre, são as mulheres. Delegar e conciliar, no entanto, não são demandas apenas das mulheres abastadas que terceirizam os cuidados de seus filhos para ocupar espaços de reconhecimento no mercado de trabalho formal. As cuidadoras, babás e empregadas domésticas também delegam tarefas de cuidado dos próprios filhos às avós, vizinhas, irmãs, entre outras, seja porque se distanciam de casa durante a jornada diária, seja porque migram em busca de oportunidades (que as direcionam a trabalhos precarizados), visitando a família de maneira mais espaçada.

As condutas estabelecidas entre mulheres para sanar demandas de cuidado evidenciam que, além do gênero, os abismos de raça e classe são determinantes das dinâmicas de cuidado e dos ciclos que se estabelecem a partir delas. Gonzalez afirma sobre as babás: “Quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir [...] É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira” (Gonzalez, 2020, p. 87).

Em todos esses casos, é preciso ter clareza de quem são as pessoas que conciliam e delegam para que seja possível discutir uma agenda comum acerca dos encargos das mulheres. Se as políticas públicas visam possibilitar a articulação entre trabalho e vida familiar sem romper com a lógica vigente, elas perpetuam a exclusão dos homens da problemática (Hirata; Kergoat, 2007).

Além disso, tal qual a variedade de arranjos que a opressão interseccional pode adquirir, há inúmeras respostas em forma de ajudas para a demanda por cuidado, compondo uma dinâmica em que o trabalho informal, por vezes, se mistura às ajudas. Como define Moreno:

Nos termos usuais dos paradigmas econômicos dominantes, a explicação para a importante participação dessas mulheres na sustentação do cuidado infantil em periferias urbanas se daria nos termos de um encontro entre a oferta e a demanda. Mas por trás desse modelo que invisibiliza desigualdades e normaliza precariedades, verificamos uma combinação entre as dinâmicas da divisão sexual do trabalho, a estrutura do mercado de trabalho e a responsabilização do cuidado que recai sobre as mulheres, protagonistas dos dois lados dessa relação: entre as que precisam de apoio para o cuidado dos filhos e as que precisam de renda. A necessidade de renda combina-se com a necessidade de apoio e solidariedade, sem que possamos dizer que se trata, no caso das entrevistadas, só de uma ou só de outra (Moreno, 2019, p. 196).

Sendo assim, há exemplos de conformações de cuidado que misturam características dos diferentes circuitos sem que seja possível dissociá-los, como acontece na subcontratação da atividade doméstica de meninas e mulheres nas periferias por outras, assalariadas, para que possam ir trabalhar – vínculo que pode envolver dinheiro, trocas, revezamentos, apoio com cestas básicas, crédito de celular, entre outros. Também estão contempladas ajudas remuneradas, não remuneradas e os “escambos”.

O gênero permanece, no entanto, como definidor das condições de vida e de responsabilização quando somado a dados de renda e acessos a bens materiais: “Há dinâmicas do cuidado interligadas de modo estrutural às mulheres [...]. E isso faz com que a condição socioeconômica seja atravessada por gênero e maternidade” (Teixeira, 2020, p. 154). Nos exemplos que seguem, é possível notar entrelaçamentos entre circuitos de cuidado e opressões interseccionais:

Míriam cuidava do cachorro do vizinho com quem dividia o quintal. O jovem morava sozinho e passava o dia fora, deixando o cão na área externa compartilhada. Míriam dava comida e verificava se o animal estava bem, dava carinho e, se necessário, dava remédio e prestava socorros especiais. Como retribuição, o vizinho disponibilizou a senha do sinal de internet, de modo que Miriam não precisava pagar pelo serviço. Essa “ajuda” não envolvia pagamento monetário, mas era considerada por Míriam extremamente vantajosa (Guimarães; Vieira, 2020, p. 18).

A amiga Leila era faxineira diarista e trabalhava o dia todo durante seis dias por semana; por isso mesmo, dispunha de pouca flexibilidade de horário para atender às necessidades de cuidado familiar e doméstico. Míriam tinha papel fundamental em manter a rotina da família de Leila e fazia para ela todo tipo de serviço como faxina, mercado e feira, além do cuidado das crianças e idosos do grupo: buscava e levava as crianças na creche, mas também acompanhava a mãe idosa em exames, consultas e ao hospital. As atividades, nesse exemplo, eram as mais variadas, mas menos sistemáticas, pois dependiam da necessidade da família de Leila; não havia, por isso mesmo, um acordo fixo. Como contrapartida básica, Leila assumiu o compromisso de oferecer à amiga doações regulares de comida que garantiam parte significativa da alimentação familiar (Guimarães; Vieira, 2020, p. 19).

Gabriela e Claudilene são amigas e vizinhas. Claudilene tem uma filha de 5 anos chamada Giovana, a qual Gabriela ajuda a criar. Se arte – dentro de suas inúmeras acepções – diz respeito à esfera das habilidades, podemos afirmar que Gabriela é destas mulheres que detém a arte do cuidar. Em termos conceituais, diríamos que

Gabriela é uma cuidadora, ainda que ela nunca tenha se nomeado enquanto tal (Fernandes, 2011, p. 43).

A partir dessas definições e exemplos, discutiremos a seguir a importância da inserção das diferentes configurações cotidianas que adquire o cuidado e sua importância para o diálogo sobre democracia.

2.2 As “ajudas” diante do Estado e da democracia

Constatada a pertinência de nos aprofundarmos no vínculo entre as relações cotidianas de cuidado e as possibilidades de participação nos espaços que extrapolam o ambiente doméstico, propõem-se os três aspectos a seguir como pontos-chave para a investigação.

O primeiro se relaciona ao imaginário sobre atividades construídas de forma conjunta ou para apoio mútuo, que associa aquilo que é comum ao que é público ou democrático. Coletivo e público têm significados distintos: nos casos analisados no presente texto e em outros que se aprofundam nas relações cotidianas de cuidado, o foco não se dirige a iniciativas públicas, cuja existência parte do Estado, tampouco a ações institucionalizadas como um programa social estabelecido por uma ONG em determinado bairro. Trata-se, em geral, de ações não institucionais, que surgem de vínculos de coletividade de estrutura variável: há exemplos de trocas entre vizinhos, parentes residentes ou não na mesma casa, amigos de infância, cuidadoras que transformam os pequenos ambientes para receber crianças, e outros.

No entanto, a presença ou omissão do Estado são fundamentais para pensar o caráter democrático dessas relações. O conceito de “cuidar com”, apresentado no Capítulo 1, que Tronto (2015) propõe como dimensão analítica do cuidado igualitário, pressupõe que o reconhecimento da necessidade de distribuição de responsabilidades entre as pessoas seja correspondido pela mesma percepção e estruturação por parte das instituições. Nas relações de “ajuda”, marcadas pela carência dos envolvidos, observa-se uma realidade distante das proposições da teoria do cuidado democrático. As redes de ajuda se tornam mais plurais e efetivas quanto maior a alienação estatal nas políticas de cuidado em contextos em que o acesso via mercado não se configura como alternativa (Guimarães; Vieira, 2020).

Ainda assim, é possível afirmar que os padrões de compartilhamento de responsabilidades como as ajudas estão entrelaçados com a ação estatal: seja pela completa ausência do poder público, que gera carências que ativam a coletividade como possibilidade de sobrevivência; seja porque o que é disponibilizado via instituições contribui para a construção

social do gênero e das representações que elaboram os sujeitos (Faur, 2014); seja, ainda, paradoxalmente, porque as famílias reproduzem lógicas das poucas políticas públicas que as atingem até mesmo nas trocas comunitárias originadas pela negligência estatal. Na Argentina, Faur (2014, p. 81) identificou que as contrapartidas (*contraprestaciones*) da política *Jefes y Jefas del Hogar Desocupados*¹⁰ eram um referencial para os intercâmbios comunitários: os valores e remuneração utilizados entre as famílias (150 pesos) eram os mesmos da transferência de renda estatal.

O fato de se darem de forma comunitária e, portanto, mais horizontal, tampouco nos permite afirmar que as ajudas são relações democráticas. Nos estudos de Moreno (2019, p. 203) sobre mulheres que cuidam de crianças nas vizinhanças da periferia de São Paulo, a autora ressalta a importância de considerar os conflitos como parte constituinte dessas trocas, sem romantizações que enfatizem a solidariedade ou o altruísmo como características predominantes. As dinâmicas de poder constituem também os vínculos entre pessoas de mesma condição social e, no caso do cuidado, incidem sobre particularidades desse tipo de atividade, como a invisibilização (Moreno, 2019).

A autora observa a relação intrínseca entre aspectos morais, de reciprocidade e a permanente negociação para a remuneração estabelecida nas trocas. Há o reconhecimento da vulnerabilidade inter-relacionada (nos estudos de Moreno, 2019, ela apareceu como descontos para mães solo em casos em que as cuidadoras estabelecem valores fixos de pagamento), bem como imposição de regras para execução do trabalho e cobranças nas datas de pagamento, a depender do arranjo estabelecido. As mulheres que cuidam de crianças nas vizinhanças, embora em geral estejam afastadas do mercado formal de trabalho, tenham solidariedade por outras mães e já cuidem dos próprios filhos em condição semelhante, realizam tal atividade sobretudo pela necessidade dessa fonte de renda (Moreno, 2019).

O segundo ponto de destaque é a subversão (ao menos parcial) que algumas mulheres fazem, a partir da necessidade e em situações de extrema pobreza, da lógica da organização social neoliberal e da divisão sexual do trabalho. Como mencionado na primeira seção, a conjuntura neoliberal combina a oferta de empregos precários à responsabilização individual e familiar pela reprodução da vida, tornando o acesso a serviços públicos e privados de cuidado

¹⁰ Política pública de transferência de renda vigente na Argentina entre 2003 e 2005, voltada a famílias desempregadas com filhos de até 18 anos, mulheres grávidas e pessoas com deficiência, condicionada à assistência escolar e a ações de emprego. Fonte: <https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=2>. Acesso em: 10 out. 2021.

condicionante da qualidade de vida das famílias e das representações sociais que elaboram seus integrantes.

Em situações de vulnerabilidade, Faur (2014) identifica que as mulheres pobres entrevistadas em sua pesquisa na periferia de Buenos Aires desafiam a imagem tradicional de cuidadoras de seus filhos ao desenvolver estratégias inéditas e por meio da confiança em redes de solidariedade ressignificadas. Parte dessas teias é composta por uma redescoberta da valorização das tarefas domésticas com características particulares, em que a atribuição de valor possui lógica própria, que pode incluir pequenos pagamentos feitos de forma irregular ou presentes, como crédito de celular pré-pago, como contrapartida por um serviço (Faur, 2014).

Tal valorização das tarefas domésticas tem diferentes camadas: segundo Collins (2019), para o pensamento feminista negro, ele é, também, um lugar de poder e de reconhecimento, que fortalece a importância das mulheres em suas comunidades, ainda que de forma a reforçar o maternalismo. Em *Teoria Feminista: da margem ao centro*, bell hooks conta que as negras estadunidenses passaram a identificar o trabalho reprodutivo como humanizador por afirmar sua identidade enquanto mulheres e pessoas, permitindo-lhes demonstrar características humanas que, segundo a ideologia racista, os negros seriam incapazes de expressar (hooks, [1984], 2019).

Guimarães e Vieira (2020, p. 13) encontram indícios dos mesmos fundamentos ao estudar os vínculos de vizinhança em São Paulo: elas descrevem a colaboração entre um grupo de jovens mães solo, que inicialmente não envolvia retribuição financeira ou de outra natureza para as “ajudas”, mas que ganha novas configurações diante do aumento de renda e do número de filhos, em que pequenos presentes e cestas básicas se destacam entre as compensações por serviços oferecidos.

Essa subversão de padrões aparece também em Niterói, onde Fernandes (2011) encontra uma cuidadora estabelecida como figura central em sua comunidade: “A pessoa com quem se pode contar para deixar os filhos’. Gabriela possui esta credibilidade na vizinhança” (2011, p. 44). Na época, as vizinhas pagavam uma ajuda de R\$ 120,00 mensais pelos cuidados de uma criança para Gabriela, embora seu envolvimento na criação dos pequenos que aparecem no estudo se aproximasse, muitas vezes, de um vínculo familiar, como refletido nas palavras da própria cuidadora: “Quando eu me apego, eu não quero que a mãe brigue, que caia de tapa; se eu ver, aí mesmo que a gente briga, aí eu não quero mais, sabe? Porque eu tomo conta deles como se eles fossem meus filhos, aí pronto, aí não dá” (Fernandes, 2011, p. 46).

Embora as mulheres permaneçam como as responsáveis prioritárias do cuidado na grande maioria dos exemplos anteriores, dentre as subversões de lógicas morais descritas pelas autoras, há indícios de transgressão dos conceitos tradicionais de família. O uso de termos como “tia” ou “avó” pelas crianças para se referirem às cuidadoras da vizinhança, por exemplo, na análise de Moreno (2019, p. 208), desnaturaliza a concepção de família neoliberal e isolada e aloca o termo no universo das responsabilidades e práticas cotidianas. O mesmo exemplo pode ser encontrado na dissertação de Fernandes (2011) sobre a periferia de Niterói:

As narrativas de Gabriela exprimem o contínuo amoroso presente no exercício dos cuidados. O primeiro indicador da densa carga afetiva e de compromisso consiste na parentalização de pessoas de fora do circuito familiar, apelativos de parentesco aplicados a não parentes (DUARTE e GOMES, 2008: 161). O menino Duda chama Gabriela de mãe e seu esposo, de pai. A menina Giovana chama Gabriela de tia. Todos estes termos certamente são indicadores da proximidade, de quem está fora e de quem está dentro dos cuidados (WEBER, 2005) (Fernandes, 2011, p. 45).

Quando abordamos uma possível subversão das lógicas neoliberais de responsabilização familiar nessas ações, é preciso enfatizar que se trata de uma contraposição ao imperativo familista e da domesticidade. O neoliberalismo também se impõe (e triunfa) ao estimular que as mulheres sejam sujeitos econômicos em contextos de falta de infraestrutura que as empurram para condições de sobrevivência em que precisam conciliar o sustento dos lares às estratégias de cuidado coletivo.

Nos vínculos de vizinhança, há, ainda, exemplos dos estudos de campo que reforçam o reconhecimento da necessidade de colaboração mútua entre as entrevistadas, e casos em que “a dimensão da ajuda se materializa na elasticidade do tempo de cuidado das mulheres, que se adaptam aos imprevistos da vida laboral das mães ou das contingências de uma dinâmica urbana estruturada pelos ritmos e demandas do capital e não pelas necessidades de cuidado” (Moreno, 2019, p. 211). Nesses casos, a lógica da solidariedade se mistura à de mercado para compor a realidade que se apresenta.

Em um exemplo prático do que foi posto acima, a socióloga Renata Moreno (2019) descreve o caso de uma paulista que, apesar de remunerada para tomar conta de crianças em horários determinados, extrapola suas funções ao levar duas delas, de colo, à noite, para o ponto de ônibus; ela aguarda a chegada da condução para entregá-las a suas mães ainda dentro do ônibus, de forma que estas não percam tempo descendo e esperando outra condução. Embora essas mães paguem pela atenção aos seus filhos enquanto trabalham, a ação de esperar a condução parte de uma postura solidária da cuidadora: “a jornada ampliada de trabalho dessas

mulheres é perpassada pela responsabilidade com as crianças, pela compreensão das dificuldades e necessidades das famílias, e pelo constrangimento em situações que revelam incômodos e conflitos de uma relação de trabalho” (Moreno, 2019, p. 201).

O terceiro ponto de destaque para esta pesquisa são as condições de desigualdade em que se dão os circuitos de ajuda. A desigualdade de gênero está posta na histórica responsabilização das mulheres e de seu consequente isolamento em ambientes domésticos. A raça e a classe dessas mulheres são determinantes para a forma como se dão suas relações de cuidado, logo, para como elas se inserem na democracia.

A responsabilização pelo cuidado é desigual dentro das famílias, mas também entre famílias (Ferreira; Mariano, 2020). A partir da maior inserção das mulheres (brancas) antes ausentes no mercado laboral formal, a literatura retrata um salto da lógica de divisão sexual do trabalho (na qual homens provêm e mulheres cuidam) para a dinâmica de conciliação entre trabalho e família - ainda que conciliar, de fato, seja tarefa só feminina. A suposta “conciliação” entre família e profissão é fortemente sexuada, pois cabe apenas às mães e esposas tal logística, consagrando o *status quo* no qual elas e eles ainda têm disponibilidades diferentes ante o mercado de trabalho (Hirata; Kergoat, 2007). As autoras afirmam: “Certos pesquisadores propõem substituir ‘conciliação’, ou mesmo ‘articulação’, por ‘conflito’, ‘tensão’, ‘contradição’ para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 604).

Imperam nesse modelo abismos de raça e classe, compondo a mencionada situação em que mulheres, em geral brancas e de classe média (parte do circuito de *cuidado como obrigação*), se utilizam do trabalho doméstico e de cuidado de outras, que costumam ser negras, migrantes ou pobres (delegando as tarefas para o circuito de *cuidado como profissão*). Essa lógica reflete o paradoxo apontado por Faur (2014, p. 115), em que a busca por igualdade de gênero pode acabar por produzir maiores desigualdades de classe se pautada apenas pelas demandas de mulheres de maior *status* social.

As desigualdades de raça e classe são, desse modo, estruturantes das trocas que se estabelecem. Além de obstáculos no acesso à infraestrutura estatal ou ao cuidado profissional, elas caracterizam o vigor das “ajudas” como única alternativa de cuidado (Guimarães; Vieira, 2020). As combinações de estruturas institucionais convergem na responsabilização e na precarização do emprego, que recaem sobre as mulheres vulneráveis, tornando-as protagonistas dos dois lados dos vínculos de ajuda: por necessidade de renda ou de apoio e solidariedade, sem que seja possível dissociá-las.

2.3 Cuidado e participação pública: maternagem e estratégias cotidianas

Esta dissertação segue diretrizes da tradição intelectual da epistemologia feminista, o que se reflete na elaboração da pergunta que norteia a pesquisa de campo e nas reflexões que dela decorrem: as indagações feitas demandam respostas complexas e, por vezes, paradoxais. Isso impede que as constatações resultantes ou os diálogos com a teoria sejam inseridos em lógicas binárias, como se fosse possível afirmar, categoricamente, que se trata “disto ou daquilo” (Matos, 2008). Nas relações cotidianas de cuidado analisadas, estão sobrepostas características de independência, interdependência, resistência e subordinação de maneira concomitante. Quando focamos nas “ajudas”, ao passo que se constituem como estratégias que por vezes potencializam a participação em instâncias públicas para as mulheres, estas também estão inseridas em contextos de profunda privação e subordinação, sem que uma das características invalide a outra.

Dessa forma, resistência e subordinação estariam em polos opostos do complexo leque de características aplicáveis às tarefas de cuidado inseridas no cotidiano das famílias. À luz do exposto acima, não seria possível determinar, seja partindo da literatura, seja dos dados colhidos na etapa de campo (detalhados no Capítulo 4), que uma tática utilizada por uma mãe sobrecarregada por tarefas de trabalho reprodutivo implique uma completa subversão à norma; tampouco poderíamos dizer que todas as ações voltadas a atender a demandas de cuidado são parte de uma submissão estrutural das responsáveis. Infere-se, portanto, que a resposta estaria nas instâncias intermediárias entre os dois termos, ou mesmo nos paradoxos que a prática cotidiana do cuidado envolve e suscita, em relações e contextos institucionais concretos. Alguns apontamentos apresentados a seguir permitem aprofundarmos esse debate.

Desenvolver essa análise só é factível se, em primeiro lugar, repensarmos as definições de resistência, de participação e de política para além das que são tradicionalmente dadas a esses termos. Propõe-se superar a noção de que o poder jaz apenas nas instituições formais ou de que a resistência se faz somente via greve sindical, ou nos movimentos sociais organizados, para incorporar outras formas de se contrapor ao *status quo*, especialmente aquelas construídas à margem, como as presentes no cotidiano das mulheres (Collins, 2019; Gago, 2020).

Ao designar a vivência rotineira das mulheres como eixo fundamental de estudo, lançamos uma nova luz sobre o que entendemos por política, cientes de que as relações corriqueiras não são um capítulo isolado, e sim partes de uma perspectiva basilar segundo a qual se podem repensar as relações de poder como um todo (Gago, 2020).

Da teoria de Gago nos toca, ainda, sua definição de resistência a partir do entendimento da precariedade como condição comum, embora diferenciada por gênero, raça e classe. Por exemplo, poderíamos nos perguntar: só reconhecemos uma greve se feita por sujeitos sindicalizados (qual o gênero e a raça desses trabalhadores)? A resistência só existe em interface com as vias institucionais, ou a luta pela sobrevivência é também uma forma de resistir? O que define uma ação coletiva enquanto resistência, dada essa predisposição em enxergar a resistência para além dos critérios institucionais e sindicais? Essas perguntas problematizam o fazer político contribuindo para o caminho que se pretende percorrer: se aquela que “toma conta” e “ajuda” tem raça e classe definidas, é elementar que, ao instituir os espaços cotidianos como políticos, priorize-se seu olhar.

A partir dessas provocações, é possível aprofundar duas perspectivas fundamentais para repensar a presença das mulheres em espaços públicos a partir de suas vivências: a resistência das ações cotidianas não institucionalizadas, ou seja, da “força dos vínculos como estratégia de luta” (Federici, 2023, *online*), e a maternagem.

Esses dois enfoques priorizam como referencial a vivência das mulheres negras. Embora não exista uma mulher negra essencial e arquetípica, certas experiências comuns fundamentam a criação de um ponto de vista coletivo, uma vez que “você não precisa se branquear para ser universal” (Collins, 2019, p. 66). Grada Kilomba defende a ocupação de espaços que refletem as experiências daqueles que são sempre colocados no papel de *outro*: “esse lugar da “Outridade” não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou de interesse, mas sim a falta de representação sofrida pela comunidade negra” (Kilomba, 2019, p. 51).

No caso do cuidado, há uma ampliação dos caminhos percorridos pelas mulheres negras para endereçar demandas cotidianas em situações de escasso acesso a instituições públicas de suporte, e aos meios para contratar apoio profissional: 42% das mulheres que cuidam de outra pessoa o fazem sem apoio externo ao núcleo familiar, sendo as negras a maioria (54%) das que não recebem suporte. Das 32,4% que encontram apoio entre parentes e vizinhos, 55,5% são negras, segundo o relatório “Sem parar: o cuidado e a vida das mulheres na pandemia”, elaborado por Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista.

Nessas situações, as saídas encontradas são tão naturalizadas que, por vezes, deixamos de observar que envolvem vínculos, a proposição de soluções e possivelmente o empoderamento de um grupo, em “um diálogo contínuo em que ação e pensamento formam um ao outro” (Collins, 2019, p. 75). Para entender sua importância, é preciso conceber

alternativas de poder que levem em conta a ação cotidiana como nível fundamental de conhecimento.

Collins observa que os saberes das mulheres vulnerabilizadas desafiam duas premissas sobre grupos oprimidos: a de que eles não têm consciência da opressão que sofrem, e de que são menos capazes de interpretar a própria experiência. Qualquer ausência de ativismo político, de acordo com essa percepção, decorreria de “uma falta de consciência da própria subordinação” (2019, p. 66).

A luta pela sobrevivência das mulheres negras, no entanto, não se encaixa na concepção tradicional de resistência e ativismo, embora sua organização diária mostre que sobreviver é tão relevante quanto confrontar diretamente o poder institucional. Naturalmente, o fazer político não se dá apenas em postos de autoridade formal ou de militância convencional, do contrário, a baixa representatividade de mulheres negras nesses espaços refletiria uma menor atuação política de sua parte, o que é falacioso. Além das fundamentais pesquisas sobre os impeditivos para a participação feminina nos espaços formais de representação, é preciso ecoar Collins quando diz que há política nas ações cotidianas. Nas palavras da autora:

As definições mais comuns de resistência e ativismo político não compreendem o sentido desses conceitos no dia a dia das mulheres negras. A pesquisa em ciências sociais costuma se concentrar nas atividades políticas públicas, oficiais ou visíveis, ainda que esferas não oficiais, privadas e supostamente invisíveis da vida e da organização social sejam igualmente importantes. Por exemplo, algumas abordagens classistas veem os sindicatos e partidos políticos – duas formas de ativismo político tradicionalmente dominadas por homens brancos – como mecanismos fundamentais para o ativismo da classe trabalhadora. As afro-americanas foram historicamente excluídas dessas arenas, e isso privou essas abordagens de uma análise teórica dos protestos de classe das mulheres negras (Collins, 2019, p. 330).

As brasileiras, da mesma forma que as afro-americanas citadas por Collins, fazem política cotidianamente ao prover sua sobrevivência a partir de estratégias para contornar a sobreposição de opressões em condições de privação. “Sobreviver e lutar pela garantia da vida dos filhos nas periferias brasileiras pode ser interpretado, *per se*, como um ato político” (Quintela, 2017, p. 94).

Além disso, a redefinição do conceito de trabalho reclamada pelas feministas (incorporando o trabalho doméstico e reprodutivo como tal) desafia também o que entendemos por classe trabalhadora na interface política: “contra o estreito modelo dos sujeitos da greve – masculinos, brancos, assalariados, sindicalizados – expandimos sua capacidade política, suas linguagens e suas geografias” (Gago, 2020, p. 14). Uma definição ampla do que entendemos como trabalho expandiria nossa compreensão sobre quem são os trabalhadores, evidenciando o

uso excludente do termo e o fazer político e ativismo ocultos até então. Isso porque, se a dominação acontece via opressões interseccionais que impedem o acesso às vias tradicionais de poder, a resistência deve demonstrar uma complexidade comparável (Collins, 2019).

Em entrevista publicada pela revista mexicana *Ojalá* em 2023, a pensadora italiana Silvia Federici, responsável por marcos da literatura sobre a centralidade do trabalho doméstico e de cuidados na sustentação do capitalismo, opina que “mulheres latino-americanas e negras tornaram a força dos vínculos uma estratégia de luta”. Posicionando as associações e as trocas como oposições ao neoliberalismo (em sua idealização de núcleos familiares autossuficientes), ela defende que “fazer algo positivo quer dizer sair do isolamento. Lutar significa conectar-se com outras pessoas, não ter que enfrentar sozinha o sistema, a dor e o sofrimento em sua vida. Existe a ideia de gerar uma nova afetividade emocional que vai além da asfixia e da solidão do núcleo familiar” (Federici, 2023, *online*).

Dessa forma, refuta-se a naturalização dos vínculos cotidianos como esferas invisíveis da vida, argumentando que há uma possibilidade de que sejam posicionados como ações de promoção da participação feminina em espaços públicos por suas estratégias de sobrevivência conjunta. Assim, somam-se dois desafios: desvincular a associação entre poder e institucionalidade, reformulando, por consequência, o que entendemos por resistência e classe trabalhadora; e entender quais características dessas relações diárias poderiam torná-las estratégias cotidianas de participação pública.

A maternagem, nesse contexto, também merece ser analisada como possível forma de resistência e de ampliação da participação em espaços coletivos por meio da ação conjunta. Tradicionalmente tida como isolada entre as paredes do lar, a maternidade pode também ser uma experiência social e política a partir da conexão entre as práticas de cada família e as vivências coletivas e/ou similares que atingem todas elas. Estas podem se dar a partir de acontecimentos semelhantes que incidiram sobre diferentes lares, como acontece com as mães de filhos desaparecidos, como também ter origem em situações cotidianas compartilhadas, como filhos que frequentam a mesma escola (Di Marco, 1997). Essa segunda visão da maternidade como experiência política contradiz a primeira, na qual as questões familiares estariam isoladas da coletividade. Nesse contexto, segundo Graciela Di Marco, a concepção de cidadania deve ser ampla o suficiente para contemplar as diferentes experiências das mulheres e mães.

Especialmente no que tange às demandas de cuidado como ajuda, a conexão entre maternagem e ação conjunta pode ser vinculada aos conceitos de “outras mães” (*other mother*)

e “outras mães comunitárias” (*community othermothering*), considerados críticos para a sobrevivência das famílias negras norte-americanas, com reflexos também na estruturação das periferias brasileiras (James, 1993; Lawson, 2000).

As “outras mães” são aquelas que dão assistência às mães biológicas nas responsabilidades de cuidado com as crianças em arranjos mais ou menos formais; e podem ser tias, primas, avós, embora não estejam restritas aos núcleos de família estendida. Elas não atuam apenas para aliviar o estresse do cuidado diário, mas representam também referências para as crianças. Tal forma de construção de comunidades vem da diáspora africana e se desenvolveu como resposta à crescente necessidade de dividir a responsabilidade pelo acolhimento das crianças (James, 1993, p. 46).

Rocha (2014), em suas pesquisas nas comunidades e favelas cariocas, observa entre suas entrevistadas o uso da primeira pessoa do plural, nós, para se referir às problemáticas maternais enfrentadas em suas rotinas. Para a autora, isso acontece porque há uma perspectiva compartilhada, “evidenciando o fato de que a maternidade negra é essencialmente coletiva”. As práticas maternais comunitárias são centrais para muitas mulheres negras, sendo a posição que ocupam nessas trocas uma forma de afirmar seu posicionamento diante de uma sociedade que as exclui (Lawson, 2000).

O relatório “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, conduzido virtualmente no Brasil entre abril e maio de 2020, mostra que, entre aquelas que cuidam de outras pessoas (em famílias estendidas, envolvendo, por exemplo, sobrinhos, ou em redes nas vizinhanças), 57% são responsáveis por filhos de até 12 anos, e 6,4% são incumbidas de outras crianças, sendo que as mulheres negras são 60% dessas últimas.

A denominação de “outras mães” tem raízes no período de escravização, no qual as famílias desmanteladas passaram a operar a partir da responsabilidade mútua pela criação das crianças. Com o passar do tempo, a lógica comunitária se perpetua na forma de responsabilização pelas necessidades coletivas, que pode gerar, inclusive, o ativismo social. As comunidades de escravizados ocupavam posições opostas às da esfera pública e branca masculina, contribuindo para a formação de uma sociedade civil negra importante, embora subjugada, na qual as responsabilidades de cuidado infantil eram executadas via ajuda mútua (Collins, 2019).

Os padrões afro-americanos de maternidade e de outras mães estimularam o que Patricia Hill Collins chama de ética do cuidado generalizada, na qual as mulheres negras se sentem responsáveis pelos filhos de toda a comunidade, e os tratam como membros de suas famílias.

A condição se extrapola de tal maneira que, se membros de uma comunidade estão diante de problemas similares que só podem ser enfrentados por meio da ação coletiva, as mulheres assumem a função de outras mães comunitárias para remediar a situação (James 1993, p. 48).

Aproximando essa construção histórica das comunidades brasileiras, é interessante observar como o sociólogo Florestan Fernandes descreve o período após a abolição da escravidão no Brasil, no qual os homens negros foram abandonados pelas estruturas públicas e relegados a posições precárias em trabalhos mal remunerados. Fernandes (1978, p. 77) reporta que as mulheres negras, por muitas vezes, eram as únicas responsáveis pelo sustento de suas famílias; padrão que se reflete ainda hoje, em que 38,1 milhões de domicílios brasileiros são chefiados por mulheres (50,8%), sendo 21,5 milhões por mulheres negras, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023).

Nesse caso, nos interessa a narrativa do autor de que, com as mães no mercado de trabalho, as crianças negras desassistidas tornavam-se problemas para a sociedade. Esse arranjo implicava que os menores ficassem nas casas de parentes ou de vizinhos durante a jornada laboral, criando esquemas de solidariedade doméstica e nas vizinhanças, como os que discutimos nesta dissertação. Para ele, no entanto, as configurações de famílias estendidas e circuitos comunitários eram limitantes, pois os jovens não recebiam a formação necessária para superar os ciclos de pobreza. Sobre essa posição, Rocha (2014, p. 70, tradução nossa) opina que Fernandes “fazia sua análise por meio de uma lente etnocêntrica que não reconhecia a maternagem coletiva como algo valioso”.

Esse valor pode ser verificado em outras leituras históricas da condição das mulheres negras no Brasil, como no resgate que Sueli Carneiro faz da expressão “matriarcado da miséria” do poeta nordestino Arnaldo Xavier. Segundo ela, a frase é capaz de mostrar que as “mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo país” (Carneiro, 2011, p. 120).

As mulheres são centrais nos grupos sociais periféricos, observa Teixeira (2020, p. 39), “o que ocorre não só em função da estrutura familiar na qual nem sempre os homens cumprem suas obrigações, mas em virtude da força que a mulher representa nessas comunidades”. Segundo ela, as mulheres empobrecidas e negras desafiavam e desafiam modelos burgueses de família nos quais a submissão ao homem é regra; e, da mesma forma, nem sempre viam a maternidade como fado único e natural das mulheres, enquanto ser mãe era visto como destinação natural das burguesas.

Nessa perspectiva, Collins sugere que as mulheres negras veem o cuidado não remunerado prestado a suas famílias mais como forma de resistência à opressão externa do que como exploração pelos homens (Collins, 2019). Em tais casos, a posição da mulher na organização social é fruto de sua própria relevância, e não da ausência dos maridos e pais: “redes de mulheres organizadas e resilientes, formadas por mães de sangue e de criação, são fundamentais para compreender essa centralidade [...], e as normas das comunidades afro-americanas determinam que os vizinhos cuidem dos filhos uns dos outros” (Collins, 2019, p. 299). Até a possibilidade de uma oposição entre público e privado pode ser questionada, uma vez que às mulheres negras nunca foi dada a possibilidade de habitar exclusivamente a esfera doméstica sem desempenhar tarefas no mundo público.

Portanto, no que tange à lógica neoliberal, as redes coletivas e a colaboração das “outras mães” rejeitam a separatividade entre interesses conjuntos e individuais, em que cada família seria responsável apenas pela própria sobrevivência. Nesse contexto, as crianças e os dependentes deixam de ser propriedades privadas do sistema capitalista e passam a ser objeto de cuidado de todos. Além disso, a maternidade na diáspora africana, defende James (1993, p. 46), pode ser vista como reafirmação cultural, sedimentando a forma como a comunidade se organiza para nutrir a si e às futuras gerações. Para a autora, as outras mães comunitárias, a partir de suas raízes africanas, podem servir como um *link* importante do feminismo negro para a transformação social no século XXI.

Por fim, cabe uma provocação, já que os estudos referenciados até aqui argumentam que a identidade política das mulheres em condições de privação nas relações de cuidado é formada a partir dos espaços que ocupam em suas comunidades, sendo a articulação enquanto “outras mães” parte intrínseca de sua influência local. Se o posicionamento comunitário constitui uma forma de promover a participação nos espaços de poder, é curioso que, justamente a partir das opressões vividas como mães, surjam tanto a necessidade quanto a possibilidade do agir público e político. Assim sendo, a maternidade (que motiva mais uma camada de opressão sofrida nas relações de cuidado) poderia ser o catalisador da demanda por participação pública e democrática. Nesse contexto, as redes comunitárias poderiam adquirir papel fundamental ao criar vínculos, permitir a formação de lideranças e o tempo livre, premissa da organização social e da participação pública.

Partindo dos escritos das autoras mencionadas até aqui, propõe-se observar as possíveis contraposições cotidianas ao isolamento familiar e à domesticidade feminina por meio do cuidado e das redes de ajuda. As mulheres encarregadas de tarefas de cuidado entendem que

essas redes possibilitam uma reconfiguração da desobediência à expropriação de suas energias vitais? Nossa investigação explora se há e como as mulheres compreendem a possível ampliação de sua participação pública, apesar de sabermos que as relações de ajudas são essencialmente fundamentadas por opressões que implicam barreiras de acesso ao mercado e às políticas públicas. Tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: de que formas as tarefas de cuidado impactam a posição das mulheres nas relações sociais, incluindo o acesso a recursos e à participação pública? Na percepção delas, as trocas de cuidados “como ajuda” de suas rotinas contribuem para sua participação em espaços públicos? Como?

O trabalho de campo descrito nos próximos capítulos busca contribuir com elementos para aprofundar as questões e hipóteses aventadas a partir da teoria discutida nos dois capítulos iniciais desta dissertação.

3 METODOLOGIA E PERCURSO DA PESQUISA

Conforme discutido anteriormente, ao centrar a investigação na percepção das mulheres, procura-se superar o entendimento de que existiria uma resposta única para as questões que se apresentam. Infere-se, desde o princípio, que as respostas encontradas serão complexas e, por vezes, paradoxais

É nesse contexto que se situam as análises apresentadas, que ainda assim (ou justamente por isso) trazem contribuições ao fazer e pensar feministas: ao dar voz aos dilemas e às opiniões das mulheres subalternizadas e encarregadas de tarefas de cuidado, a pesquisa vai de encontro ao fazer ciência pretensamente isento, branco e masculino e pode “postular emancipatoriamente outros universais que, por sua vez, não tenham a postura colonialista” (Matos, 2008, p. 345).

Assim, tem-se uma pergunta de pesquisa que não pode ser inteiramente confirmada ou declinada, pois nos interessam prioritariamente as percepções das entrevistadas sobre os temas englobados por elas. Pergunta-se: de que formas as tarefas de cuidado impactam a posição das mulheres nas relações sociais, incluindo o acesso a recursos e à participação pública? Na percepção delas, as trocas de cuidados “como ajuda” de suas rotinas contribuem para sua participação em espaços públicos? Como?

3.1 Opções metodológicas da pesquisa

Tem-se como eixos norteadores que pautam tanto a descrição da teoria quanto a realização da pesquisa: i) a interseccionalidade como projeto de superação de desigualdades que questiona a existência de uma “mulher universal” a partir do reconhecimento da inseparabilidade entre racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado (Akotirene, 2020); ii) a epistemologia feminista como alicerce para fundamentações que consideram os paradoxos inerentes à complexidade dos sujeitos como eixos basilares da análise dos resultados (Matos, 2008) e iii) o pensar situado, já que “a potência do pensamento sempre tem corpo” (Gago, 2020, p. 12).

A metodologia a seguir foi elaborada buscando possibilitar esse percurso e considerando recortes de viabilidade de execução e de representatividade dos sujeitos. Ela é apresentada em três etapas: levantamento teórico, mapeamento e entrevistas.

3.2 Premissas adotadas nos capítulos teóricos

O levantamento teórico apresentado no Capítulo 1 argumenta pelo entendimento do cuidado como tema político, seguido do Capítulo 2, que traz uma visão crítica, a partir das mesmas bases, sobre relações cotidianas de cuidado. Ambos privilegiam textos de mulheres brasileiras, latinas, negras ou envolvidas em construções que partem das periferias.

Essa escolha se dá desde duas premissas: i) reiterar a relevância do conhecimento produzido por aquelas e aqueles que permaneceram historicamente às margens da produção acadêmica considerada científica e relevante (Carneiro, 2011; Kilomba, 2019), já que “as universidades são bastiões da dominação masculina e as ciências supostamente objetivas fecham os olhos para a problemática feminina”, segundo Maria Mies (1998); e ii) exaltar e valorizar o conhecimento de mulheres inseridas em contextos semelhantes às realidades das entrevistadas na etapa de campo, estabelecendo uma relação entre teoria, sujeito-pesquisadora e sujeitos-pesquisados na qual a pesquisadora e seu referencial teórico são, também, parte do que se busca conhecer (Silva, 2015).

Além disso, durante a elaboração dos dois capítulos teóricos, observou-se como a interdisciplinaridade intrínseca ao cuidado está refletida em diferentes abordagens sobre o tema em pesquisas acadêmicas. Em primeiro lugar, claro, há debates feitos desde os fundamentos da Ciência Política (Biroli, 2012, 2018; Biroli; Ballestrin, 2022; Biroli; Miguel, 2014; Fineman, 2004; Tronto, 2013, 2017), que criam as bases para posicioná-lo como tema elementar nas argumentações sobre democracia, cidadania, justiça, relações de poder, acesso a recursos, entre outros.

Ultrapassando as fronteiras da área de estudos à qual nosso diálogo está vinculado, buscou-se incorporar ao texto perspectivas interdisciplinares, dadas as características transversais do objeto: há análises baseadas na Sociologia, como na classificação do cuidado como ajuda e nas pesquisas de campo sobre comunidades e vizinhanças citadas no Capítulo 2 (Faur, 2014, 2022; Guimarães, 2019, 2021; Moreno 2019); na Antropologia, quando se aborda o "ficar com" (Fernandes, 2011, 2018); na Política Social e na Administração Pública a partir das discussões sobre corresponsabilização do Estado nas políticas de cuidado infantil (Marcondes, 2013, 2019), entre outras.

É importante pontuar, ainda, que, em todas as disciplinas, observou-se que os circuitos de cuidado como profissão (praticado por cuidadoras e babás) e como obrigação (desempenhado nos núcleos familiares) são costumeiramente os focos de análise (Guimarães,

2021). As “ajudas” e os recursos adotados cotidianamente para superar as demandas de cuidado aparecem de forma incipiente, de modo que se considerou que o exposto nos dois primeiros capítulos é relevante também por reunir esse material teórico. As inferências a serem construídas de forma subsequente na análise da pesquisa de campo só serão possíveis por meio da base apresentada nas duas seções anteriores.

3.3 O processo de escolha e os encontros com as entrevistadas

Conforme determinado pela pergunta de pesquisa, bem como pelas balizas definidas nos capítulos teóricos, na etapa de campo, investiga-se a percepção das mulheres sobre tarefas cotidianas de cuidado sob sua responsabilidade, buscando explorar a visão delas acerca de relações com o Estado e a vizinhança, responsabilização e participação em espaços públicos.

O desafio inicial dessa etapa foi determinar quais seriam as mulheres entrevistadas a partir da escolha da região onde seria realizada a pesquisa. Inicialmente, houve um desafio inerente às características estruturantes do objeto: as estatísticas sociodemográficas não possuem categorias capazes de apreender os detalhes da vida comunitária dos tecidos sociais mais pobres; ou seja, não há pesquisas que demonstrem de forma quantitativa a divisão entre as ocorrências do cuidado como profissão, obrigação ou ajuda. Embora esses últimos sejam frequentes, eles são paradoxalmente invisíveis.

Diante da ausência de estatísticas que pudessem embasar a escolha da localização da etapa de campo, optei por utilizar como principal critério a possibilidade de aproveitamento de meus vínculos preexistentes com as possíveis entrevistadas, para criar um ambiente propício aos diálogos. Com base nesse parâmetro, foi selecionado o município de Águas Lindas, Goiás, decisão que será mais bem detalhada a seguir. Além de minha proximidade com a região, caráter prioritário de escolha, considerei também as características sociodemográficas da localidade e a consequente incidência ampliada dos circuitos de cuidado como ajuda, considerados os índices de vulnerabilidade social.

Assim, como critério fundamental para viabilizar diálogos francos na fase de campo da pesquisa, considerei minha facilidade de acesso para entrevistar as mulheres do município de Águas Lindas, dada minha inserção há dois anos como voluntária no coletivo de Promotoras Legais Populares do Distrito Federal e entorno¹¹ (PLPs, vinculadas à Faculdade de Direito da UnB), que lidera cursos sobre direitos humanos das mulheres no Instituto Federal de Águas

¹¹ Promotoras Legais Populares: <http://plpunb.blogspot.com/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

Lindas (os cursos acontecem também na região administrativa da Ceilândia, no Distrito Federal, mas com outro grupo de cursistas e facilitadoras). Apesar de a pesquisa empreendida não ter vínculo com o grupo, a frequência de minha participação nos encontros e a familiaridade prévia com as mulheres residentes nessa região funcionaram como ponto de partida para a definição das entrevistadas, uma vez que a relação entre pesquisador e pesquisado, além de social, é política (Zaluar, 1986). Dessa forma, as introduções a possíveis entrevistadas foram feitas desde minha interface prévia com as residentes de Águas Lindas, para mediação entre fonte e entrevistadora (Minayo, 2012).

Iniciei o mapeamento das entrevistadas apresentando os objetivos da pesquisa a dois grupos distintos: para as matriculadas na turma de 2023 das PLPs¹², com as quais convivo quinzenalmente, aos sábados, durante as oficinas; e para as facilitadoras da turma que também atuaram ao meu lado nos cursos de 2021 (virtual) e 2022 (presencial). Para os dois grupos, expliquei que buscava contato para a realização de uma entrevista com duração de 30 a 40 minutos com mulheres que possuíssem tarefas de cuidado de forma relevante em seu cotidiano e que concordassem em conversar sobre elas, mas sem estabelecer outros critérios prévios, como idade, quantidade de filhos, estado civil, escolaridade, convivência com idosos ou dependentes, e sem saber se possuíam redes familiares ou de vizinhança.

Das primeiras trocas sobre esta pesquisa com a equipe de facilitação, surgiu a ideia de propor uma oficina sobre cuidado e trabalho reprodutivo em um dos encontros do curso. Dessa forma, em agosto de 2023, realizamos uma roda de diálogo com cerca de 25 mulheres, na qual sugeri temas para debate. Ressalto que, apesar de eu ter conduzido a oficina, os formatos utilizados não eram de “sala de aula”, tampouco buscavam apresentar respostas e conceitos, mas, sim, permitir que todas compartilhassem experiências e tivessem tempo de fala. Dentre os temas abordados estiveram: o trabalho doméstico pode ser entendido como trabalho? Quais trabalhos são produtivos e geram valor? Alguém divide com você as tarefas domésticas e de cuidados da sua casa? Por que você é a pessoa responsável? Em seguida, em grupos, pensamos sobre os desafios de cuidado enfrentados no município. O objetivo foi provocar a reflexão sobre demandas de cuidado cuja solução não fosse limitada às famílias, envolvendo instâncias como a prefeitura, os empregadores e outras instituições.

O encontro não visava coletar dados para esta dissertação (embora, inevitavelmente, ele tenha contribuído para minhas reflexões), mas propor debates conjuntos. Procurei dividir com

¹² Para participar do curso, que é gratuito e ocorre quinzenalmente aos sábados, os únicos critérios são: identificar-se como mulher e ter mais de 18 anos.

esse pequeno grupo, parte da comunidade em que a pesquisa seria realizada, um condensado dos levantamentos teóricos do estudo em curso, considerando as implicações de desenvolver uma análise feminista dentro de uma universidade pública. Essa escolha atende também a outras perspectivas dos estudos feministas, pois, ao analisar formas coletivas de enfrentamento ao patriarcado, permitimos a construção do conhecimento: “a prática política e organizativa das mulheres também pode ser tomada como objeto de análise teórica e, ao mesmo tempo, alimentar as respostas que buscam explicar a situação das mulheres” (Silva, 2015, p. 387). Como proposto por Donna Haraway, essa pesquisa deseja promover “a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (1995, p. 24).

Após a oficina, os diálogos decorrentes que tive com as cursistas e facilitadoras sobre o trabalho desenvolvido nesta pesquisa serviram como ponto de partida para o agendamento de entrevistas com 17 mulheres residentes em diferentes áreas de Águas Lindas e com perfis socioeconômicos variados. Mais detalhes sobre o perfil dessas mulheres e o processo de agendamento das entrevistas constam no subtópico abaixo, 3.4. Metodologia de Entrevistas.

Por fim, embora não seja o principal critério de escolha, as características sociodemográficas de Águas Lindas reforçam a avaliação de que esse espaço era adequado para a realização da etapa de campo. Trata-se do quinto maior município de Goiás, com 206.758 habitantes, embora componha também a Área Metropolitana do Distrito Federal (AMB). O percentual de mulheres que não trabalham ou estudam é duas vezes superior ao dos homens (52,21% delas contra 24,31% deles): “provavelmente, um dos motivos dessa disparidade seja o fato de as mulheres estarem mais voltadas às questões ligadas aos afazeres domésticos, como cuidar da casa, dos filhos e dos idosos”, observa o relatório da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD, 2018, p. 32)¹³. A distribuição de cor e raça é de 57,6% pardos, 29,3% brancos e 11,6% pretos, e a renda domiciliar média em 2018 era de R\$ 2.034,73, ou seja, R\$ 616,90 *per capita*.

Ainda de acordo com a PMAD, os serviços domésticos pagos em Águas Lindas são quase inexistentes: apenas 0,52% dos lares contam com diaristas e 0,21% com mensalistas. As crianças de até 6 anos fora da escola são 6,63%, embora, na faixa etária subsequente, 95,19% dos jovens de 6 a 15 anos estejam matriculados segundo a pesquisa (a matrícula na pré-escola

¹³ A PMAD mais recente com dados de Águas Lindas é de 2107/2018. A análise é regulamentada pelo Decreto n. 39.403, de 26 de outubro de 2018.

é obrigatória a partir dos 4 anos). De acordo com o site da prefeitura, há 47 escolas e creches na rede municipal em 2023 (Águas Lindas, 2023).

Tais qualidades sociodemográficas, principalmente aquelas relativas à participação das mulheres no mercado de trabalho, escolaridade das crianças, renda média, acesso à contratação de serviços domésticos e disponibilidade de creches públicas, tornam Águas Lindas um núcleo relevante para a realização da pesquisa proposta.

3.4 Metodologia de entrevistas

A partir do mapeamento descrito acima, no qual apresentei os temas que pesquiso ao grupo de facilitadoras e cursistas das PLPs, seguiu-se a fase de agendamento das entrevistas. Tive grande receptividade das frequentadoras do curso, e algumas delas gentilmente me concederam entrevistas, antes e depois dos encontros quinzenais, em conversas individuais. Desses contatos resultaram os diálogos realizados em sala privada no Instituto Federal (IFG, Câmpus Águas Lindas) com Emily, Rita, Maria Fernanda e Adriana (os nomes das participantes são fictícios. Mais detalhes sobre essa decisão constam no item 3.5 Entrevistadas).

A partir das trocas com as colegas de facilitação do curso, conheci as demais entrevistadas: a professora Alice cuidadosamente me apresentou a alunas e servidoras do IFG não vinculadas às atividades extracurriculares das PLPs, o que resultou nas entrevistas com Fabiana, Débora, Carmela, Maria do Socorro e Nise. As interlocuções com elas foram feitas em sala reservada no IFG, antes do horário de aula de cada uma. Dado o caráter pessoal da organização cotidiana de cada lar abordado nas entrevistas, foi preciso conquistar a confiança das entrevistadas (uma vez que as mulheres desse segundo grupo não me conheciam antes, ao contrário das primeiras), o que, para além da apresentação por meio de pessoas de confiança, demandou um acercamento baseado em afeto, amizade e empatia (Martins, 2004). Essa aproximação visou permitir ir ao encontro das vivências cotidianas dessas mulheres e acolhê-las “com os afetos e as simpatias da compreensão por meio da entrevista” (Zanatta; Costa, 2012, p. 356).

Outra colega de facilitação nas oficinas das PLPs, Isabella, residente de Águas Lindas, me apresentou a sua vizinha Glória (que entrevistei em sua casa), e também a Rosângela, que é auxiliar de faxina na Escola Estadual Princesa Daiana. Foi por intermédio de Rosângela que conheci suas colegas de trabalho Leila, Isabel e Samara, que concederam entrevistas em intervalos de trabalho na própria escola; e o projeto social Pobres e Pequenininos, comandado por

Dona Divina e sua filha Caroline, que gentilmente me apresentaram e cederam o jardim de sua casa para conversas com Maria Aparecida (Dona Aparecida), Berenice e Ângela. Por fim, Kelly foi minha colega de facilitação das PLPs no ano passado e me recebeu em sua casa para nossa conversa.

No total, foram realizadas 17 entrevistas, quantitativo que não foi estabelecido previamente, dado que amostragens predefinidas não são recomendadas para pesquisas sociais, pois o universo em questão não são os sujeitos em si, mas suas representações, conhecimentos e práticas (Minayo, 2012). A quantidade de entrevistas realizadas é resultado dos diálogos, apresentações, coincidências de horários e, principalmente, da generosidade das entrevistadas que, diante de rotinas extenuantes, reservaram espaços em suas agendas para me contar em detalhes suas percepções e rotinas sobre tarefas de cuidado.

Sabendo das particularidades das pesquisas sobre cuidado e das análises focadas na percepção das mulheres sobre seus dilemas diários, foi estabelecida a metodologia de condução das entrevistas. Seria inviável para uma pesquisa de mestrado um mapeamento extensivo das características das rotinas de cuidado das famílias (o que demandaria a realização de mais entrevistas e com outra estrutura), mesmo em um recorte regional. Assim, a análise das conversas com as 17 entrevistadas não busca categorizar, quantificar ou fornecer generalizações sobre o tema, mas esmiuçar a percepção delas sobre como as tarefas de cuidado incidem em suas rotinas, buscando relacionar essa percepção ao referencial teórico sobre cuidado trabalhado nos primeiros capítulos.

Por isso, estabeleceu-se que o método qualitativo, com entrevistas em profundidade, seria o mais adequado. As pesquisas qualitativas examinam em amplitude e em detalhes os dados e tratam cada unidade investigada como um universo que desafia o pesquisador. Por isso, seu objetivo não é realizar generalizações, pois a profundidade do estudo é o que fundamenta as análises sobre cada caso (Martins, 2004). Compreender uma realidade via abordagem qualitativa é percebê-la pelo olhar subjetivo dos participantes da investigação (Zanatta; Costa, 2012). Essa também é uma forma de privilegiar o conhecimento situado e a parcialidade no melhor sentido que a palavra oferece à construção de pesquisas, possibilitando conexões e aberturas inesperadas, pois “o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular” (Haraway, 1995, p. 33).

Afirmar que as experiências cotidianas das mulheres são pontos de partida de tal relevância que justificam que pesquisadores empreendam esforços teóricos sobre elas é um princípio das pesquisas feministas que aparece nos trabalhos de Donna Haraway (1995),

Patricia Hill Collins ([1990], 2019), Marlise Matos (2008) e Maria Mies (1998), dentre outras. Para Mies, aprofundar-se no cotidiano é de tamanha importância para as pesquisas de Ciências Sociais que quem se dedica a provar hipóteses em condições isoladas ou laboratoriais “está condenado a dissecar cadáveres para sempre” (1998, p. 74). Isso porque “o valor da experiência reside em tornar a vida real um ponto de partida tanto em sua implicação subjetiva concreta como em suas implicações sociais” (1998, p. 73).

Mies entende que, “se não queremos ser cúmplices de nossa própria nulidade científica”, o correspondente acadêmico do lema “o pessoal é político” é justamente apresentar as experiências de mulheres (como nossas 17 entrevistadas) enquanto temas válidos de pesquisa, contornando a frustração pelo fato de que nossas lutas e ideias não formam parte da ciência dominante. “Não dizemos isso pensando em experiências particulares, mas na soma dos processos que indivíduos ou grupos passaram durante a produção de suas vidas” (1998, p. 73), argumenta.

Apesar da tenacidade das obras das autoras que compõem o referencial teórico, apreender via pesquisa de campo as sutilezas da percepção dos sujeitos sobre as estratégias de cuidado que adotam em suas rotinas é uma tarefa desafiadora e cheia de nuances. Sendo assim, a investigação proposta evidencia as falas das mulheres encarregadas das tarefas de cuidado para a compreensão da realidade segundo a interpretação das entrevistadas. Como pontos-chave, a pesquisa foca em como se percebe a responsabilização em diferentes núcleos: familiar, comunitário, e em sentido amplo envolvendo instituições e mercado, com especial atenção a suas percepções sobre a presença/ausência do Estado; e em como está distribuído o uso do tempo e dos recursos das pessoas envolvidas em trocas de ajuda e como estes se alteram pela reciprocidade estabelecida. O roteiro de entrevista está no apêndice desta dissertação.

As entrevistas procuraram conhecer como as mulheres operam para endereçar demandas de cuidado presentes em suas rotinas e os sentidos que elas atribuem a essas dinâmicas. Elas não visam apreender fidedignamente as ações dos sujeitos, mas retratar as narrativas de suas práticas pela visão do narrador, privilegiando o olhar das mulheres sobre suas experiências. Sendo assim, o estudo qualitativo usa da riqueza de dados descritivos buscando compreender a realidade de forma contextualizada e não como um processo matemático (Zanatta; Costa, 2012).

Das participantes da pesquisa, 13 se autodeclararam pretas ou pardas e quatro se dizem brancas. Como dito no Capítulo 3, essa segmentação não foi proposital, pois algumas das entrevistadas foram selecionadas por indicação de outras mulheres (e, muitas vezes, eu não conhecia seus perfis antes do dia das entrevistas). No entanto, entendo que ela corresponde às

características sociodemográficas da população brasileira, em que 42,8% se declaram brancos, enquanto pretos e pardos somam 55,9% (PNAD Contínua, 2022), diferença que se aprofunda em situações de maior vulnerabilidade social: nas classes D e E, as pessoas negras (pretas e pardas) são três em cada quatro, segundo a Pesquisa Diversidade (IPEC, 2022).

Embora não seja o intuito desta dissertação produzir estatísticas, a predominância das mulheres negras entre as entrevistadas dificulta a realização de um maior número de comparações entre as respostas das participantes brancas e negras, considerando as implicações da raça para a responsabilização pelo cuidado.

Reitera-se, no entanto, o entendimento de que a raça é fundamental à compreensão das situações apresentadas no Capítulo 4 quando falamos da sobreposição de opressões que acometem as mulheres responsabilizadas pelo cuidado. A dificuldade de comparar as falas das entrevistadas utilizando a raça como critério de diferenciação se dá unicamente pela menor presença de mulheres brancas entre as participantes (o que possibilita um aprofundamento nas experiências fundamentais das mulheres negras, mas dificulta uma análise baseada em comparações entre umas e outras). Assim, a raça permanece como eixo definidor das análises, como recomenda a publicação “Cuidar, Verbo Transitivo” (Brasil, 2023a), que sugere que estudar o cuidado a partir da dimensão racial seja um compromisso teórico-metodológico e ético-político das publicações. “Tratamos o cuidado como uma questão racial, que começa no reconhecimento da raça como elemento fundante das relações sociais estabelecidas a partir da diáspora africana forçada para o Brasil” (2023a, p. 4), diz a publicação.

3.5 As entrevistadas

A seguir, descrevo brevemente o perfil das entrevistadas. Apesar de todas terem permitido o uso de seu primeiro nome verdadeiro, durante a escrita do capítulo de análise das entrevistas, optei por usar pseudônimos ao refletir sobre trechos bastante pessoais de suas trajetórias. Os nomes citados abaixo, portanto, são fictícios:

- **Adriana**, 46, branca¹⁴, em união estável. Tem duas filhas biológicas, de 20 e 30 anos, a segunda já independente, e duas do coração, de 11 e 14 anos, filhas de seu companheiro. Trabalha como empregada doméstica e é estudante do curso técnico em enfermagem noturno no IFG. No trabalho, cuida de duas crianças de 3 e 6 anos e do lar dos patrões: “[*O mais novo*] é criança de pandemia, então

¹⁴ A cor/raça das entrevistadas foi autodeclarada.

meu marido tem ciúmes disso. Ele tem ciúmes porque, quando eu comecei a trabalhar lá, a minha atenção em casa reduziu, eu chego do serviço, desço aqui, já venho direto pro instituto, termina aqui, eu vou para casa”. Em casa, conta com o suporte das filhas mais velhas para cuidar das menores.

- **Ângela**, 40, parda, divorciada. Tem dois filhos, um deles criado por sua mãe no Maranhão. Vive atualmente com o filho mais novo, de 16 anos, que faz bicos e tenta vaga na escola pública para retomar os estudos. Ângela faz parte do grupo de mulheres mais vulneráveis entrevistadas para esta pesquisa. Estudou até a quinta série, vive do Bolsa Família, de doações e faxinas ocasionais (ela conta que não consegue mais pegar ônibus por causa das sequelas da Covid). Trabalhava como diarista quando Gabriel era criança, pagando R\$ 10,00 para sua vizinha ficar com ele durante a jornada de trabalho: *“Deixava meu filho com as minhas vizinhas. Naquele tempo era R\$10,00 que eu dava para a mulher. Eu trabalhava de diarista em Taguatinga, no Bandeirantes, no Guará, em Brasília toda. Aí pagava para as pessoas R\$ 10,00 pra ficarem com ele.”*
- **Berenice**, 26, preta, em união estável. Estudou até o primeiro ano do ensino médio. Ela e o marido têm como principal renda o Bolsa Família e fazem bicos ocasionais. Na semana da entrevista, estava trabalhando como cuidadora de uma senhora idosa temporariamente. Conta com a ajuda da vizinha Ângela (também entrevistada para a pesquisa) para ficar com seus filhos de 3 e 5 anos, em um vínculo de ajudas mútuas que não envolve retribuição em dinheiro, mas trocas de mantimentos, crédito de celular, entre outros. Com Ângela e Dona Aparecida, são vizinhas do projeto Pobres e Pequenininhos, de Águas Lindas, e recebem doações de cestas básicas, assim como outras famílias.
- **Carmela**, 38, parda, em união estável. Graduada em Administração, cursa licenciatura em Ciências Biológicas no IFG e trabalha no comércio de materiais elétricos e hidráulicos que tem com o marido, anexo a sua residência. *“Todas as noites vir para o IFG é muito gratificante: é aqui que esqueço tudo. Então, jamais, de forma alguma, desistir passou pela minha cabeça, pelo contrário. Aqui vou conseguir a possibilidade de ter uma vida bem melhor do que a que tenho hoje”*. Cuida das filhas de 6 e 16 anos, do filho de 20, e do marido alcoólatra: *“Você tem que tá alertando pra tomar banho, porque a pessoa dependente deixa até o cuidado pessoal de lado. A gente sempre tem que tá*

alertando ele pra essas coisas, principalmente, nas questões dos horários e da alimentação”.

- **Débora**, 30, parda, em união estável. Cuida das filhas de 6, 8 e 13 anos, do filho de 11 anos e dos pais, pois seu pai tem hanseníase e precisa de curativos nos dedos amputados. Estudante de técnico em enfermagem no IFG e do segundo semestre da faculdade de Enfermagem. *“Meu esposo apoia em questão que ele não me impede de nada. Se eu quiser vir pra escola dez vezes no dia, venho dez vezes. Mas chega em casa, a louça tá lá, a comida tá lá pra mim fazer, se eu não fizer, ninguém come. Tudo é eu. Eu tenho ajuda de incentivar, mas não tem dó, é metendo serviço em mim”.* A renda de sua casa vem principalmente do Bolsa Família, complementada por outros programas governamentais de transferência de renda e pelos bicos de pedreiro do marido. *“Não trabalho, não tem como eu trabalhar, porque ou trabalho, ou estudo. Então, tudo é do governo. Tudo que tem na minha casa é do governo. Meu café da manhã é do governo. Tudo eu dependo dele. Ele me ajuda em tudo, é minha mãe”.* Não tem amizades e relações de vizinhança, e seu filho de 11 anos cuida das irmãs menores quando estão sozinhos.
- **Emily**, 37, parda, em união estável. Cuida dos filhos de 9, 11 e 13 anos como dona de casa enquanto o marido trabalha para sustentar o lar (atualmente, como flanelinha). Tem ensino superior incompleto, pois deixou a faculdade em duas oportunidades devido a tarefas de organização do lar. É facilitadora do curso de direitos humanos das mulheres das PLPs, realizado quinzenalmente aos sábados. Residente de Águas Lindas há dois anos, dá conta sozinha da rotina dos filhos, situação diferente da vivida em Ceilândia, onde a família residia anteriormente. *“Os cursos que eu fiz foi tudo lá, antes de vir para cá. Do ‘Qualifica DF’. Os meninos tinham onde ficar [com as vizinhas da rua], eu ia, estudava. Aqui eu fiquei mais presa, né? Tem como eu deixar os meninos aqui só pra ir pro DF, até pegar o ônibus cheio, voltar? É muito tempo que eles ficam sós”.*
- **Fabiana**, 39, branca, em união estável. É a única das entrevistadas com pós-graduação: tem doutorado e há seis anos trabalha como professora no IFG. Nos últimos dois anos, atuou também como coordenadora acadêmica na instituição. Tem um filho de 4 anos de quem cuida com o marido e que fica em Minas Gerais com seus pais a cada dois meses, quando o marido precisa fazer viagens a

trabalho. “[Sem as ajudas] *eu nem teria assumido a coordenação acadêmica, né? Então, contar com essa rede de apoio, pra mim, sempre foi fundamental. Na pandemia, tentei um concurso pra voltar para Uberlândia. Estudei muito, minha família me apoiou muito, minha tia olhou muito meu filho. Isso é uma coisa que eu não faria, né? Não tentaria um concurso se não tivesse o apoio que eu sempre tive da minha família*”.

- **Glória**, 42, preta, solteira. Durante a semana, sai de casa às 4h para trabalhar como cobradora de ônibus e, nos fins de semana, atua como babá. Tem uma filha de 24 e um filho de 20 anos, já independentes, e cuida do filho de 12. É responsável pelo sustento da casa e conta com a sobrinha, que é sua vizinha, para olhar o filho nos períodos em que está trabalhando. Durante a criação dos filhos pequenos, tinha essa mesma dinâmica com sua irmã, época em que residiam na mesma casa. Compara a presença da irmã na criação dos filhos mais velhos a uma providência divina: “*Sem a ajuda não teria conseguido de jeito nenhum*”.
- **Isabel**, 44, amarela¹⁵, em união estável. É merendeira em uma escola estadual de Águas Lindas. Tem uma filha de 23 anos, já independente, e gêmeos de 9. No período em que os meninos saíram da creche integral (ao completar 4 anos), passou a se revezar com o marido para trabalharem em dias alternados, de modo que os filhos não precisassem ficar com outras pessoas no contraturno escolar: “*meu esposo trabalhava dia sim e dia não e eu fazia faxina dia sim e dia não, para não precisar de ninguém olhando meus filhos. Então, ele estava em casa e eu estava na rua, ganhando o pão, ele saía para ganhar o pão e eu ficava em casa*”. Atualmente, trabalha diariamente na escola (das 13 às 22h) e cuida dos filhos no período da manhã.
- **Kelly**, 36, parda, em união estável. Formada recentemente no técnico em enfermagem no IFG, está buscando colocação profissional na área. Tem três filhas, de 2, 14 e 16 anos, e três filhos, de 7, 9 e 16 anos (a filha e o filho mais velhos são gêmeos). O marido sustenta a casa, e ela se alternava entre trabalhos de diarista e os estudos antes da formatura. Sua vizinha cuidou dos três filhos mais novos enquanto ela concluía o curso e cumpria a fase de estágios. “*Eu*

¹⁵ Embora tenham sido mantidas as autodeclarações de cor e raça feitas pelas entrevistadas, observo que Isabel, que se declarou “amarela”, não possui características ou fenótipo oriental. Caso coubesse fazer ajustes na autoidentificação das entrevistadas, diria que Isabel é uma mulher branca.

ficava tranquila, porque eles estavam com a pessoa responsável, apesar de não ser parente minha, mas cuidava parecendo que era neto dela mesma e eu ficava mais tranquila para poder estagiar, a cabeça mais fria, poderia executar as minhas atividades lá tranquila, sem correr risco, nem eu e nem a paciente que eu estava atendendo”.

- **Leila**, 38, preta, divorciada. Cuida dos filhos de 7 e 19 anos, sem auxílio do ex-companheiro, exceto pela pensão do mais novo. Trabalha como auxiliar de limpeza em uma escola estadual em Águas Lindas. Tem ensino médio incompleto. Paga uma de suas vizinhas para buscar o filho em uma creche informal e levá-lo para a escola no período da tarde. Depois da aula, ele volta para a creche, onde os horários de levar e buscar são mais flexíveis. Lily tem ajuda do filho mais velho nos cuidados com o menor, mas não tem tempo disponível para atividades de lazer ou para si. *“Principalmente pedal, que amo pedal e não posso sair direto, tem um pequenininho, aos finais de semana não consigo mais, porque no sábado o meu filho trabalha, não tem como eu sair com o pequeno”.*
- **Maria Aparecida (Dona Aparecida)**, 64, parda, em união estável. A mais velha das entrevistadas, tem três filhos já adultos, dez netos e dois bisnetos. Três dos netos moram próximo de sua residência, dos quais cuidava quando menores enquanto sua nora trabalhava. Atualmente, esses netos têm 12, 13 e 19 anos e a ajudam com a limpeza e a fazer comida. Estudou até a quarta série, mas não sabe escrever. Perdeu o benefício do INSS recentemente e vive de doações e de ajuda dos filhos, além de alugar dois barracos próximos de sua casa. Criou os filhos no Piauí enquanto trabalhava como assistente de serviços gerais em um hospital. *“Meus filhos eu nunca deixei com ninguém. Não confiava e eu trabalhava: quando estava de plantão, meu marido não trabalhava, ficava com os meninos. Meio-dia, eu dava um pulo lá em casa, dava banho, dava comidinha, deixava a mamadeira de cada, tudo no isopor, deixava a frutinha lavadinha dentro da vasilha. Tudo arrumadinho.”*
- **Maria do Socorro (Socorro)**, 45, preta, viúva. No momento da entrevista, estava às vésperas de concluir a licenciatura em Ciências Biológicas, com um trabalho de conclusão sobre o que fazia as alunas do IFG evadirem de seus cursos. Descobriu que a principal razão era que *“elas enfrentaram muitas*

violências, marido agressivo dentro de casa que não queria que elas estudassem, assim trazendo os filhos. Inclusive eu, né, que sou uma delas”. No passado, Socorro sofreu violências do marido (quando este era vivo), enquanto cursava o técnico em enfermagem, também no IFG. Hoje, ela cuida de seus três filhos: a mais velha, de 25, tem anemia falciforme, o do meio, de 21, é seu “calouro” no curso de Biológicas, e o mais novo, de 1 ano e meio, frequentou as aulas do curso com a mãe desde que nasceu, andando pela primeira vez em sala de aula (o que virou até reportagem de TV, segundo ela). Atualmente, trabalha como empregada doméstica no Distrito Federal.

- **Maria Fernanda (Fernanda)**, 38, branca, em união estável. Sustenta a casa trabalhando em um salão de cabeleireiros no Distrito Federal (cabeleireira e administrativo) e faz aplicações de cílios nos fins de semana, enquanto o marido faz parte dos cuidados das filhas de 2, 4 e 9 anos, como dar banho, comida e levar para a escola (ela se responsabiliza por deixar todas as tarefas encaminhadas para que ele possa executar). À noite, estuda licenciatura em Ciências Biológicas no IFG. Cuida também de sua mãe alcoólatra, com apoio do irmão, sendo a filha que mora mais próximo da mãe. *“É muita cobrança: você não tem tempo pra isso, não tem tempo pra aquilo. Então, vamos ajudar mais, chega em casa, lava uma louça, José, me ajuda, que vou ter tempo, mas não adianta”*.
- **Nise**, 34, preta, em união estável. Cursa o último semestre da licenciatura em Ciências Biológicas no IFG e trabalha como atendente em uma gráfica. Tem uma filha de 13, um filho de 19 anos e é avó de duas meninas pequenas e de um bebê recém-nascido (o parto estava previsto para o mês em que foi realizada a entrevista). Os netos são frutos de relacionamentos de seu filho mais velho, mas ela se responsabiliza integralmente pela pensão da mais velha e por parte dos cuidados da neta do meio, de quem cuida de quinta a domingo todas as semanas. *“O que poderia mudar? Acho que tudo. Estou vivendo um momento tão exausta que, se eu pudesse, eu largava tudo. Simplesmente, tudo.”*
- **Rita**, 40, preta, em união estável. Tem quatro filhas, de 9, 10, 14 e 19 anos e um filho de 17 anos. É estudante de técnico em enfermagem no IFG e trabalha com vendas para completar a renda e comprar supérfluos. Tem vivência comunitária na igreja evangélica que frequenta e é cursista de 2023 da turma das PLPs. Tem

ajuda dos filhos mais velhos para cuidar das menores, e ajuda também uma vizinha que trabalha como diarista, cuidando de sua filha pequena.

- **Samara, 27**, preta, em união estável. Cursa graduação em Educação Física e trabalha como auxiliar de serviços gerais em uma escola estadual de Águas Lindas. Desde as complicações do parto, foi sempre acompanhada por amigas no hospital, pois o marido, autônomo, priorizava as atividades de trabalho. Nos últimos meses, relata que ele começou a ajudá-la em algumas tarefas da casa e de cuidados do filho. *“Ele foi mudando, de tanto eu falar, os amigos dele também falavam que ele estava errado, que ele tinha que ajudar, aí ele foi mudando. Ele dizia: ‘eu banco tudo de casa, a mulher tem que fazer as coisas, lavar louça, fazer a comida’ e não é assim, isso não tem nada a ver, é um pensamento muito antigo”*.

O perfil das entrevistadas está sintetizado no quadro a seguir.

Quadro 1 - Perfil das entrevistadas

Nome	Idade	Cor ou raça	Estado civil	Filhos e Dependentes	Estudo	Profissão	Programas governamentais
Adriana	46	Branca	União estável	4 filhas (11, 14, 20, 30 anos)	Estudante de Técnico em Enfermagem no IFG	Empregada doméstica	Não
Ângela	40	Parda	Divorciada	2 filhos, um criado pela avó. O mais jovem tem 16 anos.	Até a quinta série	Diarista (trabalha com pouca frequência). Vive de Bolsa Família e doações.	Bolsa Família
Berenice	26	Parda	União estável	2 filhos (5 e 3 anos)	Até o primeiro ano de ensino médio	Bolsa Família, bicos ocasionais.	Bolsa Família
Carmela	38	Parda	União estável	2 filhas (6 e 16 anos) e 1 filho (20). Cuida do marido alcoólatra.	Graduada em Administração e cursa licenciatura em Ciências Biológicas no IFG	Trabalha no comércio de materiais elétricos e hidráulicos que tem com o marido.	Não
Débora	30	Parda	União estável	3 filhas (6, 8 e 13 anos) e 1 filho (11). Cuida dos pais.	Estudante de técnico em enfermagem no IFG e de graduação em Enfermagem	Estudante	Bolsa Família, bolsa como aluna do IFG
Emily	37	Parda	União estável	3 filhos (9, 11 e 13 anos)	Ensino médio completo, superior incompleto	Dona de casa	Bolsa Família

Continua

Continuação Quadro 1

Nome	Idade	Cor ou raça	Estado civil	Filhos e Dependentes	Estudo	Profissão	Programas governamentais
Emily	37	Parda	União estável	3 filhos (9, 11 e 13 anos)	Ensino médio completo, superior incompleto	Dona de casa	Bolsa Família
Fabiana	39	Branca	União estável	1 filho (4 anos)	Doutorado	Professora de Geografia do IFG há seis anos e atualmente coordenadora acadêmica	Não
Glória	42	Preta	Solteira	1 filha (24 anos) e 2 filhos (20 e 12). Os mais velhos são independentes	Ensino fundamental completo	Cobrador de ônibus e babá	Bolsa Família
Isabel	44	Amarela	União estável	1 filha (23 anos) e filhos gêmeos de 9	Segundo grau completo	Merendeira na escola estadual	Bolsa Família
Kelly	36	Parda	União estável	3 filhas (2, 14 e 16 anos) e 3 filhos (7, 9 e 16)	Recém-formada no ensino Técnico em Enfermagem	Procurando emprego como técnica em enfermagem.	Jovem estudante e Bolsa Família

Continua

Continuação Quadro 1

Nome	Idade	Cor ou raça	Estado civil	Filhos e Dependentes	Estudo	Profissão	Programas governamentais
Leila	38	Negra	Divorciada	2 filhos (7 e 19 anos)	Segundo grau incompleto	Faxineira na escola estadual	Não
Maria Fernanda	38	Branca	União estável	3 filhas (2, 4 e 9 anos). Cuida da mãe alcoólatra.	Estudante de licenciatura em Ciências Biológicas	Cabeleireira, cuida do administrativo do salão	Bolsa Família
Maria Aparecida	64	Parda	União estável	3 filhos adultos, 10 netos e 2 bisnetos	Até a quarta série	Vive de doações e ajuda dos filhos. Quando trabalhava, era cozinheira.	Não
Maria do Socorro	45	Negra	Viúva	1 filha (25 anos, tem anemia falciforme) e 2 filhos (1,5 e 21 anos)	Concluindo a licenciatura em Ciências Biológicas.	Empregada doméstica	Não
Nise	34	Negra	União estável	1 filha de 13 anos, 1 filho de 19 anos e 3 netos	No último semestre da Licenciatura em Ciências Biológicas	Atendente em gráfica	Bolsa Família
Samara	27	Preta	União estável	1 filho (1 ano e meio)	Graduação em Educação Física em andamento	Auxiliar de serviços gerais na escola estadual de Águas Lindas.	Não

Continua

Continuação Quadro 1

Nome	Idade	Cor ou raça	Estado civil	Filhos e Dependentes	Estudo	Profissão	Programas governamentais
Rita	40	Preta	União estável	4 filhas (9, 10, 14, 19 anos) e 1 filho (17 anos)	Estudante de Técnico em Enfermagem no IFG	Estudante e trabalha de casa com vendas	Bolsa Família

Fonte: Elaboração própria.

O trabalho de campo e as entrevistas foram operacionalizados conforme a metodologia detalhada neste Capítulo 3. Ele traz, também, uma introdução ao perfil das entrevistadas, buscando contextualizar as análises feitas a seguir, no Capítulo 4, que contém o exame crítico das entrevistas à luz da teoria discutida nos capítulos 1 e 2. Observo, por fim, que enquanto algumas das entrevistadas apresentaram falas mais articuladas, bem como me compartilharam suas rotinas com riqueza de detalhes; outra parte delas, com respostas mais diretas, resultaram em diálogos mais curtos e objetivos. Fiz um esforço para apresentar todas as histórias, igualmente interessantes em seus conteúdos, mas, naturalmente, os contextos de algumas das entrevistadas são mais citados que os de outras.

4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Conforme discutido até aqui, esta pesquisa não pretende apresentar generalizações ou categorizações sobre tarefas de cuidado, mas, sim, analisá-las a partir da interpretação das entrevistadas e em diálogo contínuo com as teorias da Ciência Política e do campo das Ciências Sociais sobre democracia, cidadania, maternagem e responsabilização. As participantes têm em comum o fato de serem mulheres, de residirem no município de Águas Lindas, Goiás, e de terem atividades de cuidado como prioritárias em seu dia a dia (embora não necessariamente sejam as únicas ou principais tarefas de suas rotinas). Para além desses três pontos, elas possuem características heterogêneas de renda, visão política, perfil das pessoas de quem cuidam, cor/raça com que se identificam, escolaridade, dentre outras apresentadas no quadro no fim do Capítulo 3.

Amparada pelos referenciais das seções 2 e 3, a análise realizada neste quarto capítulo parte do princípio de que a pluralidade de visões das entrevistadas permite discussões complexas e repletas de paradoxos, entendidas como objetivos desta pesquisa, eximindo o estudo da busca por uma resposta única para os dilemas que se apresentam. Entende-se como um ganho analítico a oportunidade de “pensar o universal em constante e inacabado movimento, onde seria, justamente, a tensão entre os eixos o que os movimentaria” (Matos, 2008, p. 343).

Nesse contexto, a abordagem que Patricia Hill Collins faz da ética do cuidar como parte da epistemologia feminista negra opera como referencial dos debates empreendidos. Segundo a autora, suas características são: i) valorizar a singularidade dos indivíduos que, justamente por serem diferentes entre si, potencializam a totalidade, como numa colcha de retalhos em que as variações de cada tecido evidenciam o colorido do todo; ii) a emoção como forma de validação dos argumentos, ou seja, os sentimentos são associados ao intelecto e não estão em oposição a ele, algo percebido durante as entrevistas quando algumas das participantes se emocionaram diante de temas como sobrecarga, cansaço, solidão e alcoolismo, o que naturalmente se refletiu no simbolismo das falas destacadas na análise; e iii) a capacidade de empatia, representada pelo respeito crescente pelas entrevistadas quando nos aproximamos dos desafios de suas rotinas (Collins, 2019).

A discussão a seguir não usa as 17 entrevistas realizadas em sua totalidade, mas seleciona os trechos mais relevantes aos tópicos prioritários de discussão. As entrevistas foram integralmente transcritas e receberam correções pontuais de adaptação da linguagem oral para a escrita, permitindo maior fluidez na leitura, porém sem qualquer ajuste que modifique seu

conteúdo. As frases consideradas mais emblemáticas para os tópicos de análise estão destacadas em negrito, buscando reafirmar pontos considerados chave para o exame empreendido. Buscando manter a coesão com a teoria apresentada nos primeiros capítulos e com os tópicos entendidos como prioritários em uma investigação feminista, a análise está dividida em três eixos de discussão.

Os eixos estudados são: **1) Sobrecarga privada, impactos públicos:** discutem-se os reflexos estruturais do que acontece no ambiente doméstico, buscando conhecer a visão das mulheres sobre como se configuram seus arranjos familiares, relacionando tarefas “do lar” à presença delas em espaços coletivos, sociais e institucionais; em seguida, avançamos para discutir outros arranjos de cuidado que extrapolam o núcleo familiar; **2) As configurações e os impactos do cuidado como ajuda:** são abordadas as percepções das mulheres sobre as relações de famílias ampliadas, as trocas de vizinhanças e núcleos comunitários, bem como sobre a ausência de vínculos em rotinas extremamente sobrecarregadas; e **3) Interações com o governo:** pensamos sobre a interação dessas dinâmicas com as instituições públicas, dialogando diretamente com as impressões das mulheres sobre a presença do Estado em suas vidas. Conforme dito em outros trechos desta dissertação, tais eixos não são isolados entre si, e os temas se repetem em vários deles, demonstrando a complementaridade dos assuntos e o vínculo contínuo entre eles.

4.1 Eixo 1: Sobrecarga privada, impactos públicos: a percepção das entrevistadas sobre como tarefas de cuidado impactam tempo e renda

Um dos fundamentos das críticas da democracia a partir do feminismo defende que o que se passa em âmbito doméstico é significativo para a análise da democracia, pois a autonomia dos indivíduos em espaços coletivos e institucionais está associada às relações de poder e dinâmicas de responsabilização dentro das famílias (Biroli, 2018). Quem se ocupa das tarefas de cuidado nos lares compromete tempo e recursos pessoais que poderiam ser dedicados a outros interesses, em diferentes instâncias de poder e de participação. Os arranjos ditos privados, portanto, também impactam outras áreas da vida, desde o relacionamento com vizinhos até as interações com o governo e outras instituições. É por isso que a relação entre o que se dá no núcleo das famílias e a vida coletiva constitui o primeiro eixo de análise.

De início, as entrevistas refletem algo já estabelecido como verdadeiro por pesquisas e dados oficiais: as mulheres desempenham mais tarefas domésticas que seus companheiros e

estão cientes desse desequilíbrio. Todos os depoimentos confirmam as estatísticas de sobrecarga feminina: segundo a pesquisa Outras Formas de Trabalho 2022¹⁶ (PNAD Contínua, IBGE), as mulheres com trabalho remunerado gastam, em média semanal, 17 horas e 48 minutos em atividades reprodutivas e de cuidados, versus 11 horas despendidas pelos homens. O hiato se amplia entre as que não exercem função remunerada, que dedicam 24 horas e meia por semana a essas atividades, enquanto eles empenham pouco mais de 13 horas. O desequilíbrio nos dois casos evidencia que a divisão de tarefas não depende de quem fica em casa, já que elas são mais oneradas nas duas situações, como demonstrado nos depoimentos a seguir.

Segundo Lélia Gonzalez, ao avaliar a distribuição das atividades domésticas nas famílias, é preciso articular a divisão sexual do trabalho - entendida como a compartimentação entre marido provedor e mulher cuidadora, em uma lógica em que o trabalho dele vale mais que o dela (Hirata; Kergoat, 2007) - com seu correspondente em nível racial (Gonzalez, 2020). Dessa forma, uma partilha de tarefas entre as entrevistadas e seus esposos, alinhada à divisão sexual e racial do trabalho, era um achado esperado da pesquisa. O interessante, no entanto, é a perspectiva delas diante de tal desequilíbrio.

Apenas duas das participantes disseram de forma explícita que estão satisfeitas com tal divisão. Isabel, 44, que é merendeira em uma escola estadual e cuida com o marido dos filhos gêmeos de 9 anos, afirma: *“Sou da época que eu faço, que eu tenho que fazer, as responsabilidades são minhas e ele está lá para ajudar. Sou velha mesmo e gosto dessa divisão, eu sou responsável e ele é o provedor”*. Ainda assim, sua família não atende integralmente à divisão generificada entre trabalho produtivo e reprodutivo, se aproximando de um modelo de conciliação entre vida profissional e familiar (Hirata; Kergoat, 2007): ela atua como principal cuidadora, mas também trabalha “fora” (uma vez que as necessidades financeiras desta e de outras famílias não são atendidas por um único salário), e o marido se responsabiliza pelas atividades relativas à escola dos gêmeos, como lanches, uniformes, apoio para tarefas escolares e mensalidades, bem como por ficar com eles no período noturno, pois ela chega do trabalho às dez da noite.

Segundo Hirata e Kergoat (2007), o modelo de conciliação (como uma versão atualizada da divisão sexual do trabalho) tem a premissa implícita de que a ação de conciliar fique restrita

¹⁶ Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 17 out. 2023.

às mulheres, preservando a ideia de que a esfera familiar é de incumbência feminina, mesmo quando elas ocupam espaços maiores no mercado formal de trabalho. A ampliação da contratação formal delas (notando que às mulheres negras nunca foi possível exercer apenas o papel de cuidadoras de seus lares) aumentou a incidência feminina na esfera pública sem promover, de forma conjugada, “uma transferência correspondente do tempo investido pelos homens no mercado de trabalho para a ‘esfera privada’, mantendo deste modo uma divisão sexual do trabalho com um forte viés de gênero” (Sorj; Fontes; Machado, 2007).

Além de Isabel, apenas Dona Aparecida, 64, que criou os três filhos no Piauí enquanto era cozinheira em um hospital e agora apoia no cuidado dos netos em Águas Lindas, tem uma percepção alinhada a valores mais convencionais de compartilhamento de tarefas dentro do casamento: “*Hoje tudo o que as mulheres vão fazer reclamam da vida. Bota o filho na creche, porque não dá conta de cuidar de filho, cuidar de casa, cuidar do trabalho. Eu dava conta de tudinho*”, conta. Segundo ela, a proximidade entre seu emprego e sua casa facilitava essa dinâmica: “*Trabalhava, vinha em casa e cuidava do filho, esquentava comida e botava para o marido, botava para o filho, voltava para o trabalho. Sempre minha vida foi assim e tudo deu certo, não foi nada difícil para mim não*”. Dona Aparecida faz parte do grupo de mulheres mais vulneráveis entrevistadas para essa pesquisa. Assim como Ângela e Berenice (que, diferente dela, recebem o Bolsa Família), ela vive de doações e pequenas ajudas, condição social que é parte do contexto em que estão inseridas suas respostas.

Entre as demais participantes, foi possível identificar dois perfis quanto à divisão de tarefas domésticas e de cuidado: um primeiro grupo iniciou os diálogos afirmando que, em suas casas, há um compartilhamento igualitário, meio a meio, o que se provou incorreto conforme as entrevistas se aprofundaram nas dinâmicas de cada família. Em geral, elas acabavam relatando ser as responsáveis prioritárias, recebendo apoio dos maridos, que desempenham certas atividades em casa, embora haja permanente desequilíbrio na distribuição das demandas. Esses casos sugerem que, para elas, a realização de atividades domésticas pelos maridos, mesmo em menor proporção, já é colaboração suficiente, visto que eles não precisariam necessariamente se encarregar de tais serviços.

Um segundo grupo de participantes se mostrou, desde o princípio, ciente e insatisfeito com as divisões estabelecidas em seus lares, o que, no entanto, é visto com resignação e aceitação. Segundo Débora, 30, cuja rotina começa às 6h e vai até quase 2h da madrugada seguinte, para acomodar os estudos do curso técnico da faculdade, os cuidados da casa e dos quatro filhos: “*Nada, nega. Se sujar todos os copos, ele vai beber água na panela. Ele não*

faz”, contou logo de início. Em outro trecho, ela afirma: “*Não gosto de pedir, não nasci pra pedir. Meu esposo hoje não trabalhou, mas não fez nada. A minha rotina continua a mesma como se eu estivesse só em casa, mas acostumei assim*”¹⁷. Nise, 34, que foi mãe jovem e, no mês de nossa entrevista, estava aguardando o nascimento de seu terceiro neto, diz externar sua insatisfação para as amigas, pois não imagina mudanças possíveis na configuração familiar. Ela sustenta o filho de 19 anos, cuida da filha de 13 e da neta de 2: “*são assuntos que a gente não tem dentro de casa. Às vezes, os de casa estão tão acomodados, logicamente, porque não estão assumindo as próprias responsabilidades, então se tornam até mais leves*”. Outra entrevistada que alerta para o desequilíbrio de tarefas é Samara, 27, que executou sozinha todos os cuidados com o filho de 1 ano e meio. Seu marido, apenas nos últimos meses, se dispôs a fazer uma ou outra tarefa: “*Ele foi mudando, de tanto eu falar, os amigos dele também falavam que ele estava errado, que ele tinha que ajudar*”.

Como discutido no primeiro capítulo, as imposições patriarcais dos maridos e da sociedade, que atribuem a essas mulheres as tarefas domésticas e de cuidado, não são os únicos fatores responsáveis pela excessiva sobrecarga delas. À dominação masculina se somam também o neoliberalismo e suas implicações, reproduzidas nos trabalhos precários, na constante diminuição dos equipamentos públicos e no “familismo”, que delega responsabilidades coletivas aos núcleos privados (Biroli, 2018). “Se é inegável que a condição feminina melhorou [...], a distância continua insuperável”, dizem Hirata e Kergoat (2007).

Nesse contexto, cabe retomar a posição de Fineman (2004), apresentada no primeiro capítulo, para quem instituições como família, mercado e Estado mudaram de forma tão drástica nas últimas décadas, que os arranjos que centralizam na família todas as demandas relativas à dependência já não são justos, tampouco podem ser bem-sucedidos. Além disso, cuidar gera o que a autora chama de dependência derivativa, frequentemente invisibilizada, na qual, ao se responsabilizar por alguém que é inevitavelmente dependente (como um bebê), a mãe se torna também dependente de recursos (materiais e de tempo) para assumir tal tarefa.

A escola integral como forma de suporte público para as demandas de cuidado apareceu espontaneamente na maioria das respostas como possibilidade de alívio na rotina das mães. Nise diz: “*Sempre trabalhei, meus filhos sempre ficaram sós. Qualquer mãe que trabalha fora precisa de um suporte, sabe? A escola, de certa forma, é um suporte para a gente porque você sai de casa e sabe que seu filho está na escola, que vai ter uma refeição*”. Emily, 37, dona de

¹⁷ Mais adiante, discutiremos a frequência de afirmações semelhantes nas entrevistas (“*estou sozinha*”, “*sou só*”) nas falas de entrevistadas casadas, que residem com famílias ampliadas, quando se referem às demandas de cuidado.

casa que passa as tardes com os filhos de 9, 11 e 13 anos e desistiu de trabalhar e estudar para não os deixar sozinhos, concorda: “*À tarde eles ficam o tempo todo fazendo nada. Ficam em casa vendo TV, brigando pela TV, jogando no celular ou endoidando na garagem com os patins, perturbando os vizinhos*”. Falaremos mais sobre as possibilidades de interação com as políticas públicas no terceiro eixo de análise das entrevistas, mas é importante ressaltar que a ausência de equipamentos públicos, segundo as mulheres, também contribui para sua sobrecarga.

Como mencionado, além do “borramento ideológico entre a capacidade de cuidar e a capacidade de procriar” (Zanello *et al.*, 2021, p. 2) que faz do gênero um critério definidor na divisão das tarefas domésticas, a raça e a classe incidem fortemente como parâmetros de responsabilização. As diferenças de classe social definem as alternativas que algumas mulheres possuem de delegar atividades a outros cuidadores, bem como as tecnologias a que têm acesso (máquina de lavar louças, por exemplo), enquanto a raça atua como critério estruturante da sociedade brasileira, dos trabalhos domésticos remunerado e não remunerado (Faur, 2014; Teixeira, 2021). Dentre as entrevistadas, apenas Fabiana, que é uma mulher branca e a única com pós-graduação, mencionou a possibilidade de contratar alguém para terceirizar tarefas: “*As pessoas falam: ‘você é boba, porque você não paga uma faxineira?’. A gente quer abraçar tudo, né? Eu falo: ‘não, eu mesma dou uma faxina’, mas eu não dou faxina, eu limpo e a cada dois, três meses, chamo a faxineira pra dar uma geral*”.

Ainda sobre a suposta divisão entre prover e cuidar dentro dos lares, cabe destacar um estudo de 2014 sobre a conciliação de cuidado e trabalho entre mulheres da periferia de Buenos Aires, Argentina. Nele, a socióloga Eleonor Faur identificou que muitas mulheres ainda assumem integralmente os cuidados de filhos pequenos em situações nas quais há um provedor que não cuida e um cuidador que não provê. Para ela, isso acontece por três motivos principais: moral, vinculado à priorização da mãe como cuidadora ideal; pragmático, em que terceirizar o cuidado dos filhos pode custar mais caro que o salário ganho se ambos os pais trabalham fora de casa; e de segurança, considerando o risco de os filhos ficarem sob cuidados de desconhecidos (Faur, 2014).

As entrevistas realizadas em Águas Lindas trouxeram exemplos que dialogam diretamente com essas motivações: no caso de Emily, é ela quem assume a totalidade do cuidado dos filhos, dedicando-se ao trabalho doméstico, enquanto o marido ganha o sustento da família, mas não atua nas tarefas de casa: “*Se eu tivesse uma pessoa adulta comigo [para ajudar em casa], porque o esposo tem que trabalhar, mulher. Senão nós não come, não vive.*

Precisaria de outra pessoa pra ajudar. Já pedi tanto pra minha mãe vir morar com a gente, mas ela não vem". A possibilidade de compartilhamento de responsabilidades, segundo ela, aconteceria se pudesse dividir tarefas com a mãe, não com o marido.

Chama a atenção, ainda, o descritivo de Emily sobre quando tinha emprego remunerado, em contraste com a configuração atual, na qual o distanciamento entre público e privado incide em sua rotina, isolando-a no lar. No passado, houve um período em que seu marido ficou com os filhos, e ela saía para trabalhar: *"Ixe, foi a melhor época, porque era o pai que cuidava. Quando eu deixei com uma cuidadora, ela deixou meu filho todo assado. Aí fui parando, fui parando. Quando fui ver, já estava em casa logo de vez"*. O grifo destaca o desgaste da entrevistada com a situação atual, o que aparece de forma clara em outras falas relacionadas ao fato de desempenhar sozinha todas as tarefas do lar: *"Tem dia que fico doidinha. Vontade de sumir, juro por Deus. Não sei se são os hormônios, que tão tudo aqui presos, mas a vontade de sumir é grande"*. Em outro trecho: *"só dentro de casa, dentro de casa. Sei que se eu não cuidar, quem é que vai cuidar? Sabe? Penso nisso. Mas eu queria cuidar de mim também."*

Já no caso de Fernanda, 38, é ela a responsável pelo sustento da família, trabalhando como cabeleireira, enquanto o marido, que está desempregado, fica com as três filhas pequenas do casal. Ela conta que, quando ele não trabalha em sua área de especialidade, o salário ganho é baixo e não compensa os gastos com uma cuidadora. Embora o marido se encarregue rotineiramente do cuidado com as filhas, Fernanda é demandada de todas as tarefas domésticas e de organização da casa: *"Levanto às 4h. Deixo tudo arrumado, porque se não deixar, quando chego, está tudo uma zona e ainda tenho que arrumar pra no outro dia começar tudo de novo. Deixo a casa arrumada, quando tem roupa pra lavar, lavo à noite, deixo o almoço pronto, casa toda limpa, tudo bonitinho, minhas filhas entram 8h no colégio, já deixo tudo separado pro meu marido só vestir elas e levar"*.

Embora não possamos generalizar as experiências de Emily e Fernanda como definidoras do que acontece quando o pai ou a mãe são o arrimo da família, seus relatos, somados às estatísticas que acompanham esta pesquisa, indicam que o gênero opera, nesses casos, como categoria definidora do que se espera de cada indivíduo. A fala de Fernanda demonstra como ela se percebe não só como responsável pela organização da casa, mas também por zelar pelo bem-estar das filhas: *"Meu marido não faz mesmo. É porque são três, né? Até entendo porque ele é um homem, deveria também, não vou entrar nesse mérito porque ele dá banho, ele me ajuda, mas a questão da casa, esquece. Quando chego, as meninas tão tudo banhadinhas, mas a casa tá de perna pro ar. As meninas tiram um brinquedo, ele não bota no*

lugar, espera eu chegar. Falo pra ele: não quer fazer, não faz, mas cuida bem das meninas que é primordial pra mim”.

O caso de Fernanda é emblemático porque, além de trabalhar em horário comercial, fazer bicos aos sábados para complementar a renda e cuidar da mãe alcoólatra, ela é estudante de licenciatura em Ciências Biológicas no período noturno. Dessa forma, as atividades de cuidado com a casa descritas acima são desempenhadas diariamente depois das 22h, quando ela chega da aula, ou antes de pegar o ônibus para o trabalho, às 6h15. Mesmo sendo a provedora, para poder estudar (o que relaciono à possibilidade de desempenhar seus desejos e de buscar ascensão financeira), ela antes precisa assegurar as tarefas domésticas, retratando como o gênero incide diretamente no tempo e nos recursos disponíveis para as mulheres. Como explica Biroli: “para a participação das mulheres na esfera pública, impõem-se filtros que estão vinculados às responsabilidades a elas atribuídas na esfera privada e à construção de sentidos do feminino que ainda guardam relação com a noção de domesticidade” (Biroli, 2018, p. 19).

O caso de Fernanda não é atípico: as mulheres são as principais ou únicas provedoras em 38% dos lares brasileiros, sendo a maioria delas negras, das classes D e E e com mais de 55 anos (Think Olga, 2023). Exemplos como esses estão ligados às noções de autonomia disponíveis para as mulheres, em que todas as opções à disposição delas parecem derivar de um mesmo denominador. Isso implica que a autonomia, na verdade, depende diretamente da conjuntura, especialmente quando o indivíduo em questão é uma mulher pobre. A crença de que existem escolhas racionais, que partem de indivíduos abstratos diante de amplas opções, não se sustenta quando aplicada a sujeitos em posições concretas e em relações sociais específicas, cujo leque de alternativas é reduzido, especialmente em situações em que raça e classe são preponderantes (Biroli, 2013, 2018).

Além da autonomia das cuidadoras, personagens centrais desta pesquisa, cabe também a reflexão sobre a autonomia daqueles que são cuidados. Se classificamos as pessoas entre autônomas ou dependentes, segundo sua capacidade de participar de relações de cuidado (cuidando ou sendo cuidadas), apenas as primeiras seriam capazes de tomar decisões em um universo amplo de escolhas, conforme a discussão sobre autonomia apresentada há pouco. Para Isabell Lorey, uma nova forma de pensar o cuidado como responsabilidade coletiva, a ser contemplada por pessoas e instituições, muda a perspectiva sobre o que é ser dependente e independente: “Quando a emancipação deixa de ser imaginada como libertação da precariedade, o cuidado deixa de ser entendido como uma relação unidimensional e individualizada entre dependentes e independentes” (Lorey, 2019, p. 10).

Para Faur, é evidente que as mulheres fazem escolhas ao longo de suas vidas (por exemplo, Fernanda decide estudar, Emily, em certa fase, prefere ser dona de casa), mas suas decisões são tomadas a partir de determinadas bases materiais e normativas constitutivas dos contextos nos quais suas vidas acontecem (Faur, 2014). Dito de outra forma: quais alternativas elas veem como disponíveis e como essas situações diferem das circunstâncias atuais? No caso de Fernanda: “*O que poderia mudar? Não vejo forma de mudar, não tenho ninguém pra contar. A pessoa que eu podia contar é impossibilitada, que é minha mãe. Nunca pensei nisso, porque não tem como*” [Ela se refere ao fato de a mãe ser alcoólatra e demandar cuidados].

Assim como Fernanda, várias das entrevistadas não souberam responder quando perguntadas sobre o que poderia mudar para facilitar suas rotinas. Segundo a literatura, os limites que cremos que existem para o compartilhamento do cuidado estão ligados à generificação de tais tarefas, mas também a como percebemos a responsabilidade coletiva por essas demandas. Por conseguinte, eles restringem as formas pelas quais pensamos a justiça e a equidade na constituição da sociedade (Fineman, 2004). Assim, se concebemos as famílias como entes isolados do contexto social e institucional, e atribuímos a elas a responsabilidade integral pelo cuidado, deixamos de imaginar (e desejar) outras configurações possíveis em que tais incumbências são assumidas pela sociedade de forma coletiva. Confirmando essa premissa, as alternativas que sugerem retirar das famílias a responsabilidade prioritária pelo cuidado foram pouco acionadas nas entrevistas realizadas.

Assim, se as famílias assumem o cuidado integralmente para si, a divisão das tarefas domésticas incide diretamente sobre as instâncias de participação pública devido à alocação desigual de recursos como **tempo livre** e **renda**. Ambos são subtraídos das mulheres quando, conjuntamente, atribuímos a elas as tarefas das quais eximimos os homens (Biroli, 2018).

Os impactos das responsabilidades de cuidado na **renda** das entrevistadas aparecem em vários momentos. Entre as que vivem em união estável, está Nise, que, além de parte dos gastos de sua casa, arca com a pensão de uma de suas netas, já que o filho de 19, segundo ela, não assume suas responsabilidades. “*Pago a pensão que era para ele pagar. Ele não paga, então acaba que pago a pensão da minha neta. E ajudo ele na casa. Às vezes, tenho que fazer feira e pago o aluguel dele*”. Quando perguntada sobre qual a atividade mais cansativa de sua rotina, ela diz: “*Meus filhos são os que mais me cansam, ainda mais meu filho, é uma preocupação diária. Até quando vou poder pagar essa pensão? Se uma hora eu não pago, ele pode ser preso? É um fato, é real*”.

Já Fabiana, 39, que é mãe de um menino de 4 anos e vive em união estável com o pai dele, em um casamento em que ambos têm trabalho fixo, assume sozinha a maioria dos gastos relativos ao pequeno (*“escola, plano de saúde, a maioria das roupas”*). Ela conta: *“A questão financeira me incomoda, não de pagar pelas coisas, porque ele é meu filho, faço com prazer. Mas, de fato, há uma exploração, e acabo também sendo explorada nessa história.”*

Os dois casos contêm exemplos de recursos que essas mulheres poderiam empenhar de outras formas, seja em atividades de qualificação, lazer, convivência comunitária, seja em quaisquer outras que eventualmente impactariam suas oportunidades de convívio em espaços públicos. Entre os efeitos mais amplos e de longo prazo dessa responsabilização financeira, podem estar barreiras de acesso a ocupações e recursos, que culminam em chances menores de ocupar papéis institucionais e, assim, dar visibilidade aos temas que as afetam diretamente (Biroli, 2018).

Esse modelo de sobrecarga feminina, afirma Biroli, *“não se esgota em formas convencionais de conjugalidade”* (2017, p. 29). Com o divórcio ou quando os vínculos que geraram os filhos são casuais, as mulheres permanecem responsáveis afetiva e financeiramente pelas crianças após o fim de cada união. Socorro, 45, é empregada doméstica, tem três filhos e herdou dos relacionamentos com os pais deles tarefas de cuidado que impactam sua formação e profissionalização. O mais novo, fruto de uma gravidez inesperada enquanto ela cursava licenciatura, assistiu com ela, no colo, todas as aulas desde os três meses: *“Ele já acostumou a vir, vem todo dia. Fica no meu colo, com os colegas, com os professores, bagunça, interage com todo mundo”*, conta. O *“pequeno T.”*¹⁸, como é conhecido no campus, deu, inclusive, seus primeiros passos em sala de aula, causando comoção entre os colegas. A rotina de ver aulas com o filho, no entanto, tem implicações: *“Nesses últimos quatro meses tá sendo mais difícil, porque ele não fica mais sentadinho, quietinho, quer mexer em tudo. Não tá sendo muito fácil não, mas tá superando. Porque no ritmo final não dá pra parar”*. Socorro defendeu seu trabalho de conclusão de curso no período entre nossa entrevista e a conclusão desta dissertação, e agora é licenciada em Ciências Biológicas.

Enquanto isso, o pai de seu caçula se isenta não só das tarefas de cuidado, como também da responsabilidade financeira pelo filho. Segundo Socorro, *“Ele podia tá mais presente, mas é outra visão. O homem acha que tem que tá ao lado do filho se ele tiver com a mulher, se tiver dormindo com a mulher, tá ali. É outra visão que tenho de crítica de homem Porque ele tá vendo meu sacrifício, mas, por ter outros filhos, acha que os de lá necessitam mais dele”*.

¹⁸ Os nomes dos filhos das entrevistadas menores de idade foram preservados pelo uso das iniciais.

As demandas de cuidado também impactam a renda das famílias quando impedem que as mulheres vulneráveis ocupem posições no mercado formal de trabalho, vinculadas a benefícios trabalhistas e com pagamentos regulares. Vale reiterar que não ter trabalho fixo ou remunerado não significa, logicamente, que elas estão desocupadas (Ferreira; Mariano, 2020). A renda da casa de Berenice, 26, mãe de meninos de 3 e 5 anos, vem do programa governamental Bolsa Família e de bicos ocasionais realizados por ela e pelo marido, que assumem juntos a atenção aos filhos, embora ela seja a responsável prioritária. Os trabalhos informais exercidos pelo casal estão ligados à extrema vulnerabilidade socioeconômica, bem como à necessidade de horários flexíveis para lidar com a rotina dos pequenos, como conta Berenice: *“Meu marido me ajuda muito: por ele trabalhar autônomo, agora, como eu vou passar um mês trabalhando fixo na casa de uma senhora, ele está ficando em casa com os meninos. Está levando para a escola, fazendo a comida”*.

Sorj, Fontes e Machado (2007) indicam que costuma haver um critério de gênero na opção por horários mais flexíveis, mesmo quando essa solução implica salários baixos e menos proteção. Berenice diz: *“Queria muito uma vaga [na creche] para meu filho mais novo. Ia ficar mais fácil para o meu marido, para mim mesma que fico mais em casa. Eu teria mais tempo, poderia arrumar um emprego meio período, ia ter uma renda fixa”*. Também é interessante para esta pesquisa a relação que ela faz entre a possibilidade de sair para trabalhar, mesmo em condições vulneráveis, e a chance de habitar espaços que extrapolam o ambiente doméstico: *“Tem mais de ano que não sabia o que era voltar a trabalhar. Estou gostando de ir por sair de casa também, eu estava muito presa. Você sente ‘Nossa, estou tendo uma liberdade’, nem que seja um pouquinho”*.

Além de terem a renda afetada pelas dinâmicas de responsabilização, o tempo que as mulheres têm para nutrir outras dimensões da vida é impactado pelas tarefas de cuidado. Como no caso de Socorro, que vai às aulas e faz as provas com seu bebê no colo, os exemplos mais citados nas entrevistas relacionam-se ao tempo gasto com cuidados da casa e de pessoas dependentes, que impedem uma dedicação maior à busca de qualificação profissional.

Nesse sentido, vale destacar que, durante a realização das entrevistas discutidas nesta dissertação, entre julho e setembro de 2023, passei horas no campus do IFG de Águas Lindas antes e depois dos horários de entrada das aulas noturnas, às 19h, e pude observar inúmeras alunas chegando com crianças pequenas no colo. Esse perfil está associado, também, ao fato de o IFG ser parte de uma política pública de educação que tem atuação interiorizada e aplica fortes práticas de inclusão social. Ele compõe uma rede de 38 Institutos Federais de Educação,

Ciência e Tecnologia (IFs)¹⁹, cada um com vários *campi*, criados em 2008, durante o segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Em Águas Lindas, hoje, há 645 matrículas ativas, de acordo com o site institucional²⁰. Das 17 entrevistadas para essa pesquisa, oito são alunas ou egressas da instituição, uma é professora, e oito não possuem vínculos com o IFG.

Dentre as entrevistadas que estudam, o cansaço, o desejo de se aprofundarem nas matérias e a organização do ir e vir das aulas foram os temas mais citados quando abordamos a variável **tempo** em suas rotinas. Suas falas indicam o desejo de usar o tempo dedicado às tarefas de cuidado para estudar, demonstrando os impactos que essas atividades têm para sua qualificação. Kelly, 36, que, no último ano, se formou como técnica em enfermagem, tem seis filhos com idades entre 2 e 17 anos: *“Achei que não ia dar conta, porque é muito pesado você estagiar o dia todo, chegar em casa e arrumar janta, colocar meninos para dormir, dar mamar para neném, dar atenção para ela, que ficava sem a minha atenção o dia todo. Quando eu batia na cama, era, praticamente, desmaiar”*, conta.

As falas de Débora, Carmela e Nise a seguir são ilustrativas da mistura entre sobrecarga de tarefas e entusiasmo pelos estudos: de um lado, o imenso cansaço de todas elas é evidente e, de outro, destaca-se sua grande motivação com o ambiente da escola e a oportunidade de transformação de suas vidas por meio da educação. Débora diz: *“Ontem dormi às 3h: entrei em um grupo de cálculo de medicação e chegou uma tarefa no Moodle para cumprir até meia-noite. Mulher, fiquei louca, respondi tudo. Depois [de enviar as questões] fui revisar e falei: ‘agora vou estudar, já fiz as questões mesmo, agora vou estudar’. Fiquei até tarde.”*

Débora é uma mulher jovem, perspicaz e de fala acelerada, e diz durante nosso encontro que sua rotina diária inclui esperar as filhas mais novas dormirem para estudar de madrugada. Ao longo da entrevista, ela responde a todas as perguntas, mas, em algumas oportunidades, tenho a impressão de vê-la piscar e cochilar por segundos, tamanho é seu cansaço. Ela conta: *“Mulher, uma vez estava tão cansada, tão cansada, tão cansada, que dormi na sala de aula, mas não lembro. Aí o professor me acordou num grito. É que ele nunca tinha me visto daquele jeito”*. Ao mesmo tempo, outras falas suas, diametralmente opostas, também são verdadeiras, como vários dos paradoxos identificados em rotinas tão complexas: *“Não vou mentir, eu amo estudar, não me cansa tanto assim”*.

¹⁹ Apresentação - IFG. Disponível em: <https://ifg.edu.br/apresentacao-a-instituicao>. Acesso em: 19 out. 2023.

²⁰ IFG em dados. Disponível em: <https://ifg.edu.br/ifg-em-dados>. Acesso em: 19 out. 2023.

Se retomarmos as noções de autonomia discutidas acima como possibilidades de as entrevistadas se definirem a partir de suas buscas e desejos pessoais, vemos que se trata de algo que os arranjos de cuidado podem favorecer ou limitar. Como demonstrado a seguir, há uma relação complexa entre lazer, descanso, desejos profissionais e o tempo de que elas dispõem para se dedicarem a tais atividades, vistas, simultaneamente, como cansativas e motivadoras.

Uma resposta comum entre as entrevistadas que são estudantes foi o uso do tempo livre para buscar qualificação, mesmo de forma não relacionada às instâncias formais de ensino. “[Se não desempenhasse tarefas de cuidado] *eu poderia tá lendo mais, porque gosto muito de pesquisar. Isso impacta demais. Causa até uma certa defasagem*”, diz Carmela, 38, que cuida de três filhos entre 6 e 20 anos e do marido alcoólatra. Kelly dá uma resposta parecida, quando perguntada sobre seu tempo livre: “*Só estudo, cursos online, orientadora de amamentação... Minha diversão é essa, à tarde, porque a bebê dorme, os pequenos vão para a escola. Estou à toa, vou fazer curso. Toda hora que você me vê online pode ter certeza de que estou no Instagram do enfermeiro, respondendo às perguntinhas*”.

Carmela vê o estudo como oportunidade de melhora de vida: “*É aqui [no IFG] que esqueço tudo. Jamais, de forma alguma, passou pela minha cabeça desistir. Aqui vou conseguir a possibilidade de ter uma vida bem melhor do que a que tenho hoje*”, diz. As etapas de formação aparecem como chance de transformação: “*Quando entro aqui, é como se estivesse num mundo diferente. Gosto muito de tá aqui no IF, porque aqui a mentalidade é totalmente diferente de onde a gente mora. Pra mim, é como se fosse outro mundo, né? Maravilhoso.*”

Entre as mulheres que atualmente não estudam, o desejo de dedicar o tempo livre do trabalho, inclusive do de cuidado, às tarefas de qualificação profissional também foi uma constante: “*Se a gente tivesse alguém pra compartilhar essa ajuda, eu teria mais tempo pra mim, pra estudar, sabe? **Pra correr atrás de mim.** Tenho vontade de terminar a faculdade e nunca consegui*”, conta Emily, que interrompeu duas vezes o curso superior para se dedicar às tarefas de cuidado dos filhos. “*Vou fazer 40 anos e não terminei uma faculdade. Não me profissionalizei [em] nenhuma coisa. Eu sempre quis fazer tantas coisas, mas nunca... Sempre quando eu vou fazer, querer, aí tem alguma coisa que embarreira e não termino*”.

O mesmo acontece com Glória, 42, que estudou até a oitava série e saiu de casa às 4h para trabalhar como cobradora de ônibus nos dias úteis, além de ser babá nos fins de semana, enquanto cria o filho mais novo que nos acompanha atento durante a entrevista: “*Quero terminar de estudar. Só que, para isso, ele tem que tá encaminhado. Quando chego à noite, por exemplo, vou fazer janta, vou olhar se ele fez a tarefa, como que eu vou pra escola?*”

Como demonstrado pelas falas de Emily e Glória sobre os impactos das responsabilidades de cuidado em seus planos, a divisão de tarefas dos lares está estreitamente conectada a suas respectivas implicações para a participação das entrevistadas em espaços públicos. Sabendo da importância dessa discussão, nesse primeiro eixo, esta análise foi vinculada a temas como a divisão sexual e racial do trabalho, generificação das tarefas domésticas mesmo quando as mulheres são provedoras em suas famílias, dinâmicas de conciliação e terceirização, autonomia e o impacto político de tempo e renda gerado pelas tarefas de cuidado.

Destacou-se o contraste entre os membros das famílias mais e menos responsabilizados pelo cuidado e o peso dessas demandas enquanto obstáculos ou não para dedicar tempo e renda a outros interesses, o que, por consequência, amplia ou limita as alternativas disponíveis em circunstâncias precárias. Sendo o cuidado incontornável, como já citamos, o universo de escolhas possíveis mostrou-se inversamente proporcional às medidas de responsabilização (ou seja, quanto mais responsabilidades, menos alternativas) em contextos de acesso reduzido às políticas públicas e a recursos financeiros. Os arranjos privados se comprovam injustos e, mesmo quando menos injustos, insuficientes. Os vínculos domésticos de cada lar e suas consequências para a participação democrática serão base para as discussões que seguem no próximo tópico, no qual será abordada a percepção das mulheres sobre os compartilhamentos de tarefas de cuidado que excedem o núcleo familiar.

4.2 Eixo 2: As configurações e os impactos do cuidado como ajuda

Durante a etapa de mapeamento das entrevistadas para esta pesquisa, não consultei as potenciais participantes sobre a existência ou não em suas rotinas de vínculos pertencentes ao que chamamos, a partir de argumentos apresentados no Capítulo 2, de cuidado “como ajuda” (Guimarães, 2019). Assim, ao convidá-las para o estudo, eu não sabia se elas conheciam seus vizinhos, se frequentavam alguma igreja ou associação de bairro, se residiam próximo de seus parentes, se seus filhos iam a creches comunitárias ou mesmo se tinham com quem deixar as crianças em casos de emergência. Essa escolha foi proposital, visto que o objetivo desta dissertação não é esmiuçar o perfil desse ou daquele formato de rede de colaboração (selecionando apenas mulheres que tenham trocas com suas vizinhas, por exemplo), mas, sim, explorar se e como tais relações aparecem na rotina das famílias, priorizando a percepção das mulheres sobre elas. Por isso, dada a relevância de agregar as redes comunitárias às análises

que relacionam cuidado e democracia, a possível existência e a interpretação das “ajudas” compõem o segundo eixo de investigação.

4.2.1 Os desafios de reconhecer o cuidado que ninguém vê

Dentre as diferentes configurações que o cuidado pode assumir²¹, o circuito de “cuidado como ajuda” é o que possui contornos mais difusos, e também o menos reconhecido pelos próprios atores como uma ação de cuidado (Guimarães, 2019). Esse, de fato, foi um desafio durante as entrevistas: como esses elos não têm um perfil específico e podem variar conforme os significados atribuídos a eles, certas participantes tiveram dúvidas se as “ajudas” eram parte de seu cotidiano. Foram feitas perguntas sobre administração do tempo, solidão, responsabilidades, colaboração, amizades, tempo de lazer, entre outras, que favoreceram que as distintas facetas das ajudas aparecessem, à sua maneira, ao longo de todas as conversas.

Embora as trocas comunitárias de cuidado não sejam assunto frequente em pesquisas acadêmicas, é possível notar dificuldades semelhantes em outras análises com esse enfoque. Moreno (2019), ao discutir as creches comunitárias da periferia paulista, observa, a partir de suas entrevistas com mulheres que têm como principal fonte de renda os cuidados com as crianças de suas vizinhanças, a complexidade implicada no reconhecimento dessas ações:

Já nas palavras de pessoas das famílias que pagam alguém da vizinhança para ficar com os filhos, a expressão cuidadora não foi utilizada nas entrevistas. Encontramos “pago uma vizinha para olhar”, “uma mulher/uma pessoa que cuida deles”, “fica na casa dessa senhora/dessa vizinha”. A forma como são chamadas pelas pessoas que as contratam remete mais às relações de proximidade e vizinhança do que ao reconhecimento como trabalho (Moreno, 2019, p. 193).

A ausência de reconhecimento dessas tarefas como trabalho ou cuidado é intrínseca a esse tipo de relação, que goza de invisibilidade até mesmo nos debates sobre trabalho reprodutivo, que, por sua vez, também são preteridos quando se fala em economia, democracia e política (Biroli, 2018; Guimarães; Vieira, 2020). A constatação de que as relações comunitárias são relevantes para a organização social do cuidado tem raízes no pensamento feminista negro e na literatura latino-americana sobre a força dos vínculos de vizinhança onde as estruturas do mercado e do Estado são ausentes (Collins, 2019; Zibecchi, 2013).

²¹ Os debates sobre os circuitos de cuidado foram detalhados no item 2.2. A categorização por circuitos de cuidado.

Assim, antes de iniciar a análise, cabe esclarecer que usaremos os critérios de Guimarães (2019) para definir os vínculos a serem estudados: segundo a autora, cada circuito de cuidado é definido por como as ações são significadas, quem as desempenha, quais as transações envolvidas e suas formas de retribuição. As trocas de cuidado de que trataremos “sustentam-se em (e se reproduzem a partir de) relações sociais assentadas na reciprocidade, grupal ou comunitária” (Guimarães; Vieira, 2020). Há uma variedade de perfis aptos a desempenhá-las: foram identificados prioritariamente vínculos entre amigos, parentes e vizinhos, mas outros podem ser incorporados. Tais relações têm a reciprocidade como principal (embora não exclusiva) moeda de intercâmbio, visto que, em muitos dos casos, há pagamentos em dinheiro associados a características de solidariedade, como veremos a seguir.

Enquanto no primeiro eixo de análise foram abordadas as relações de núcleos familiares mais restritos (pai, mãe e filhos), as famílias estendidas (incluindo avós, tias, primas, irmãs...) são parte dos vínculos abarcados nesta seção, considerando sua relevância na configuração das famílias brasileiras e nas redes de vizinhança, fortemente estruturadas por desigualdades de gênero, raça e classe. Apesar disso, ressalvo que as trocas com familiares (em casos em que a avó que olha o neto para os pais irem ao cinema, por exemplo) podem ser interpretadas também como ações do circuito de cuidado como obrigação.

Essa fronteira opaca, que varia conforme o significado atribuído às ações concretas do cuidar, denota certa fusão entre os circuitos de obrigação e de ajuda. Tal constatação nos interessa em duas circunstâncias: nas famílias nucleares, como as do primeiro eixo de discussão, a mistura entre ajuda e obrigação parece ressignificar obrigações paternas numa perspectiva de gênero quando as mulheres entendem a contribuição de seus maridos como ajuda (e não como dever deles enquanto pais das crianças, ou moradores da residência). Por consequência, elas julgam que cabe a elas mesmas a tarefa de atender a essas demandas: limpar a casa, acolher o filho etc. No sentido contrário, quando a interferência da avó ou da tia ganha contornos de obrigação e de ajuda na criação de um bebê, há um indicativo de que, nas famílias ampliadas, o papel das mulheres de parentesco mais distante torna-se uma obrigação mais presente que o dos próprios pais das crianças, como veremos a seguir.

4.2.2 Os sentidos e as retribuições envolvidos nas trocas de cuidados em famílias e vizinhanças

Na maioria das respostas analisadas, as famílias ampliadas foram os primeiros vínculos acionados como alternativas para suprir as demandas de cuidado do dia a dia. É o caso de Kelly,

36, filha de mãe solo que vivia com ela, seu marido e seus quatro filhos até falecer em 2015 (hoje Kelly tem seis filhos, mas os dois caçulas não conviveram com a avó). Ela conta: “*Com os quatro primeiros meninos, minha mãe me auxiliou em tudo, da gravidez até mesmo levar para a escola. Foi a minha base. Sem o auxílio de uma pessoa, tem hora que a gente dá uma estagnada no juízo, não é bom*”. Enquanto sua mãe era viva, Kelly não precisou acionar redes de ajuda fora da família.

As mães e irmãs foram frequentemente mencionadas pelas entrevistadas como alternativas prioritárias quando precisam de outro adulto compartilhando as demandas diárias de cuidado. Além de Kelly, também Samara e Nise narram dificuldades devido à sobrecarga de tarefas de cuidado que seriam solucionadas, segundo sua compreensão, pela proximidade com outras mulheres da família.

Nise, cujo relato começou a ser apresentado no primeiro eixo, ganha um salário mínimo e é onerada aos 34 anos pelo sustento do filho de 19, pai de três crianças. Ela trabalha como atendente em uma gráfica e, à noite, estuda licenciatura em Ciências Biológicas. Em sua entrevista, conta que vive um momento delicado de saúde mental devido ao cansaço excessivo. Sua maior preocupação é com o filho, que “*trabalha como ajudante, mas quase nunca vai, por preguiça mesmo. Não é doente, não tem nada. Tem o trabalho, mas não tem visão de futuro*”. Segundo ela, a presença da mãe e da irmã poderia ter mudado essa trajetória, pois, quando mais novos, os filhos ficavam sozinhos enquanto ela trabalhava: “*Aqui sempre fui só. Às vezes, até é minha culpa meu filho não ser tão alinhado, por minha ausência e por não ter ninguém por perto. Penso que, se minha mãe estivesse perto, uma irmã, tinham me ajudado a deixá-lo mais responsável, mais maduro. Nessa questão, eu sou só, mesmo*”.

Chama a atenção a fala reiterada de Nise de que “*sempre fui só*” para administrar a criação dos filhos, uma vez que, até hoje, ela vive com o marido que é pai deles. Sua irmã e sua mãe aparecem como alternativas preferíveis ao companheiro enquanto possíveis responsáveis por dividir os fardos cotidianos. Sobre a participação do esposo nas tarefas de casa, ela responde: “*Ajuda, ele faz a comida, porque eu não tenho tempo. O meu espaço é pouco, meu tempo é pouco*”, já que ela e a filha de 13 anos dividem os demais serviços domésticos. Sobre apoiá-la nos cuidados com uma das netas, por quem ela se responsabiliza todas as semanas de quinta a domingo, Nise diz que “*se precisar, ele fica*”, mas que, se ela ou a filha mais nova estão em casa, elas assumem a atenção à neta. Como mostra a história de Nise, o gênero, a raça e a classe são estruturantes nas trocas que têm como base os laços familiares, promovendo, na

maioria das vezes, redes em que as mulheres são os personagens centrais (Ferreira; Mariano, 2020; Stack, [1974] 2012).

As falas de Nise guardam semelhanças com uma das narrativas do estudo “Maternidade e ativismo político: a luta de mães por democracia e justiça” (Quintela, 2017), em que a entrevistada vive com o esposo, mas as tarefas de cuidado são divididas entre as mulheres da família:

Ana Paula nunca casou, mas está com o mesmo companheiro e pai de seus dois filhos desde os 16 anos. Entretanto, apesar da existência de um relacionamento amoroso entre os dois, parece-me que não existe uma divisão interna ao casal na contribuição para o orçamento familiar ou das tarefas de cuidado dos filhos. Ela afirma que sua mãe e irmã foram as maiores companheiras na criação dos mesmos. Atualmente, por ela não estar trabalhando, a mãe e a irmã também auxiliam no seu sustento financeiro. A divisão do trabalho produtivo e reprodutivo nessa família, portanto, parece ocorrer entre as próprias mulheres (Quintela, 2017, p. 143).

Assim como nas demais dimensões do cuidado, as investigações sobre as redes de ajuda apontam que esses vínculos, principalmente em arranjos familiares, acontecem entre mulheres. Quintela, por exemplo, percebe que suas entrevistadas citam relações de afeto entre mulheres quando se referem às tarefas de cuidado desempenhadas nas famílias, em elos que não contêm as hierarquias de poder geralmente envolvidas nas relações entre gêneros (Quintela, 2017). Em sua análise sobre redes comunitárias em Salvador, Ferreira e Mariano chegam a uma conclusão semelhante: “A solidariedade para a subsistência envolve ajudas cotidianas e a mobilização de serviços pessoais e, por se tratar de ajudas geralmente prestadas por mulheres, caracterizam, portanto, a ‘feminização das redes’” (Ferreira; Mariano, 2020, p. 13).

Em diferentes configurações encontradas durante esta investigação, conforme sugere a literatura, as mulheres ocupam posição nuclear nas famílias e redes de ajuda. Nise, por exemplo, tem colocação central na dinâmica em que paga o aluguel e as compras de seu filho mais velho, paga a pensão e se encarrega da neta do meio de quinta a domingo, cuida da filha de 13 anos, com quem divide o serviço doméstico (“antes, era *eu mesma, eu mesma e eu mesma. Hoje não tenho mais essa preocupação com a casa porque ela me ajuda*”) e cuida de sua mãe que vem a Águas Lindas duas vezes ao ano para um tratamento de saúde. Ela conclui: “*Nem sei de quantas pessoas eu cuido, mas cuido de quem posso*”.

Os homens costumam ser menos demandados nas trocas de famílias ampliadas, embora colaborem com o sustento e em atividades eventuais. Isso se deve, por um lado, à estrutura racista e classista do mercado de trabalho que precariza os empregos disponíveis a eles e, por outro, à já mencionada feminização dos cuidados (Stack, [1974], 2012). Nas famílias negras,

como as de Kelly e Nise, a centralidade das mulheres pode fundamentar também redes de proteção, acionando a reciprocidade do cuidado como afronta à negação da humanidade das pessoas negras que foi, e ainda é, reforçada pelo racismo (Collins, 2019; hooks, 2019). Na obra de Collins (2019), as famílias ampliadas, centralizadas nas redes de mulheres negras, aparecem reiteradamente como refúgio das opressões que seus membros sofrem na esfera pública.

O caso de Samara também é ilustrativo dessa dinâmica. Nordestina e atualmente residente em Águas Lindas, ela teve graves problemas profissionais devido a atrasos e ausências quando a madrinha de seu filho não pôde mais cuidar dele enquanto ela trabalhava como auxiliar de faxina na escola estadual. Sem ter onde deixar o bebê, ela precisou recorrer a diversas instâncias de amigos e familiares até encontrar uma creche paga, enquanto seu marido, que é autônomo, sequer cogitou flexibilizar seus horários de trabalho para ajudá-la. “*Se minha mãe estivesse aqui, eu não tinha passado por nada disso*”, é uma de suas conclusões.

A falta de vagas em creches de horário integral e a ausência de escolas regulares em período integral na rede pública de ensino também aparecem na fala de algumas entrevistadas como possibilidades de dividir as tarefas de cuidado que assumem inteiramente sozinhas, embora de forma menos frequente que a vontade de terem a colaboração das mães e irmãs. “*O que eu mais queria era que aqui tivesse uma escola em que ele pudesse ficar integralmente até 17h pra ter uma atividade física*”, diz Glória, 42, que é mãe solo, ao me contar que o filho passa as tardes vendo televisão aos cuidados de sua sobrinha. O mesmo acontece com Isabel, que precisou adaptar sua rotina desde que seus gêmeos saíram da creche integral para a escola que os recebe por meio período: “*Eu tinha vida, não que hoje eu não tenha, mas queria mais tempo para mim. Não tenho liberdade de ir ao mercado, de ir à academia, porque não tenho tempo, não tenho recursos. Eles tomam totalmente o meu dia, a casa toma o meu dia*”, diz. Discutiremos mais sobre as estruturas públicas a seguir.

Para além das redes de famílias ampliadas, que são extremamente relevantes, mas mais comuns em diferentes estruturas familiares, a investigação desta dissertação abrange outras configurações das ajudas. Depois de extensa leitura da teoria, seja por meio das incursões de Nadya Guimarães (2019) na Zona Leste de São Paulo, seja do forte senso de identidade das comunidades negras norte-americanas na obra de Patrícia Hill Collins (2019), seja das estratégias de conciliação das argentinas de *La Boca e Barrufaldi* analisadas por Faur (2014), cheguei à fase de campo da pesquisa curiosa para saber se encontraria redes para trocas de cuidados na rotina das entrevistadas que excedessem as famílias estendidas, semelhantes às discutidas nesses textos. Interessava-me descobrir se e como tais elos se estruturavam nas

rotinas das mulheres de Águas Lindas, bem como o significado atribuído por elas a esses vínculos.

Na maior parte das entrevistas, foi possível identificar a existência de trocas que extrapolam as conexões familiares, cujas características dialogam com a teoria e permitem reflexões sobre seus impactos para a presença das envolvidas em espaços que extrapolam o ambiente doméstico. Houve, também, um grupo de mulheres com menor incidência de tais vínculos em sua organização doméstica - sendo a falta de trocas de confiança e de relações de amizade também um tópico importante de discussão. Os dois perfis serão problematizados a seguir.

Para parte das entrevistadas, as trocas com suas vizinhas de porta - mais uma vez, em redes formadas por mulheres - são fundamentais para que possam exercer sua cidadania, trabalhar, buscar qualificação profissional, manter amizades, dentre outras ações. É o caso de Kelly, que, após a morte de sua mãe, passou a contar com a ajuda da vizinha para cuidar de seus seis filhos enquanto se formava como técnica em enfermagem. Ela mora com os filhos e o marido em uma casa pequena de dois quartos, localizada em uma rua sem asfalto. Durante os anos de estudo, Kelly deixava diariamente os filhos às 6h10 na casa de Dona Ana²², que os levava e buscava da escola, brincava e dava almoço. Quando o marido ou os filhos mais velhos chegavam do trabalho ou dos estudos, buscavam os mais novos na casa da vizinha. *“Eu podia ficar tranquila, eles estavam com uma pessoa responsável, apesar de não ser parente minha, mas cuidava parecendo que era neto dela mesma”*, descreve Kelly. As consequências foram diretas para sua educação: *“[Sem as ajudas da vizinha] tinha parado os estágios, porque meu marido não pode parar de trabalhar, ele mantém a casa. Sem ela, eu não poderia ter realizado meu sonho, porque outra pessoa, para eu pagar, ficaria muito caro. Ela foi um anjo que **salvou o meu sonho**. Não só meu, como da minha família toda”*.

Como em outros casos de ajuda nas vizinhanças, Kelly pagava um valor simbólico para Dona Ana, cuja soma era definida pelo recurso disponível para a família naquele mês, agregada à necessidade de remuneração e à solidariedade mútua. Essa resposta foi similar à de outras entrevistadas, exceto as que têm filhos em creches comunitárias maiores, com valores de mensalidade fixos. A ideia dos pagamentos é formalizar e agradecer as trocas, embora as características de solidariedade sejam intrínsecas aos valores pagos: *“a gente a auxiliava com R\$ 250,00 para não ficar o favor, porque eu estava realizando um sonho. Às vezes, quando*

²² O nome das vizinhas, amigas e parentes também foi alterado para preservar as entrevistadas.

sobrava um pouquinho dos estágios, aí dava R\$ 300,00 R\$ 350,00 quando apertava um pouquinho o mês, dava só os R\$ 250”, diz Kelly.

Adriana, 46, que atualmente é estudante do curso técnico em enfermagem e trabalha como empregada doméstica, lembra que ajudava sua irmã e uma amiga seus filhos. Os pagamentos, além de suprir suas necessidades financeiras, tinham o objetivo de formalizar o vínculo: *“como no momento eu estava sem trabalhar, elas me pagavam. Não o que elas iriam pagar numa creche. Mas, só pra não ficar de qualquer jeito. Não tô me dando de boazinha, não. Eu falava, ‘paga o que você quiser’. Para ficar aquela responsabilidade, aquela coisa mais formal compromisso mesmo”*.

A mistura entre a camaradagem e a expectativa de compensação é uma constante nos estudos sobre trocas comunitárias. As análises de Moreno (2019) em São Paulo, por exemplo, apresentam as donas de pequenas creches como mulheres em contextos vulneráveis que, ainda assim, oferecem descontos, horários flexíveis e saem de suas rotas para facilitar a vida das mães que deixam filhos nesses locais, ainda que o principal objetivo dessas instituições seja o ganho da mensalidade para o sustento de suas trabalhadoras. O mesmo aparece nas incursões de Nadya Guimarães na Zona Leste paulista: componentes de solidariedade e generosidade se misturam à expectativa de remuneração, que “não era balizada pelo preço de mercado, não tinha valor fixo e nem precisava ser monetária, o que, de fato, era muito raro” (Guimarães, 2019, p. 14).

No caso de Kelly, há um claro vínculo de afeto entre as vizinhas, que implica a valorização do trabalho de cuidado e nas retribuições mútuas pelos serviços prestados: monetárias, afetivas e de reconhecimento. *“O valor eu achava muito pouco, mas com a minha condição... por mim eu pagava mais, sei que vale mais. Ela falou, ‘faço até de graça’, eu falei, ‘a senhora tem seus remédios para comprar, vou auxiliar, pelo menos, nos remédios’. Ela não queria”*. Outras trocas são descritas durante nossa conversa: o marido de Kelly leva Dona Ana para consultas médicas no carro da família, ou paga a ida em carro de aplicativo. Nesse caso, me parece, há um reconhecimento recíproco de vulnerabilidades e possibilidades de ajuda. Como alerta Guimarães, as ajudas são “absolutamente engendradas nas relações de afeto e proximidade, razão pela qual a percepção da dimensão relacional prevalece em detrimento da dimensão mercantil ou econômica” (Guimarães, 2019, p. 33). O mesmo se passa quanto ao reconhecimento e à retribuição: *“Pedi para ela ir à minha formatura, o que, para mim, seria uma honra, em agradecimento a toda essa correria, esses oito meses de estágio”*, lembra Kelly. O convite é especialmente válido porque, para Kelly, a formação tem grande potencial transformador da situação em que a família vive hoje. *“Quando me vi ali na frente, com a beca,*

formando, na hora da entrega do canudo, falei assim: ‘Consegui chegar aonde nem imaginava’”.

As quantias (monetárias ou não) pagas nas trocas de cuidados são representativas das características desse tipo de vínculo. Dentre as entrevistadas, há outros casos de valores simbólicos pagos para vizinhas, como o de Ângela, 40, que trabalhava como diarista até ficar impossibilitada pelas sequelas da Covid-19. Ângela estudou até a quinta série e vive com o filho de 16 anos, que, atualmente, tenta vaga na escola pública para voltar a estudar e faz bicos como pedreiro e ajudante. Quando ele era mais novo, Ângela fazia faxinas no Distrito Federal com frequência, deixando o pequeno na casa da vizinha, que tinha crianças da mesma idade, pelo valor de R\$ 10,00. *“Na hora em que recebia a minha faxina, eu já pagava. Chegava e pagava a quem ficou com o meu menino”*, conta. Ela é uma mulher simples que me narra uma vida de privações e de trabalho infantil no Maranhão e, em várias partes de nossa entrevista, não compreende as perguntas feitas e reformuladas, apesar de sua atenção e boa vontade e de minha busca em aproximar o diálogo de suas experiências concretas. Sobre a definição da quantia a ser paga às vizinhas que olhavam seu filho, ela me explica que esse era um valor padronizado em trocas semelhantes: *“Era esse o preço, mesmo”*. Esses pagamentos aconteceram em uma fase em que, apesar da precariedade do trabalho como diarista, Ângela tinha uma renda estável todo mês: *“eu já trabalhei demais nas casas e hoje não tenho uma casa”*, diz.

Atualmente em condição mais vulnerável, em que depende do Programa Bolsa Família e de doações, a própria Ângela estabelece trocas com os vizinhos baseadas na solidariedade e na reciprocidade: *“vou no vizinho e peço quando está faltando algo. Faz dias que estava com vontade de arrumar um trigo e disse ‘Vou esperar o vizinho receber a cesta básica para ir lá’. Ele é bom para mim, disse que posso ir, ele dá. Fui lá ontem, ele me deu dois cuscuzes”*, lembra. A queda na renda, por ter parado de trabalhar, fez das trocas baseadas na solidariedade eixos centrais de sua subsistência. *“Naquele tempo, na hora em que queria ir ao mercado, eu ia, fazia minha feira e tudo. Mas hoje sou feliz também”*, conclui.

Ângela é figura central na vida de sua vizinha de porta, Berenice, 26, mãe de dois meninos, cuja história começou a ser apresentada no primeiro eixo de discussão. Em uma relação que não envolve pagamentos em dinheiro, ela fica com os meninos de 3 e 5 anos de Berenice quando esta precisa trabalhar ou fazer tarefas corriqueiras, como ir ao mercado. *“Não tem como trazer as compras e as crianças ao mesmo tempo. Aí peço para ela olhar eles. Amanhã vou trabalhar e meu esposo arrumou um biquinho, a Ângela pode ficar com os meninos para mim. É uma troca, a gente se ajuda”*, diz Berenice. O vínculo entre essas

vizinhas é essencialmente de permutas: *“No que posso, ajudo e ela, vice-versa. Dinheiro não, a gente se ajuda mesmo. Hoje precisei de xampu, ela me deu um pouco. Aí amanhã, ela precisa de farinha, a gente vai assim, se ajudando”*, conta. As trocas nesse formato, envolvendo valores muito baixos ou baseadas na ajuda mútua, prevaleceram no núcleo mais empobrecido das entrevistadas, formado por Ângela, Berenice e Dona Aparecida, que são também as com inserção mais precária no mercado de trabalho.

Nesses casos, os estudos indicam que as ajudas se tornam uma espécie de capital social nas vizinhanças, dizem Guimarães e Vieira (2020). As mulheres acionam esses recursos quando têm dificuldades, e os favores que pedem aos vizinhos não costumam ser negados, pois as trocas estabelecidas são consideradas valiosas no contexto em que se inserem, embora essa valorização não se traduza diretamente em valores financeiros, na forma de pagamentos.

É o que acontece com Rita, 40, que vive em casa própria com o companheiro, o principal provedor, e cinco filhos. Rita não tem trabalho remunerado, estuda para ser técnica em enfermagem e conta com a ajuda dos mais velhos para a criação das pequenas, o que permite que ela se encarregue das filhas das vizinhas sempre que necessário. Ela não cobra, em dinheiro, para prestar essas ajudas, mas as vizinhas são acionadas se ela precisa de recursos: *“Às vezes, preciso de dinheiro emprestado, elas sempre estão me ajudando nessa questão do preço de alguma coisa ou se preciso de alguma medicação, que não tenho condição na hora, elas me ajudam. Uma mão lava a outra”*, conta.

Além disso, há tarefas que as mulheres cuidadoras só desempenham por poder contar com as ajudas, o que nos remete à reflexão inicial sobre sua participação em espaços públicos. Considerando as ausências do Estado e a vulnerabilidade financeira que impede o acesso ao mercado, a consequência mais acionada pelas entrevistadas quando imaginam perder as ajudas é a queda da **renda**, pois várias delas contam com essas redes no contraturno escolar dos filhos, enquanto estão no trabalho. Como vem sendo demonstrado na análise das entrevistas, a renda, junto com o tempo, potencializa as oportunidades de extrapolar os ambientes privados, o que gera um paralelo entre as posições de desvantagem nas relações de cuidado e a exclusão das instâncias de participação na vida pública (Biroli, 2018).

Se não tivesse a ajuda da sobrinha, que é também sua vizinha, para olhar seu filho quando ele não está na escola, Glória afirma que deixaria o emprego de cobradora de ônibus em dias úteis e de babá nos fins de semana. Seu filho mais novo tem 12 anos e fica aos cuidados da prima quando a mãe não está em casa. Sem esse suporte, ela diz, *“ia impactar muito porque eu não ia poder trabalhar. Ia só viver de Bolsa Família. Não ia poder proporcionar um tempo*

com meu filho, uma mochila boa. É horrível a gente viver sem ter uma expectativa". O Estado está presente na vida de Glória na escola pública do filho, no programa de transferência de renda, mas não alcança a necessidade de cuidado do menino no contraturno escolar, suprida pelos vínculos de ajuda.

Falas parecidas com as de Glória foram frequentes quando as participantes eram perguntadas sobre a importância das ajudas para o exercício de atividades que vão além do trabalho reprodutivo e de cuidados. "*Ah, eu nem teria assumido a coordenação acadêmica, né?*", diz Fabiana, professora de Geografia no IFG, que há dois anos ocupa o posto que lhe garante ascensão profissional e financeira, cujo filho passa uma semana por mês na casa de seus pais em Minas Gerais. Já Kelly, que tem na vizinha Dona Ana as ajudas necessárias para criar os seis filhos, diz sobre o curso de técnica em enfermagem: "*Sem ela, eu teria trancado a matrícula, porque não teria condição financeira e também não confiaria em uma pessoa estranha ficando com a minha menina pequenininha*". Na família de Isabel, mãe de gêmeos de 9 anos, isso de fato aconteceu: "*Deixei de trabalhar pelos meninos. Meu esposo trabalhava dia sim e dia não e eu fazia faxina dia sim e dia não, para não precisar de ninguém olhando os meus filhos*", diz.

4.2.3 Percepções sobre ajuda, interdependência e isolamento

Além do impacto na renda das entrevistadas, me parece que as redes de ajuda (ou sua ausência), com a sobrecarga de tarefas domésticas gerada pela divisão sexual do trabalho, têm profundas consequências no **tempo livre** de que elas dispõem. Essa sobrecarga transparece no cansaço exacerbado de quase todas as participantes: foi inevitável, mesmo ao meu olhar de mestranda em Ciência Política, que não é treinado para esse tipo de análise, notar a frequência de falas, expressões corporais, atrasos, bocejos, entre outras ações que denotam a extrema solidão e exaustão delas. Embora saibamos que a principal causa desse esgotamento são as privações financeiras que acometem homens e mulheres, dada a imensa desigualdade social em que estamos inseridos, em diálogo com fatores estruturais como o racismo, essas observações são relevantes ao nosso objeto de análise por também estarem relacionadas à responsabilização pelo cuidado e à possibilidade de compartilhá-la com outros adultos responsáveis, como mostram as falas a seguir.

"Tudo em cima de mim, tudo é pra mim, não tem com quem dividir não. Me sinto bem sufocada", diz Socorro, mulher negra que trabalha como empregada doméstica, gasta mais de

três horas de deslocamento por dia e, à noite, assiste a suas aulas da licenciatura com o filho no colo. Quando lhe pergunto sobre seu tempo de lazer, o termo *sufocada* aparece três vezes na resposta. Sua fala faz lembrar a obra de Sueli Carneiro, que afirma que a conjugação de racismo e sexismo na vida das mulheres negras produz uma “asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima” (2011, p. 118). Essa asfixia, ou sufocamento, nas palavras de Socorro, teria raízes no confinamento ao trabalho reprodutivo não remunerado e ao acesso ao mercado em ocupações de menor prestígio e remuneração, ambos presentes na vida da entrevistada.

“*O que poderia mudar? Acho que tudo. No momento, estou tão exausta. Estou vivendo um momento tão exausta que, se eu pudesse, largava tudo. Simplesmente, tudo*”, me conta Nise, que começou a tomar remédios para cuidar de sua saúde mental há alguns meses e descreve um imenso cansaço por cuidar dos filhos e netos. O desejo de dormir como escape aparece em várias respostas: “*queria ter paz. Eu falo pelo momento que estou vivendo, eu só queria dormir*”, completa Nise. “*Ai, meu sonho, ia deitar e dormir. Ia dormir pelo menos meia hora, ia ser meu sonho de consumo. Meia hora de sono pra mim era tudo*”, desabafa Débora que cuida dos quatro filhos, estuda técnico e graduação em enfermagem e se responsabiliza sozinha pela casa. “*Dá vontade de largar tudo, desligar o celular, sumir. Aí, olho pros meus meninos e falo: ‘meu Deus, mas, se eu sumir, que vou fazer da minha vida, se já tá ruim agora?’*”, completa. “*Ah, minha irmã, me faz falta ter um tempo pra mim, ouvir os próprios pensamentos da gente, né? Sinto falta de um tempo. Pequenas coisas assim fazem muita falta*”, diz Fernanda, que estuda, sustenta a família, cuida da mãe alcoólatra e faz os trabalhos domésticos de casa, enquanto o marido cuida das três filhas. “*Me sinto desamparada nessa questão. O significado de não ter ajuda é desamparo mesmo*”, afirma Carmela sobre a responsabilidade com os filhos e o marido alcoólatra.

Para Samara, as tarefas domésticas que o marido se recusava a dividir com ela (agora já melhorou 50%, em suas palavras) incidem diretamente no tempo de descanso disponível para cada um: “*Ele dorme bem cedo. Sempre durmo 11 horas, porque eu quero deixar o menos possível para fazer de dia, só tenho uma hora de almoço. Ele sempre dorme nove e meia, dez, porque **ele não tinha muita coisa para fazer***”. Falas como essa e as demais destacadas acima representam outras semelhantes acerca da sobrecarga na rotina das participantes. Houve também referências à garantia de saúde mental: “*Eu já teria pirado se não tivesse esse apoio*”,

diz Socorro, que, mesmo com o suporte de seus filhos mais velhos e de uma creche comunitária, levou o caçula desde os três meses para assistir às aulas em seu colo.

Nesse contexto, as emoções e o horizonte das possibilidades dos sujeitos emergem de maneira significativa nos diálogos, pautadas por condições materiais de vida, de responsabilização e de precarização nas quais o tempo é um recurso escasso. Tais sentimentos de cansaço e desamparo derivam do contexto neoliberal que determina as condições a que essas mulheres estão submetidas: empregos precários (Glória é cobradora de ônibus e, em seu terminal, não há banheiros ou bebedouros, por isso, sempre que possível, ela aguarda para usar o sanitário em casa, ao chegar), recuo de leis trabalhistas em detrimento da concorrência entre pessoas ou empresas, e a reprodução da vida como responsabilidade individual, ou seja, das mulheres entrevistadas (Lorey, 2019). Os direitos dessas mulheres vulnerabilizadas são imediatamente afetados em contextos inatos ao neoliberalismo de privatização do Estado, financeirização das relações e desmonte da solidariedade social, que contribuem para a emergência de valores conservadores e de corrosão da democracia (Brown, 2019).

A pesquisa “Esgotadas”, da ONG Think Olga, mostra que a situação financeira e a conciliação das diferentes áreas da vida têm os menores índices de satisfação entre as brasileiras. O levantamento de dados indicou que, depois das preocupações financeiras, as que mais geram impacto na saúde emocional das mulheres são a sobrecarga de trabalho doméstico e a jornada excessiva. A maior sobrecarga acontece justamente no grupo com perfil semelhante ao das entrevistadas desta pesquisa, em sua maioria negras e com idade média de 38 anos: entre as mulheres de 36 a 55 anos, mais da metade (57%) cuidam de alguém, dado que é de 50% entre pretas e pardas (Think Olga, 2023).

A pesquisa demonstra a realidade das mulheres negras e pobres brasileiras que sobrepõem trabalho remunerado e não remunerado sem descanso em suas rotinas, como na renomada obra da escritora Carolina Maria de Jesus, que, em 1960, escreveu em seus diários: “Saí indisposta, com vontade de deitar. **Mas, o pobre não repousa. Não tem privilégio de gosar descanso**” (Jesus, [1960], 2014, p. 12, grifo meu).

A pesquisa reforça que as dificuldades relativas à saúde mental encontradas em realidades em que há rotinas extenuantes não são questões individuais, pois derivam também do contexto em que vivem as entrevistadas. “Uma mulher sem renda digna tem precarizadas as condições de vida e as condições de cuidar. Precisamos entender que o adoecimento psíquico é também o resultado dessa conta que não fecha e pressiona de maneira sobre-humana a saúde mental das mulheres” (Think Olga, 2023). Assim, a renda e o gênero são elementos comuns e

geradores de desigualdades e sobrecargas, em contextos em que as políticas públicas que poderiam amenizar os desgastes, prover estruturas de compartilhamento do cuidado, regulações trabalhistas, dentre outros, são escassas ou ausentes.

Junto aos fatores estruturais, muitas das entrevistadas para esta dissertação fazem parte da chamada “geração sanduíche”, um grupo responsabilizado simultaneamente pelos cuidados dos filhos e dos pais. No Brasil, como as mulheres vulneráveis costumam engravidar muito jovens, a fase em que seus pais passam a demandar cuidados acontece quando elas eventualmente já têm netos, ou filhos mais velhos - nesses casos, sugere-se que a alcunha correta seria “geração panqueca”, em referência às várias camadas de demandas que se sobrepõem (Macedo, 2023).

Algumas das participantes estão em “sanduíches” ou “panquecas” que agregam demandas a suas rotinas. Além dos cuidados com os filhos, mais presentes na análise até aqui, várias delas lidam também com as necessidades de pessoas adultas, cujas descrições foram de quatro naturezas diferentes: por opção, como na situação do filho de Nise, que não trabalha por falta de responsabilidade, nas palavras da mãe, e precisa de ajuda com seu sustento e de seus filhos; devido à idade, o que acontece nas famílias de Débora, Nise e Isabel, cujos pais ou sogros demandam atenção para consultas médicas, organização financeira e suportes rotineiros; por doença grave, como a filha de 25 anos de Socorro, que tem anemia falciforme; e devido ao alcoolismo, casos do marido de Carmela, da mãe de Fernanda e do ex-marido de Socorro, já falecido. Destaquei os casos de alcoolismo em uma categoria isolada para enfatizar sua recorrência: três casos em um universo de 17 entrevistas.

Essas situações dialogam com dois conceitos de Joan Tronto discutidos no primeiro capítulo, que retomo brevemente: em primeiro lugar, o de interdependência, seja geracional, porque se trata de filhos que cuidam dos pais que uma vez cuidaram deles, seja coletiva, vinculada às famílias, instituições e à impossibilidade de superar o cuidado, já que todos somos dependentes em alguns ou muitos momentos da vida (Tronto, 2013). Em segundo, as noções de dependência evitável e inevitável: a dependência inevitável é a da maioria dos filhos das entrevistadas, que precisam de suporte para tarefas básicas de alimentação, higiene, saúde, apoio emocional, dentre outras. É também o caso de parte das situações acima, pois um idoso acamado, ou uma jovem adulta portadora de doença grave, necessitam de suporte em quaisquer configurações. Entendo que o alcoolismo, como doença e dependência severa, está também nessa categoria, não sendo uma opção do dependente de álcool precisar de ajuda para tarefas básicas.

Já a dependência evitável acontece, por exemplo, na situação vigente entre Nise e seu filho, que seria capaz de assumir seu sustento e cuidados de suas crianças, mas opta por não o fazer. Noto ainda que, quando perguntadas sobre quais são as pessoas de quem cuidam, parte das entrevistadas citou seus maridos saudáveis junto de outros parentes cuja dependência é inevitável: *“Cuido das crianças e do esposo. Porque, quando fica doente, sou eu que levo pro hospital, que me descabelo”*, diz Emily, em uma fala que é representativa de outras que ouvi das participantes. Essa dependência de homens adultos e capazes, ainda que não aconteça de forma integral, como no caso de uma criança, também sobrecarrega as mulheres que precisam, por exemplo, se ocupar das consultas médicas dos companheiros. O gênero é definidor das camadas de responsabilização nessas situações (Ferreira; Mariano, 2020).

Débora e Fernanda, em especial, têm em comum questões de saúde dos pais e a participação de vizinhos nas dinâmicas de acompanhamento deles. Os pais de Débora, segundo ela, dão mais trabalho que seus filhos: *“eles não tiveram alfabetização e meu pai tem hanseníase, teve que amputar os dedos. Faço curativo, faço tudo. Minha mãe sofre de labirintite. Ai, mulher, é uma coisa de louco”*, relata. Ela manda dinheiro para o vizinho de seus pais sempre que é preciso vigiá-los ou acioná-la, criando vínculos de ajuda nos quais há tanto compensação como solidariedade. Por R\$ 100,00, para arcar com a gasolina, esse vizinho leva seus pais três vezes por semana ao seu encontro para que ela refaça curativos, cuide dos remédios, vá ao banco e resolva problemas dos quais suas irmãs e irmãos se eximem. *“Ele me ajuda, mas é uma ajuda pagando. Só os dois velhinhos, tenho que pagar o vizinho pra poder ajudar”*, conta.

Além do vizinho, ela paga outros R\$ 100,00 mensais à cunhada para limpar a casa de seus pais duas vezes por semana: *“ela não queria cobrar, mora lá na roça, mas acho que ninguém trabalha de graça. Ela tem uma bebezinha, então é o que posso dar. Falei: ‘nega, às vezes, tenho vergonha’, ela falou: ‘tá doida, é minha sogra’. Falei: ‘não gosto não’”*.

De forma semelhante, Fernanda, que também trabalha, estuda e cuida das três filhas pequenas, assume as responsabilidades pela mãe, que luta contra o alcoolismo e não tem seguridade social, porque passou a vida em zona rural na Bahia, sem carteira de trabalho assinada. Os vizinhos apoiam a família vigiando a presença de amigos alcoólatras, que podem ensejar recaídas: *“É um cuidado constante pra ela não cair, não ter recaída [...] a gente fica mantendo essa vigia permanente”*, diz Fernanda.

Como a mãe tem o braço lesionado por uma queda ocorrida quando estava bêbada, Fernanda assumiu também a limpeza de sua casa. *“Quem limpa a casa, quem faz tudo lá sou*

eu. Meu padrasto mora com ela, faz comida, o básico. Mas quem lava a roupa dela sou eu, é bem puxado". Os impactos do revezamento no "sanduíche" entre as filhas e a mãe são claros em sua fala: *"não tô dando conta de conciliar os meus trabalhos da faculdade. Tá tudo atrasado, porque, quando vou fazer, tô exausta. Tava conversando com meus irmãos, a gente tem que entrar num acordo pra botar alguém pra ajudar a mãe, porque tá difícil"*.

Em outros estudos usados como referências nesta pesquisa, é comum a existência desses laços que funcionam no "sentido contrário", ou seja, de filhos para mães. Para Ferreira e Mariano (2020), isso configura mais um exemplo em que redes familiares são mobilizadas como alternativas à falta de recursos e serviços estatais. Dona Aparecida, por exemplo, é idosa e está no outro extremo desse vínculo, vivendo uma relação de interdependência com o filho e a nora, com constante intercâmbio de cuidados e recursos. *"Às vezes, eles me dão [dinheiro], assim, não é que eu cobre nada, mas eles conhecem que não tenho ajuda de ninguém"*, explica. *"Se vai fazer compras, ela traz coisas que gosto, compra carne, me agradam muito os meus filhos, graças a Deus"*. Ela cuidou dos três netos quando pequenos para que a nora trabalhasse, e agora os netos, já adolescentes, limpam sua casa e cozinham para ela, que possui problemas de mobilidade.

A partir dos pontos destacados acima, vemos que as ajudas incidem no cotidiano das mulheres de diversas formas: na administração de camadas das "panquecas", bem como em seu tempo e sua renda. Além de terem um papel prático (acolhendo seus filhos no contraturno escolar, por exemplo), os vínculos comunitários também operam como mecanismos por meio dos quais as mulheres podem acessar o mercado de trabalho, oportunidades e até políticas públicas.

Débora me conta que não é de muitas amigas, mas que sua única amiga, Bruna, com quem compartilha as dificuldades de cuidar dos filhos enquanto estuda no IFG, *"é como se fosse a minha visão no futuro, ela vê em mim uma coisa que não vejo"*, afirma, pensando nas vezes em que Bruna a impediu de desistir do curso técnico em enfermagem. Narrativas sobre terem entre as colegas de classe as únicas amigas com quem dividem as angústias foram comuns entre as estudantes dos cursos noturnos do Instituto Federal. *"Antes de conhecer ela, eu não tinha ninguém, eu explodia muito fácil. Às vezes, descontava até nos meus meninos e agora não, ligo pra ela, converso, me abro. Parece que fico mais leve [...] É meu braço direito"*, conta Débora. Esse vínculo se dá tanto na dimensão emocional, com a possibilidade de desabafar, quanto na prática, com o cuidado dos filhos, partilha de anotações das aulas, de livros para estudos, avisos aos professores sobre atrasos, entre outros.

Débora também acessa oportunidades a partir desse vínculo de ajuda e amizade, já que Bruna exerce diferentes papéis em sua rotina: é a única com quem ela deixa os filhos quando precisa, para quem desabafa sobre seus dilemas, a quem pede e empresta dinheiro, além de ser sua grande incentivadora. *“Ela tem os meus dados e tudo que tem, ela me coloca. A minha habilitação é a CNH Social: ela me inscreveu e não falou nada. Quando saiu a lista, ela falou: ‘tu foi contemplada. Tal dia, tu leva a documentação lá.’ Ela faz tudo, sabe o que é tudo?”*

Como no caso da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), de posse de seus dados, Bruna lhe abre alternativas profissionais: a inscreve em concursos sem esperar permissão e só avisa quando entrega o material para estudos: *“ela me passa, porque não tenho condições de comprar, manda tudo em PDF. Ela comprou uma plataforma pra tá estudando e me deu a senha, me dá tudo, o que é dela é meu. Ela fala: ‘tu é minha marida’”,* conta. As ajudas para cuidados dos filhos são parte dessa relação de amizade: *“Ela traz o menino dela pra escola, eu cuido. Aí quando preciso sair, ligo pra ela, deixo lá e ela olha. E sei que, se deixar ali [os filhos], quando eu voltar, tá bem”*. A carteira de motorista é um divisor de águas na vida de Débora: ela leva e busca os filhos na escola e em cursos, vai às aulas da faculdade e do técnico usando o veículo, que permite que ela cumpra sua agenda sem voltar para casa ao longo do dia. Já a inscrição em concursos enseja que ela vislumbre uma possibilidade de renda que sequer cogitou antes de estabelecer as trocas com Bruna.

Hita e Duccini observam que os circuitos de reciprocidade e sociabilidade, condicionados pela pobreza de seus participantes, “em geral, operam também como importantes mecanismos pelos quais indivíduos têm acesso ao mercado de trabalho e recursos de políticas públicas” (2008, p. 182). Para as autoras, essas redes, por vezes, adquirem o *status* de instâncias intermediárias entre os indivíduos e o Estado, interferindo na distribuição de recursos em comunidades carentes. Elas usam o termo “estrutura de oportunidades” para se referir ao ciclo em que as redes de acesso a bens, serviços ou atividades aproximam as pessoas de mais recursos, que, por sua vez, geram novas oportunidades. Embora o estudo de Hita e Duccini abranja estruturas mais amplas, como redes religiosas de grande alcance para captação de recursos externos, sua análise ressoa com os dados encontrados em falas como as de Débora.

Algo semelhante acontece com Emily, que sente falta da rede de vizinhas que tinha na Ceilândia, antes de se mudar para Águas Lindas há dois anos: *“A gente interagia, nossa rua era bem unida. As mulheres, né, umas com as outras”*, lembra. Esses encontros a ajudavam em diferentes dimensões: suporte emocional, apoio prático no cuidado com os filhos e conhecimento sobre benefícios governamentais. Sobre esses últimos, ela conta que foram as

vizinhas que lhe disseram que ela tinha direito ao Cartão do Material Escolar (CME), programa de benefício educacional-social destinado a estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal (SEEDF, 2023): *“Eu recebia R\$ 950,00 pros três. Elas falavam ‘ó, vai atrás do CME’. Fui na regional de ensino da Ceilândia, consegui, fiquei recebendo por três anos. Foi uma época boa, porque material é muito caro”*.

Até hoje as ex-vizinhas a avisam do prazo de inscrição para receber o cartão, embora ela não tenha mais acesso a essa política, que é destinada aos residentes do Distrito Federal. Mas não é apenas por esse motivo que ela sente falta da vizinhança antiga: *“a maioria estudava, trabalhava fora, chegava, ‘nossa, tô cansada’. Precisava de uma fala de carinho. A gente se reunia, fazia bolo, conversava, tirava uma tarde pra gente”*. Além do conforto, era às vizinhas que ela confiava seus filhos quando saía de casa para buscar qualificação: *“Os cursos que fiz foi tudo lá, antes de vir para cá. Do ‘Qualifica DF’. Os meninos tinham onde ficar, eu ia, estudava”*.

4.2.4 Impactos dos vínculos de ajuda no tempo para nutrir dimensões da vida além do cuidado

Nos últimos anos, desde que se mudou de Ceilândia para Águas Lindas, Emily deixou de contar com os vínculos de amizade e vizinhança que tinha na antiga rua: *“Aqui **fiquei mais presa**, né? Não tem como deixar os meninos aqui pra ir pro DF, até pegar o ônibus cheio, voltar? É muito tempo que eles ficam sós”*, explica. Assim como acontece com Emily em seu novo endereço, é significativo que boa parte das entrevistadas, mesmo com (ou justamente por) rotinas extremamente exaustivas, tenham afirmado manter apenas relações cordiais com seus vizinhos, enquanto outras disseram não ter quaisquer laços de amizade, sequer momentos de lazer, dentro ou fora das vizinhanças.

A falta de recursos e a renda precarizada das famílias são as primeiras barreiras de acesso ao lazer e à oportunidade de nutrir outras dimensões da vida além do trabalho e do cuidado. Sobre o lazer com os seis filhos, Kelly diz: *“Tem um gasto, não dá, porque eles são muitos e não tem como, **ou se alimenta ou se diverte**, então, eu prefiro alimentação”*, me diz. A vivência de Débora mistura a influência mútua entre precarização e cansaço: *“Tem vez que eles falam: ‘mãe, vamos sair’. Eu tô tão cansada que não consigo. Eles falam: ‘mamãe, a senhora não sai mais com a gente, não leva a gente pra tomar sorvete’. Nem é questão de condições, que é barato você ali tomar um sorvete. É porque tô cansada mesmo”*, diz.

Além do dinheiro, as tarefas de cuidado influenciam diretamente na disposição para o lazer, dada a relação entre o que homens e mulheres entendem como suas obrigações e, conseqüentemente, o tempo que dispõem para atividades de descanso e diversão. Em conformidade com as entrevistas desta dissertação, Bonalume *et al.* (2023) identificaram que, para a maior parte das brasileiras, as opções de lazer no tempo livre são vinculadas ao trabalho doméstico e aos cuidados com a família, ou seja, “não necessariamente seriam consideradas lazer, de acordo com a fundamentação teórica consultada” (Bonalume *et al.*, 2023, p. 12).

Na pesquisa “Lazer no Brasil” (Stoppa; Isayama, 2017), as respondentes apontaram atividades sociais e de turismo, geralmente realizadas em família, como seus programas preferidos, algo que apareceu também em nossas entrevistas e que, como apontam Bonalume *et al.*, mistura a diversão às diferentes sobrecargas do cuidado. No caso das participantes desta pesquisa, as barreiras de gênero, raça e classe se apresentaram também em relação aos desejos de lazer das participantes, antes mesmo de sua concretização: *“Dá vontade de ir em um lugar bacana com a família, pelo menos em Caldas Novas. Só que o marido não gosta de sair, meu filho não trabalha para ajudar, então tudo é em função deles. Aí não posso ir só. Se eu for só, serei muito julgada, principalmente pela família dele, a gente fica preocupada com o julgamento dos outros, estando certo ou errado”*, me diz Nise. Algo semelhante se passa na família de Fabiana: *“Sinto falta de sair, às vezes só eu e o marido, como casal, viajar. Ele não aceita muito, mas tenho vontade de fazer uma viagem só nós dois e deixar meu filho. A maternidade não é que ela te impede, mas ela te abdica, né? Te faz abdicar de muitas coisas na sua vida”*.

Já a ausência de interações com os vizinhos foi justificada pela falta de tempo e de intimidade, mostrando como o nascimento de relações de confiança é diretamente impactado pelas dinâmicas extenuantes, mesmo em cenários em que as ajudas poderiam, eventualmente, favorecer uma descentralização das demandas das mulheres: *“Num tem tempo pra ajudar elas, minha irmã. Como não tenho tempo de tá em casa, não tenho tempo de fazer amizade, de estar ali, entendeu? Faz falta, mas não tenho tempo de tá: ‘Oi, vizinha, vou passar o dia na sua casa, mulher’”*, justifica Fernanda. Há casos semelhantes, como o de Nise: *“a vida é acordar, trabalhar, estudar, chegar em casa, já vai cuidar de fazer uma janta, dormir. Termina que você não tem contato com vizinhos”*, diz. *“Devido ao tempo ser muito corrido, eu não tinha tempo para ir à casa do vizinho, ou dar atenção ao vizinho na minha casa”*, lembra Dona Aparecida.

Nas pesquisas de Ferreira e Mariano (2020) e Hita e Duccini (2008), ambas em Salvador, as duplas de autoras observam tanto núcleos nos quais a força das ajudas prevalece

nas vizinhanças pobres, como áreas em que a ausência de vínculos de colaboração opera como limitadora de oportunidades. Segundo elas, nas famílias em que existem crianças pequenas, limitam-se as possibilidades disponíveis para as mães, especialmente as jovens, quando não há redes de apoio que permitam que elas se engajem em trabalhos remunerados.

A escassez de redes de vizinhança na criação dos filhos quando pequenos é um dos achados de Quintela (2017). Em análise das falas de mães ativistas de filhos mortos pela polícia, ela conclui que as redes de solidariedade de suas entrevistadas surgem apenas após a incursão delas no ativismo político, depois que os filhos, adultos, foram assassinados:

Conforme mencionei, informada pela literatura discutida no segundo capítulo, a qual aponta a existência das redes comunitárias de cuidado como um traço característico das comunidades socioeconomicamente desprivilegiadas, iniciei este estudo empírico esperando encontrar relatos sobre tais redes durante as entrevistas. Para a minha surpresa, a maioria das participantes informa ter criado os filhos sozinha ou, quando muito, dividindo a responsabilidade pelos cuidados deles com os companheiros, ou com familiares, mas não com membros da comunidade. Ou seja, de forma privatizada, o que, segundo a literatura de intelectuais negras, seria uma tendência preponderantemente de famílias mais ricas (Quintela, 2017, p. 149).

Além da falta de tempo para construir relações de intimidade, muitas das entrevistadas relataram desconfiar dos vizinhos, em geral, devido a uma suposta intromissão em seus lares, ou por causa da violência urbana. *“É só pra criticar. Ninguém quer saber de nada não”,* crê Débora. Ela deixa as filhas mais novas, de 6 e 8 anos, aos cuidados de seu menino mais velho, de 11, quando sai para estudar: *“Desligo tudo, chaleira elétrica, essas coisas, desligo tudo, tudo, tudo. Morro de medo e fico toda hora ligando. Deixo o biscoito fácil, leite com Toddy sem esquentar, eles tomam, deixo tudo pronto.”*

Por verem as crianças sozinhas, os vizinhos acionaram a mãe de Débora ameaçando tomar providências. *“Ligaram pra minha mãe, sendo que eu que cuido dela. Falaram para ela ir lá tomar meus filhos: ‘uma hora ainda vai chamar o Conselho Tutelar’. Falei: ‘pode chamar, chegando lá eles vão falar: a casa tá limpa e tem comida. Vai cuidar da sua vida’”.* Por isso, Débora não gosta e não deseja ter vínculos com os vizinhos, e seu único elo de ajuda acontece com Bruna, sua amiga e colega de curso: *“Minha vida é minha vida. Não gosto nem de visita, não vou mentir. A criação é minha e pronto e acabou. É do meu jeito.”*

Parte das entrevistadas afirma que o distanciamento de vizinhos e amigos é um traço de personalidade delas, dissociando a possibilidade de estabelecer vínculos, ou mesmo de desfrutar de momentos de lazer, de sua conjuntura. É o caso de Leila, 38, que é mãe solo de meninos de 7 e 19 anos, e trabalha na faxina da escola estadual. O pai do mais novo cumpre exclusivamente

com o pagamento da pensão, enquanto o mais velho é seu braço direito nos cuidados com a casa e o irmão. *“Já não faço coisas que gosto há muito tempo, mas não que atrapalhe, a gente tem prioridades de cuidar da casa, do filho. Tem coisas que a gente deixa de fazer, se divertir um pouco, sair sozinha, a gente precisa de cuidados também com a gente”*, conta.

Leila dá respostas objetivas em nossa entrevista, que acontece enquanto ela controla a entrada e a saída de alunos da Escola Estadual Princesa Daiana (parte de uma ação para trazer mais segurança ao ambiente). Quando pergunto sobre as atividades que lhe dão prazer, ela conta que ama pedalar, mas não vai por não ter onde deixar o filho mais novo aos sábados. Sobre as amizades, ela afirma: *“Sou de poucos amigos, nem por mensagem, só as minhas irmãs mesmo, mas é opção minha. É só a família.”* Não tem vínculos com seus vizinhos além de cumprimentos ocasionais: *“primeiro, por falta de tempo e segundo é de mim mesma, não sou muito de fazer amizades, sou meio atrapada”*. Se tivesse outras opções de apoio para deixar o filho mais novo: *“Ia tirar um tempinho mais para mim, sair um pouquinho, me divertir, cuidar mais de mim”*.

Diante desse cenário, a pesquisa “Esgotadas”, da ONG Think Olga, quis saber quais recursos as brasileiras buscam para lidar com o estresse. Segundo a análise, 40% delas fazem atividade física, como Socorro, que sai de sua casa em Águas Lindas às 4h da manhã para estar às 6h30 na Asa Sul, Distrito Federal, onde trabalha como empregada doméstica. Ela então deixa suas coisas e sai para uma corrida matinal, voltando ao serviço uma hora depois. *“É o único tempo que tenho para mim. Corro pouquinho ainda. Eu tava numa maratona até boa, quando engravidei tive que parar, agora tô voltando. Inclusive, voltando a autoestima, porque foi uma gravidez que não planejava e foi muito difícil de aceitar, me entreguei demais. Então, agora que eu tô nascendo de novo”*, diz.

Ela organizou sua rotina com esse pequeno respiro para seu “sufoco” (palavra que, como destaquei anteriormente, foi bastante repetida em suas falas) por deixar seu filho mais novo com uma pessoa de sua vizinhança que cuida de outros três bebês. *“É uma senhora que conheço há muito tempo e todo mundo tem uma referência boa dela. Sempre falam que ela cuida direitinho. Acabei confiando. Deixei ele lá com três meses”*. Nessa configuração, que se aproxima da definição de creche comunitária ou de mãe crecheira (sobre a qual nos aprofundaremos no terceiro eixo de análise), o pagamento de mensalidades (nesse caso R\$ 500,00 mais a comida consumida pela criança) se mistura aos vínculos de proximidade, refletidos em horários flexíveis e na confiança mútua. *“Saio de casa às 4 da manhã, ela falou*

que esse horário já ela pegava ele, mas, como tem os irmãos, deixo ele dormindo. Eles levam mais tarde, 9 horas e, quando eu chego às 18 horas, vou buscar”.

A pesquisa da Think Olga também indicou que, em segundo lugar entre os cuidados com a saúde emocional entre as brasileiras, está a prática da religião e, em terceiro, o tempo de qualidade com a família e os amigos. Destacam-se, ainda, os cuidados com a aparência na quarta posição, os estudos na quinta, e os hobbies na oitava, citados por 24% das respondentes. Nise, em meio à sobrecarga com os filhos e netos, tem nas idas ao salão o único momento para si: *“A única coisa que faço, função minha mesmo, é ir a um cabeleireiro. Falo assim ‘Hoje quero tirar um tempo, vou no salão, vou ali’. É o tempo ainda que me resta”.* Quase metade das mulheres (49%) entrevistadas pela ONG não sente necessidade de fazer terapia e, dentre as que dizem considerar esse recurso, 29% acham a solução cara, elitizada e, portanto, inacessível.

A ausência de vínculos de amizade e intimidade soma-se à carência financeira, à falta de estruturas públicas, à familiarização dos cuidados e à sobrecarga feminina para criar circunstâncias em que o descanso e o lazer ganham *status* de supérfluos para várias das entrevistadas. Glória, que tem dois empregos e é mãe solo de um menino de 12 anos, me diz que nem se lembra da última vez que teve um momento de diversão: *“O lazer mesmo, a gente não tem de jeito nenhum. A gente não tem tempo pra lazer, o que a gente tem é que trabalhar e pronto”.*

4.2.5 Maternagem e estratégias conjuntas

Considerando que os relatos feitos até aqui sobre as ajudas envolvem não apenas a solução de problemas do cotidiano (onde deixar os filhos enquanto trabalham, por exemplo), mas também a formação de redes nas quais se compartilham angústias, demandas, desejos, sobrecargas, solidão, entre outros, perguntei às entrevistadas se, em algum momento, esses vínculos as impulsionaram a se juntar a outras mulheres, com as que trocam ajudas ou com outras, para reivindicar alguma mudança. Diante dos cenários de intensas privações em que se encontram, a maioria das participantes disse que não: Glória, por exemplo, acredita que falta conhecimento até mesmo para as mulheres reconhecerem o que lhes faz falta. *“Uma coisa que faria a diferença é se as mães se reunissem pra que os filhos tivessem algo melhor, mas aqui ninguém faz nada. Não é nem por falta de interesse, é por falta de conhecimento mesmo, porque hoje em dia as pessoas são muito leigas daquilo que elas querem”.*

Na entrevista com Débora, faço a mesma pergunta: “*Já pensou em algo que você e outras mulheres poderiam fazer juntas para mudar a rotina que levam? Juntas vocês podem...*”. Quando sou interrompida pela resposta: “*Sumir, abrir um buraco, entrar dentro e sumir*”, sugere rindo. Ela diz que reivindica sozinha qualquer demanda necessária para si ou seus filhos, e não vê necessidade de construir algo de forma coletiva: “*faço tudo e vou sozinha, precisa de ninguém não, pronto e acabou*”.

Essa postura focada na ação individual e, provavelmente, na crença de que há poucas mudanças possíveis de fato é indicativa da limitação dos horizontes de possibilidades considerados pelos sujeitos. Segundo Wendy Brown (2019), esta seria uma das consequências do neoliberalismo que, usando de um discurso de garantia das liberdades, enfraquece a participação pública nas democracias, justificando exclusões, violações e a manutenção da hegemonia de grupos cujo gênero, raça e classe já estão definidos. Haveria, assim, um enfraquecimento do público (no sentido de participação democrática e coletiva) como efeito da lógica neoliberal de organização da vida e da subjetivação.

Dentre as que mencionam alguma forma de mobilização, os exemplos são variados, mas, em geral, estão focados em questões amplas vinculadas à opressão das mulheres, representando a variedade de interpretações que o termo “reivindicar” pode assumir para cada uma delas. Carmela vincula a pergunta (você já reivindicou algo que você e outras mulheres poderiam fazer para mudar essas dificuldades?²³) à sua inconformidade com a excessiva responsabilização das mulheres por tarefas domésticas. Ela diz que se manifestou algumas vezes em casa, mas não consegue mudar essa distribuição - o que se agrava pelo fato de seu marido ser alcoólatra e, além de não dividir tarefas, onerá-la com a organização de remédios, mitigação de quedas, dentre outros. Ao mesmo tempo, considerando os paradoxos intrínsecos às discussões complexas, na casa de Carmela, sua filha é mais responsabilizada que o filho por tarefas domésticas, algo que ela pretende mudar: “*não queria que só a minha filha tivesse essa responsabilidade, porque o mesmo direito que a mulher tem de exercer tarefas domésticas, o homem também tem que ter. Ele tem que ter essa responsabilidade e essa consciência de que ele precisa ajudar dentro de casa*”.

Já Isabel me conta que sua única reivindicação, sozinha, foi quando sofreu assédio sexual em um antigo trabalho, há muitos anos: “*Ele se aproveitou, é a primeira vez que estou*

²³ Nas 17 entrevistas, as perguntas foram enunciadas da forma como constam no apêndice desta dissertação, com pequenas variações entre um diálogo e outro, dado o ritmo das conversas. Algumas entrevistadas me pediram esclarecimentos, o que ensejou que certas perguntas fossem reformuladas de mais de uma maneira durante os diálogos.

falando sobre isso, nunca falo. Eu fui, reivindiquei e, realmente, deu certo, porque eu sou aquela que só vou quando vai dar certo, não sei voltar atrás, não volto atrás nunca. Se eu falei, acabou. Fui só, fiz uma reunião com elas [outras funcionárias] e eu que fui [à direção da empresa]."

Emily e Fernanda trouxeram exemplos de reivindicações com características coletivas. A primeira busca o apoio das mães de coleguinhas de seu filho do meio para lutarem por vagas na escola pública mais próxima de suas residências, o que é um direito das crianças. Com problemas nos joelhos, a caminhada para deixar seus meninos nas aulas torna-se exaustiva, embora ela seja vizinha de uma escola (que tem uma fila de espera): *"Já falei pra uma colega minha, 'amiga, nós vamos ter que reivindicar a escola, porque eu tô na luta sozinha. Se você não juntar comigo mais umas mães...'. Porque a maioria das mães vai a pé para a escola. Falei pra ela: 'esse é o ano da gente se juntar para reivindicar. Porque senão vão mandar os meninos para o outro lado da BR'"*.

Poucas entrevistadas integram associações, movimentos sociais ou clubes, com exceção das igrejas católica e evangélica que apareceram em algumas das respostas sobre grupos presentes em núcleos comunitários. Fernanda, embora tenha relatado que não tem vínculos próximos com seus vizinhos, faz parte da associação dos moradores da região. *"Tô lá sempre", me diz. "Se tem alguma coisa que ela [a associação de moradores] anuncia, eu tô no meio, parecendo uma maluca com os panfletos, quando dá, então, faço parte desse movimento, sou a doida", se diverte.*

Entre as entrevistadas que vão à igreja ou têm religião, cinco são evangélicas, oito são católicas (dessas, três dizem que não são praticantes e uma que se interessa também por religiões de matriz africana) e uma conta que vai aos dois tipos de culto, católico ou evangélico, a depender da facilidade de acesso. Três mulheres não possuem vínculos religiosos. Embora a maioria frequente esses espaços, as igrejas não foram identificadas como locais onde há trocas de ajuda para o cuidado que extrapolam os espaços eclesiais, tampouco como lugares onde se unem grupos para reivindicar direitos. Vale observar que as igrejas evangélicas aparecem como referências por possuírem espaços apartados, com pessoas dedicadas a acolher as crianças, o que permite que as mães participem das missas sem interrupções. Essas estratégias se resumem ao ambiente religioso e não se estendem ao dia a dia delas - algumas entrevistadas, no entanto, citam que poderia haver espaços com a mesma dinâmica de acolhimento das crianças em shoppings e restaurantes, por exemplo.

Ainda que os exemplos de reivindicações individuais e coletivas das entrevistadas tenham sido pontuais, como demonstrado nas respostas acima, cabe retomar a premissa da literatura de Patrícia Hill Collins (2019) de que as mulheres vulnerabilizadas têm capacidade de interpretação da própria experiência de opressão. Muitas delas se mostraram insatisfeitas diante dos serviços públicos, da conjuntura em seus trabalhos ou dentro de suas famílias. Dessa forma, a ausência de protestos e contestações (nos padrões que conhecemos) não significa conformidade com a situação em que se encontram. Glória, que é cobradora de ônibus, dá um exemplo: *“No serviço, sempre digo que devia ter um lugar onde os filhos da gente pudessem estudar perto e depois ir pra lá. Lá tem mãe que tem bebê pequeno, devia ter um ambiente pra mãe deixar os filhos. A gente tem uma hora de intervalo e fica sem fazer nada. Esse tempo perdido, você devia tá com seu filho.”*

Assim, a organização diária dessas mulheres e sua percepção sobre o cotidiano também devem ser valorizadas em contextos de opressões reiteradas como aqueles que temos discutido. Não o digo como forma de banalização da resistência, como se toda sobrevivência pudesse ser interpretada como forma de resistir, embora, em sentido político, essa analogia possa ser feita dentro de alguns critérios. Em uma pesquisa, no entanto, isso inviabilizaria a discussão das resistências, pois, se toda sobrevivência é resistência, nenhuma de fato o é. Dessa forma, meu entendimento é de que a subversão de certas lógicas de opressão pode ser percebida na fala das entrevistadas em mais de um indício cotidiano, embora isso nos demande sensibilidade de enxergá-las no emaranhado de vulnerabilidades a que estão submetidas.

Fernanda, por exemplo, embora não tenha incluído em sua resposta, além da associação de moradores, é uma participante ativa da turma de 2023 das PLPs de Águas Lindas, curso que, como mencionei, discute os direitos das mulheres e temas como racismo, feminismo, combate à violência, direitos trabalhistas, movimentos sociais, direitos humanos, entre outros. O objetivo é que as cursistas se tornem aptas a orientar e promover pequenas mudanças em suas rotinas e das pessoas que as cercam a partir dessas ideias. Costumo ouvir de Fernanda com frequência, em conversas informais, sobre a importância de levarmos o diálogo sobre tais assuntos para as mulheres de sua vizinhança. Das entrevistadas cujas histórias aparecem neste quarto capítulo, também Rita e Adriana são participantes do curso, e Emily é facilitadora. Todas elas têm pelo menos três filhos, algumas trabalham e estudam, de forma que interpreto sua permanência no curso aos sábados também como reconhecimento da importância dos assuntos abordados em suas realidades particulares e coletivas.

Dessa forma, concluímos o segundo eixo de análise, focado na percepção das mulheres sobre se e como as relações de cuidado como ajuda aparecem em suas rotinas. O trecho parte do desafio de identificar as ajudas nas relações concretas do dia a dia das entrevistadas, uma vez que se trata de vínculos caracterizados justamente pela interpretação dos sujeitos sobre eles, o que, muitas vezes, se dá por uma fusão entre os elos de proximidade, as relações de trabalho e de cuidado. Observou-se também a mistura entre os circuitos de obrigação e de ajuda nos casos em que algumas participantes parecem ressignificar as ações de seus companheiros segundo o gênero, entendendo os trabalhos reprodutivos que realizam como ajudas e não como deveres, uma vez que são homens.

Outro achado que colabora com a literatura foi a feminização das redes de ajuda, seja nas famílias ampliadas, seja nos vínculos de vizinhança e de amizade. Para parte das entrevistadas, as trocas de cuidado com suas vizinhas de porta (e as permutas de pequenos bens e alimentos, entre o núcleo mais vulnerável) são essenciais para que possam desempenhar funções rotineiras que extrapolam o trabalho doméstico e de cuidados, como ir às compras, estudar ou trabalhar. Como se esperava, nas relações cotidianas de cuidado analisadas, estão sobrepostas características de independência, interdependência, resistência e subordinação de maneira concomitante. Por exemplo: quando pagas, as ajudas contemplam características de solidariedade na definição dos preços, bem como um reconhecimento recíproco de vulnerabilidades entre as envolvidas.

Embora a análise estivesse focada nas trocas e ajudas, sobressaíram falas contundentes sobre o isolamento e o cansaço profundo das entrevistadas: “exausta”, “sufocada”, “vontade de sumir”, “desamparo”, foram algumas das palavras enunciadas tanto pelas mulheres que têm vínculos de trocas, quanto pelas que estão isoladas e sobrecarregadas a ponto de não conseguirem ou terem vontade de estabelecer esses elos. Associo essas falas, como já mencionado, à conjuntura neoliberal que amplia os desafios de distribuição das responsabilidades e diminui as estruturas públicas, centrando as alternativas para lidar com as necessidades de cuidado exclusivamente nos sujeitos e famílias.

Além de seu sentido prático e cotidiano, as ajudas apareceram também como parte de “redes de oportunidades” em que se inserem as entrevistadas, que descobrem políticas públicas e ganham novos objetivos a partir das trocas com outras mulheres. Em geral, essas oportunidades de fortalecimento mútuo se dão de forma prática, em busca de solucionar problemas específicos, mesmo contexto em que acontecem as reivindicações narradas por algumas participantes. Assim, as ajudas demonstram seu papel nas dinâmicas de privações e de

equilíbrio de demandas em cenários de sobrecarga de tarefas de cuidado, demonstrando a variedade de estratégias que podem compor na formação do cotidiano.

4.3 Eixo 3: Interações com o governo

O percurso de análise deste quarto capítulo está dividido em três partes: tem início com as relações domésticas e suas implicações tanto para a responsabilização pelo cuidado, como para a participação em espaços públicos. Em seguida, discute as relações de famílias ampliadas, vizinhanças, amizades e comunidades, abordando se e como as trocas de cuidados contribuem para que as mulheres extrapolem os espaços privados e alimentem dimensões da existência além do trabalho reprodutivo. Com essas duas instâncias em mente, e em interação recíproca com ambas, chegamos ao terceiro e último eixo, no qual relacionamos as tarefas de cuidado e a percepção das mulheres sobre como o Estado interfere em suas vidas.

Essa “caminhada”, que parte dos espaços ditos privados nos lares e vai até as esferas coletivas de interação com estruturas e instituições, demonstra, seja pelos argumentos apresentados, seja pela repetição de temas entre os capítulos desta pesquisa, que não é possível considerar a família como responsável única e isolada pelo cuidado. Embora tanto o âmbito doméstico quanto os espaços comuns tenham delimitações próprias, o que se passa em cada um deles também influencia o outro e está diretamente conectado às normas e formas de organização da vida. Naturalmente, isso provoca implicações políticas e práticas, pois público e privado também são canais acionados nas decisões sobre o destino dos recursos públicos, incluindo os de poder e autoridade (Fineman, 2004).

Como nos eixos anteriores, a discussão sobre as interações das entrevistadas com o governo não está pautada em um levantamento quantitativo dos programas estatais presentes em suas rotinas, mas na *percepção* delas sobre como essa inserção acontece, deveria acontecer, ou, ainda, em quais casos sequer se atribui ao Estado a incumbência de realizar certas tarefas. Segundo Faur (2014), os serviços disponíveis pelas vias públicas, além de seus objetivos práticos, têm o papel simbólico de configurar desejos e expectativas dos cidadãos. Dessa forma, a oferta ou escassez de ações de cuidado por parte do Estado é um dos fatores que delimita como as famílias entendem a distribuição de responsabilidades e as formas possíveis de compartilhá-la para além do ambiente doméstico, com serviços de educação ou assistenciais, por exemplo.

Dentre as 17 entrevistadas, dez são beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo que duas somam ao ganho familiar mais um programa de transferência de renda vinculado à permanência na escola²⁴. Sete mulheres não são beneficiárias de plataformas governamentais nesse formato. Uma das entrevistadas mencionou que recebe auxílio na conta de energia elétrica. Apenas duas das participantes, Fabiana e Isabel, têm filhos em escolas particulares: entre as demais, as crianças estão matriculadas em instituições públicas ou em creches comunitárias não regulamentadas. Embora, como já mencionado, oito entrevistadas sejam alunas e uma professora do Instituto Federal, política educacional criada em 2008 durante a segunda presidência de Lula da Silva, do PT, as percepções sobre as políticas desse e de outros governos foram variadas tanto entre as alunas do IFG quanto entre as que não frequentam a instituição.

Ressalto, ainda, que as perguntas feitas durante as entrevistas foram destinadas a refletir sobre a interação das mulheres e de suas tarefas de cuidado com o Estado como instituição e com as políticas públicas que partem das instâncias federal, estadual e municipal. Não houve menção a candidatos, governantes, ex-governantes ou partidos políticos específicos, ainda que algumas entrevistadas tenham feito menções espontâneas, positivas e negativas, ao PT em suas respostas.

Dois perguntas sobre formas de interação com o Estado foram realizadas: *Como o governo entra na sua vida como mãe?*, seguida por *Como o governo poderia te ajudar nessas tarefas de cuidado da casa e das crianças?* Considero as duas amplas quanto ao tipo de respostas que poderiam contemplar, escolha proposital para conhecer os proventos e carências das mulheres quanto às instituições públicas, bem como sua interpretação de quais esferas de suas vidas se relacionam com essas vias. Chamou a atenção, em um primeiro momento, que as entrevistadas tenham me pedido para explicar a pergunta em várias oportunidades, citando exemplos do que significaria uma possível interação entre Estado e maternidade, mesmo após seguidas tentativas de adaptação de seu enunciado conforme eu percebia que a formulação não era bem compreendida. A própria escolha do substantivo “governo” foi feita após alguns testes usando sinônimos como “Estado”, “poder público”, “o que vem da prefeitura ou do governo de Goiás...” entre outros, que tampouco foram compreendidos pelas participantes. Parece-me, diante desses esforços, que a dúvida se dá por certa nebulosidade quanto ao papel do Estado em esferas da vida que fomos acostumados a pensar como privadas e isoladas. Na maioria dos

²⁴ Kelly diz que os filhos têm benefícios para “Jovem Estudante”, mas não pude confirmar a política da qual são beneficiários. Débora recebe uma bolsa como aluna do IFG, mas não soube dizer o nome exato da política a que está vinculada.

casos, usei a pergunta complementar: *“você sente falta de algo na escola, em espaços públicos ou de atividades extracurriculares, por exemplo?”*

Além disso, embora a opção por indagações abertas para captar a percepção das entrevistadas sobre o Estado tenha sido proposital, vale destacar que minha expectativa, baseada na literatura, em pesquisas e em vivências pessoais, era de encontrar sentimentos de medo e desconfiança como reflexos do descaso com estruturas, abordagens racistas, estatísticas de assassinatos, entre outras que incidem fortemente sobre a população negra e vulnerabilizada no Brasil. Em 2022, 76,5% das mortes violentas intencionais no país foram de pessoas negras, de forma que os pretos e pardos são os mais vitimados pela violência em qualquer ocorrência, e chegam a 83,1% das vítimas de intervenções policiais (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Essas circunstâncias são um padrão reiterado, como aponta Lélia Gonzalez: “aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. (...) A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão” (Gonzalez, 2020, p. 85).

Dessa forma, esperava encontrar nas conversas com as participantes da pesquisa algumas narrativas como a de Sueli Carneiro:

Atravesso uma praça e um grupo de adolescentes negros joga carteadado. Minha mente viciada na paranoia da violência não deixa de imaginar: se passar um carro de polícia por aqui agora, eles estarão em apuros e pode até acontecer o pior. Parecem jogar buraco e uma dupla vence festejando com alegre algazarra. Rejeito a armadilha da mente paranoica e deixo a algazarra alegre penetrar em mim, e ela também me anuncia: “Viveremos!” (Carneiro, 2011, p. 79).

Mesmo diante desse cenário de desigualdade social e racial, em que se sabe que a incidência do Estado entre os mais vulneráveis resume-se, por vezes, ao controle e repressão, as perguntas abertas sobre a relação das mulheres com o Estado buscavam deixá-las livres para manifestar visões positivas e negativas conforme suas experiências. Embora muitas ausências do Estado tenham sido verificadas nas falas (falta de creches, de espaços de lazer, de qualificação e de oportunidades de emprego, entre outras), como mostra a discussão feita a seguir, foi surpreendente que *nenhuma* das participantes tenha se manifestado com falas de medo ou desconfiança dessas instituições: em alguns casos, inclusive, a ausência de policiamento foi citada como problema, sem menção à vulnerabilidade das famílias negras ante as instituições policiais.

A única menção direta ao policiamento foi feita de forma positiva por Dona Aparecida. “Acho que o certo é cada colégio ter policial, porque muitas coisas acontecem e não tem, dizem

‘mas quando tem policial acontece também’, acontece, mas é mais difícil’, explica. O medo da influência do tráfico de drogas sobre seus filhos jovens, por outro lado, foi quase unanimidade entre as participantes.

Ainda que não tenham aparecido respostas que apontassem algum nível de desconfiança em relação às instituições públicas quanto à segurança e dignidade das entrevistadas e de suas famílias, cabe analisar as falas delas a partir de outras perspectivas positivas e negativas sobre o Estado. Por um lado, foram identificadas percepções favoráveis aos impactos imediatos das políticas públicas sobre a organização familiar e as tarefas de cuidado e, por outro, a ausência de ações públicas destinadas a promover segurança, ofertas de lazer e qualificação, espaços coletivos de convivência, dentre outros. Ambos merecem atenção em nossa investigação.

As visões positivas do Estado foram vinculadas, em primeiro lugar, ao reconhecimento do governo como responsável pelo Programa Bolsa Família, visto de forma unânime pelas beneficiárias como política transformadora de suas realidades: *“ajuda muito, muito, porque das três [filhas] tiro R\$950,00 pras despesas delas, calçado, alimentação, tudo e o que eu consigo colocar dentro de casa fica porque não tenho casa própria ainda”*, conta Fernanda, que sustenta o marido e as filhas com o salário de cabeleireira e realizando apliques de cílios aos fins de semana. Nise concorda: *“É ótimo, nossa, como é. Ajuda porque recebo um salário mínimo, tanta coisa não daria. Com esse auxílio, consigo pelo menos administrar melhor a quantidade de coisas que tenho, de dívidas mensais”*. Os valores do benefício, após a revisão implementada em março de 2023, são de, no mínimo, R\$ 600,00 por família, e cada criança de até 6 anos soma mais R\$ 150,00. Para recebê-los, a renda mensal por pessoa da residência não pode superar R\$ 218,00.

O programa não é uma política pública exclusiva de cuidado, mas influencia diretamente a realidade dessas demandas nas famílias, seja porque a renda é um fator decisivo para que os sujeitos possam cuidar em condições mínimas de segurança (Biroli, 2018), seja porque o recebimento do recurso mensal por essa via é condicionado à realização de acompanhamento pré-natal, à vacinação, ao monitoramento nutricional das crianças de até 7 anos e à frequência escolar, todos eles vinculados a dimensões da reprodução da vida (Brasil, 2023).

Apenas uma das entrevistadas, Maria do Socorro, se mostrou contrária aos programas de transferência de renda. Ela sustenta seu bebê e dois filhos adultos (a mais velha trabalha, mas tem desafios vinculados à anemia falciforme, enquanto o filho do meio está desempregado e estuda à noite) com o salário de empregada doméstica. Quando pergunto como o governo entra na sua vida como mãe, ela diz: *“De nenhuma forma. Eu não tenho ajuda do governo”*.

Para Socorro, a solução seria dedicar as políticas públicas à geração de empregos, em vez de implementar iniciativas de transferência de renda: “*Não sou beneficiária da Bolsa Família e, talvez, as pessoas pensem que por isso tenho essa crítica. Mas acho que o governo tem que dar oportunidade de trabalho, não te encher de bolsa, porque entra outro governo e te passa a perna e, nisso, mulher engravida e vai só se enchendo de filha. Se você tiver percentual de filho, você ganha mais. Sou dessa crítica, não gosto dessa política de governo*”, me diz. Sua posição foi uma exceção em meio às entrevistadas: o programa foi tido como essencial entre as beneficiárias e, para as que não recebem os valores, as respostas foram no sentido de que gostariam de recebê-los se estivessem aptas. As exceções foram Fabiana, Adriana e Samara, que não se manifestaram positiva ou negativamente sobre não terem o benefício.

O Bolsa Família, criado em 2003²⁵, na primeira gestão do presidente Lula da Silva, PT, é alvo de diversas pesquisas sobre seus impactos nas condições de desigualdade em que vivem as famílias brasileiras. No debate aqui proposto, interessa pensar sua inserção e consequências para as dinâmicas de cuidado, dialogando, inclusive, com visões como a de Socorro de que as famílias teriam filhos com o objetivo de ampliar os benefícios, pois, assim, não precisariam trabalhar. Apesar da crença de que o governo subsidia os cuidadores com valores pagos no Bolsa Família ou em programas semelhantes, para Fineman (2004), a equação se dá em sentido contrário: os cuidadores é que subsidiam o Estado ao fornecer um trabalho invisível e não pago que forma novas gerações de força de trabalho. “Os cuidadores proveem subsídios de forma ampla para a sociedade. Longe de serem independentes, o Estado e o mercado dependem do trabalho de cuidado que reproduz a sociedade e povoa suas instituições” (Fineman, 2004, p. 21, tradução nossa).

Assim como Socorro, Débora é estudante do IFG em período noturno, mas, diferente da primeira, tem uma visão favorável aos benefícios de transferência de renda. Sobre o governo, ela diz: “*É como se fosse minha mãe. É o que me dá tudo, não vou mentir. Muita gente reclama, mas não tenho do que reclamar. Não trabalho, não tem como eu trabalhar, porque ou trabalho, ou estudo. Então, tudo é do governo. Tudo que tem na minha casa é do governo. Meu café da manhã é do governo. Tudo eu dependo dele. Ele me ajuda em tudo, é minha mãe*”, diz.

Chama a atenção que as provisões do Estado apareçam como “ajudas”, ou vistas tal qual o apoio de uma “mãe”, e não em uma concepção de direitos assegurados, necessários à manutenção de condições de dignidade, cidadania, e que geram a possibilidade de ruptura da

²⁵ O Bolsa Família foi criado em 20 de outubro de 2003 pela Medida Provisória n. 132. Fonte: Site do Governo Federal.

pobreza intergeracional. Além disso, a menção ao governo como “mãe” justamente em uma entrevista sobre tarefas de cuidado que abordou o papel de Débora no amparo aos quatro filhos parece indicar que há uma relação entre a incidência frequente e contínua do governo em sua vida (como provedor de renda) e a responsabilidade familiar, refutando a separação entre público e privado, e aproximando Estado e família.

Contrariando a ideia de que haveria a intenção de manter o recebimento do benefício de forma indeterminada para não precisar trabalhar, Débora se empenha em usá-lo como oportunidade de transformação de sua realidade, uma vez que, em 2024, se formará como técnica de enfermagem no IFG, enquanto termina a graduação na mesma área feita com bolsa em uma faculdade particular: “[Quando acabar] é outro nível. Vou ser uma concursada na vida, com fé em Deus”.

O uso de referências familiares para tratar de relações de proximidade, nas quais há suporte financeiro ou emocional, seja com o Estado, seja com pessoas próximas, não acontece apenas no caso de Débora: em nossas entrevistas e na literatura, esses termos foram acionados como representação do vínculo entre cuidador e cuidado. Como mencionado durante a discussão teórica, Moreno (2019) observa na periferia paulista uma desnaturalização da noção de família, mesmo em vínculos remunerados, nos quais as cuidadoras são chamadas de “tias” ou “avós”. Essas conexões são atreladas à responsabilidade e às práticas sociais, independente das relações de parentesco vigentes, “sugerindo que o entendimento sobre a família passa também pelo cuidado frequente e continuado, pela responsabilidade com o cuidar” (Moreno, 2019, p. 208).

Nise, por exemplo, é chamada de “mãe” pela neta do meio, de quem cuida todas as semanas. “Geralmente, ela vem na quinta e vai embora domingo à noite. Porque a mãe dela estuda e diz que não tem com quem deixar”, explica. Esse é um dos fatores que contribui para suas questões de saúde mental discutidas ao longo dessa análise. “Cuidar dela me cansa porque chego do trabalho, ela está lá: ‘mãe, mãe’, **ela me chama de mãe, o tempo todo no pé**. Às vezes a paciência está pouca, e o cansaço é grande. Tem que ter paciência porque é só uma bebê. Hoje em dia, tudo está sendo cansativo para mim”, explica.

O deslocamento de relações de parentesco atrelado ao cuidado dentro e fora das famílias remete ao conceito de “outras mães”, aquelas que dão assistência às mães biológicas em arranjos mais ou menos formais dentro de uma comunidade. Essas “mães” podem ser tias, primas, avós, e vão além dos núcleos de família estendida, atuando de forma prática no cuidado diário, e também como referências para as crianças. Tais vínculos tradicionalmente estão

associados à proteção e amparo mútuo em grupos vulnerabilizados (James, 1993; Lawson, 2000). Essas relações se aproximam do que Faur chama de “*segundas mamás*” (segundas mães, em tradução livre), que, em Buenos Aires, são aquelas que frequentam os centros comunitários e se alternam nos cuidados das crianças (Faur, 2014).

A rotina de Socorro se organiza a partir desse suporte, pois seu filho mais novo frequenta a casa de “*uma senhora que cuida dele*”, dinâmica que começou a ser discutida no eixo de análise anterior. “*Quando ele está lá, eu tô tranquila. Ele gosta muito dela, inclusive, chama ela de mãe, né?*”, conta. “*Minha filha tem ciúmes. Eu não tenho, falo pra ela: ‘não precisa ter ciúmes não’.* Quando ele pegar maturidade, ele já sabe **que ela não é a mãe, que ela cuida**”.

A última frase de Socorro convida a uma reflexão sobre as situações em que há uma distinção entre *quem cuida* e *quem é a mãe*, quando esse cuidado é realizado de forma remunerada por alguém de fora do núcleo familiar. A idealização da maternidade está distante da realidade das mulheres pobres, pois esse modelo romantizado não se aplica à conjuntura daquela que “sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática”, nas palavras de Lélia Gonzalez (2020, p. 83). A delegação dos cuidados com filhos pequenos, como a feita por Socorro, é uma necessidade para garantir o sustento e a sobrevivência em condições precárias de renda e de desamparo estatal. Trata-se, portanto, de um cenário distinto daquele em que mulheres brancas contratam babás negras, nas quais há terceirização do trabalho reprodutivo com recortes de raça e classe, gerando dinâmicas de reprodução da desigualdade como as discutidas nos escritos da própria Lélia Gonzalez. Entendo, assim, que, embora ambas as situações considerem a terceirização do trabalho de cuidado de crianças pequenas, elas não possuem outras semelhanças entre si.

Ainda que distante da realidade das entrevistadas, a idealização do papel da mãe apareceu em algumas oportunidades ao longo das entrevistas. “*Eu queria ter aquele papel de mãe, mas virei tão grosseira, minha rotina já me transformou. Não consigo mais ser melosa. Amo meus filhos, mato um por causa deles, mas eu não consigo ser igual. Fico vendo aquela mãe que dá beijo, diz ‘tchau, meu filho’, não consigo. Queria mudar isso, mas acho que já é de mim, é tanta lapada da vida, que virei isso*”, diz Débora. Aqui ficam claras as tensões entre um ideal da maternidade e o exercício cotidiano do cuidado em condições desafiadoras.

Além de Socorro, também Samara e Leila têm filhos pequenos que frequentam creches de bairro diariamente. Nelas²⁶, em geral, uma família se responsabiliza por crianças da vizinhança no período em que suas mães estão no trabalho. É importante notar que, tal qual as mães que conciliam suas profissões com a criação dos filhos, as cuidadoras responsáveis por esses estabelecimentos também fazem “malabarismos” para equilibrar as demandas das próprias famílias com o cuidado de uma ou várias crianças. Novamente, o gênero aparece como eixo definidor da responsabilidade pelas necessidades de cuidado nos bairros vulneráveis (Faur, 2014).

Como em outras localidades, em Águas Lindas, esses locais têm horários de entrada e saída flexíveis, e a relação com as cuidadoras é de confiança e carinho, embora envolva também pagamento de mensalidades. *“Se não fosse ela cuidar dele bem pra mim, fico me perguntando como eu estaria trabalhando, o que que estaria fazendo na minha vida. Ela me ajuda muito, assim como ajudo ela. Talvez, o que eu pague pra ela não seja o suficiente porque uma criança dá muito trabalho”*, diz Socorro, que paga R\$ 500,00 mensais e manda comida, fruta, fralda e leite para o estabelecimento.

As creches domiciliares são as saídas encontradas pelas mulheres para voltarem ao trabalho após o nascimento dos filhos em situações em que não há redes de ajuda que possam amparar as crianças em tempo integral, tampouco estruturas públicas para acolhê-las. Segundo o site da Secretaria Municipal de Educação de Águas Lindas²⁷, na cidade, há 11 creches municipais que recebem crianças dos 4 meses aos 4 anos, e outras sete conveniadas, das quais cinco atendem crianças da mesma faixa etária e duas vão até os 6 anos de idade²⁸.

A rede, no entanto, não é suficiente para a demanda, visto que nenhuma das entrevistadas conseguiu matricular os filhos em creches públicas antes dos dois anos devido à falta de vagas. *“Aqui é muito difícil de creche. São poucas creches e muitas crianças, tem que correr atrás antes de o ano começar. Ai é difícil. A gente deixa para ir na escolinha, que já tem a primeira infância”*, explica Berenice, mãe de dois meninos menores de 5 anos, dos quais apenas o mais velho vai para a escola. Segundo o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de Goiás (Diagnóstico [...], 2023), em Goiás, cerca de um terço das crianças aguardam vagas em creches, enquanto dois terços estão matriculadas.

²⁶ Observo que não visitei as instituições ou conversei com essas cuidadoras, logo, a descrição desses espaços é baseada na percepção das entrevistadas e no aprofundamento teórico sobre o tema.

²⁷ Disponível em: <https://smeaguaslindas.com/endecreches/>

²⁸ A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei nº 9.394/96) estabelecem que a oferta de creches e pré-escolas no país é de responsabilidade dos municípios. Fonte: Site do Ministério da Educação, disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em 16 de nov. de 2023.

Além da quantidade de creches, é preciso observar a qualidade da oferta nesses estabelecimentos, pois, muitas vezes, as instituições públicas de regiões centrais e periféricas oferecem serviços distintos, que sofrem variações conforme o público que atendem (Faur, 2014). Nesse sentido, no Brasil, "o acesso de distintos grupos sociais às 'arenas de cuidados' é diferenciado, seja pela possibilidade de usufruir de cuidados, seja no que tange à sua qualidade" (Pereira, 2016, p. 16).

Em alguns estados e municípios, as creches de bairro são aventadas pelo próprio Estado como alternativas às estruturas públicas. No Distrito Federal, o governo sancionou em 2017 a lei que autoriza as creches domiciliares ou o trabalho de mãe crecheira "para atendimento alternativo de crianças de 0 a 4 anos de idade" (Distrito Federal, 2017). Em Águas Lindas, não há informações sobre a regularização desse trabalho, embora a lei municipal n. 1.395/2019 tenha instituído a data de 22 de abril no calendário oficial como o dia do funcionário de creche e da mãe crecheira. Não encontrei informações sobre o tema no site do governo do estado de Goiás.

De toda sorte, a maioria das creches residenciais, segundo depoimentos das entrevistadas, reportagens e pesquisas, atuam na informalidade, apoiadas pelas redes de mães. Samara explica: "*Na verdade, não é uma creche, é uma moça que ela e a família dela montaram uma crechezinha na casa, ela é cuidadora de crianças*". Como no caso de Socorro, sobressaem as relações de confiança, os horários flexíveis, a aproximação por indicação, e o reconhecimento do carinho com que as crianças são tratadas nesses estabelecimentos. Samara conta que o espaço recebe diariamente de bebês a crianças de até 12 anos desde 5h da manhã, e a mensalidade é de R\$ 400,00, mais a comida consumida. "*Todo mundo em que confio trabalha. Recebi indicação de uma amiga que começou a deixar o neném dela lá com 23 dias e ela cuidou de todas as crianças da família, então, fiquei bem confortável. Antes minha comadre ficava só com ele e agora ele tem convívio com outras crianças, já desenvolveu bastante depois que entrou*", diz.

As creches informais denotam a ausência do Estado representada pela falta de equipamentos para acolher as crianças e, conseqüentemente, dar flexibilidade às mães para que possam participar da força de trabalho remunerada. Apesar da possibilidade de regulamentação das mães crecheiras, a informalidade recorrente mostra que persiste uma ausência de normatização dos serviços alternativos por parte do Estado. Assim, a zona de informalidade apresenta-se novamente como nexos central das relações de cuidado.

No caso de Samara, a informalidade e a precariedade se alternam em várias dimensões: entre o período em que sua comadre não pôde mais ficar com seu bebê e a matrícula na creche de bairro, ela se desdobrou em faltas no serviço (descontadas de seu salário) e pediu o apoio de amigas, enquanto buscava por uma solução definitiva: *“sei lá, fiquei jogando o menino de um lado para o outro, para a minha cunhada, para a madrinha dele... foi muito triste”*. A creche comunitária solucionou esse desgaste, embora ela ainda seja onerada com o planejamento das refeições e transporte do filho diariamente. Mesmo absorvendo integralmente as demandas de cuidado em sua casa, quando Samara precisou de amparo para si, foram as relações de ajuda e amizade que lhe serviram de apoio: *“tive pré-eclâmpsia [na gestação], minha comadre largou o trabalho e ficou comigo, coisa que minha sogra não fez, que meu marido não fez. A loja é dele, podia passar um mês fechada, a gente tem uma condição boa, se ele quisesse ficar lá comigo, e ele não quis. Tudo foi ela. Ela me ajudou nos momentos em que mais precisei. Ela faltou uma semana de serviço, ficava comigo, ia trabalhar virada”*, lembra.

Entre as entrevistadas que não recorrem a creches informais, muitas contam que os filhos ficam sozinhos em casa nos períodos em que não estão nas escolas. Nesses casos, as mães preferem que eles estejam sós, vendo TV, do que nas áreas públicas, vistas como perigosas por causa da influência do tráfico de drogas. *“Fico ali o tempo todo, olhando, vigiando. Eles querem sair? Vamos. Querem brincar? Vamos. Sempre tô ali, sabe? Porque vai deixar esses meninos aí à toa, igual tem um monte, vai ser só mais um que vai ficar à toa, não dá”*, diz Emily sobre seus três meninos. Essa foi uma postura comum entre as entrevistadas: *“Realmente, meus filhos são totalmente trancados dentro de casa”*, conta Isabel sobre os gêmeos de 9 anos. Fabiana concorda, sobre o filho de 4: *“Sinto que meu filho, às vezes, fica preso no apartamento, né? Não tem um parque para caminhar, não tem uma pracinha pra levar meu filho com escorregador, brinquedos”*.

A falta de esportes e de outras atividades no contraturno escolar, bem como a ausência de espaços de convivência como parques, quadras, entre outros, foram as principais demandas das mães quanto à atuação do Estado. *“Não tem diversão em Águas Lindas para jovem de graça, tudo tem que ser pago”*, afirma Kelly, cujos filhos adolescentes se divertem frequentando um córrego perto de sua casa com os amigos. Ela sente falta de atividades no contraturno escolar: *“Um esporte oferecido pela prefeitura, pelo governo, porque os adolescentes e as crianças não têm nada para fazer”*. Leila concorda: *“gratuito é muito difícil aqui em Águas Lindas, tudo você tem que pagar, tudo”*.

Apesar de localizada no estado de Goiás, a cidade de Águas Lindas pertence à Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal (RME), o que ensejou muitas comparações entre as políticas públicas ofertadas para as crianças nas duas áreas, reforçadas pelo fato de que muitos residentes de Águas Lindas trabalham no Distrito Federal. Sobre as atividades extracurriculares, as participantes comentam: *“Lá na Ceilândia²⁹, o primo dele faz parte do bombeiro mirim de graça”*, diz Glória, ao constatar que o filho passa as tardes sozinho, vendo televisão, pois ela considera a rua um espaço perigoso. *“Aqui, você não encontra nada pra engajar seu filho no outro período [contraturno escolar]. O governo não oferece. Meu filho tem bolsa de inglês, mas ele faz lá em Brazlândia. É cinco anos, mas ele não paga nada. Tenho que sair daqui pra levar ele pra lá, sendo que aqui é tão grande o lugar, e não tem nada, nada, nada”*, diz Débora. O mesmo acontece com as observações sobre a estrutura do ensino público regular. *“Não tem colégio em tempo integral se você não pagar (...). Se tivesse mais creches boas, adequadas, igual lá pro DF, as meninas que trabalham lá [no salão], eu vejo elas falarem maravilhas, e [as crianças] ficam da hora que elas saem de casa até a hora que saem do salão, dá certinho. A gente não tem isso aqui”*, diz Fernanda.

O tempo de deslocamento para os empregos no DF também aparece reiteradamente nas falas quando pergunto sobre as ações do Estado que poderiam influenciar a realidade das mães e do cuidado dentro das famílias: *“A maioria trabalha no DF, sai de casa às sete da manhã e chega às oito da noite, minha nora mesmo chega quase às oito horas. Como que essa mãe vai cuidar dos filhos?”*, questiona Dona Aparecida. *“A mãe só tem o final de semana para ver o filho e estar dentro de casa. Se tivesse um serviço para trabalhar aqui, no município que mora, é melhor, mas não tem”*, conclui. Socorro pensa o mesmo sobre o papel do Estado: *“mais emprego, principalmente, perto de casa. Tenho que me deslocar para outra cidade para poder trabalhar. Se fosse no DF, já conseguiria alguma coisa [creche] pra ele. Aqui, não tem nada, entendeu? As creches daqui, não conheço, mas pelas informações que tenho são tudo superlotadas, então, preferi pagar alguém que conheço do que pôr meu filho numa creche que eu não ia ter confiança”*, diz.

Por fim, as demais demandas, com menor número de menções, foram relacionadas à infraestrutura, como no caso de Kelly, que mora em uma rua sem asfalto ou iluminação, e à saúde, esta segunda de forma positiva, já que várias entrevistadas citaram a atenção nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e a vacinação das crianças como parte das interações positivas que têm com o governo.

²⁹ Ceilândia e Brazlândia são regiões administrativas do Distrito Federal.

Assim, concluímos o terceiro eixo de análise, que tratou das percepções das entrevistadas sobre a participação do Estado nas demandas de cuidado de seus cotidianos. Logo a princípio, verificou-se certa dificuldade de identificação de como o Estado interfere em esferas da vida tradicionalmente vistas como privadas e isoladas, como as relações de cuidado e a maternidade.

Destacaram-se tanto visões positivas quanto negativas da participação do Estado nas rotinas relativas ao cuidar. Diferentemente do que se esperava, essas falas não demonstraram medo ou desconfiança de instituições como a polícia, embora saibamos que raça e classe são definidoras da segurança dos cidadãos ante essas instituições. As visões positivas do Estado foram vinculadas principalmente ao reconhecimento do governo como responsável pelo Programa Bolsa Família, que tem entre suas condicionantes ações vinculadas à reprodução da vida como a vacinação e a permanência na escola.

Verificou-se, ainda, que essa e outras provisões do Estado foram citadas como “ajudas”, ou como o apoio de uma “mãe”, em detrimento de uma concepção enquanto direitos assegurados pelas vias públicas para a manutenção da cidadania. O termo “mãe” apareceu em algumas falas de forma independente das relações de parentesco, indicando que o entendimento sobre a família passa também pelo cuidado frequente.

Os filhos de algumas entrevistadas frequentam creches de bairro, cuja informalidade denota a ausência de normatização dos serviços alternativos de cuidado, mantendo a zona de informalidade como nexos centrais das relações de cuidado. A falta de esportes e atividades no contraturno escolar foi a principal demanda das mães entrevistadas, que indicaram preferir que os filhos fiquem sozinhos em casa ao invés de frequentar as ruas, vistas como ambientes perigosos. Houve, ainda, sucessivas comparações às políticas e espaços de lazer disponíveis no Distrito Federal, demonstrando a capacidade das políticas públicas de influenciar a realidade das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação investigou as percepções das mulheres sobre como as tarefas de cuidado impactam sua inserção nos espaços públicos, situando as trocas cotidianas de famílias e vizinhanças como instâncias imprescindíveis para discutir a relação entre cuidado e democracia. A pesquisa analisou se e como, na visão delas, os cuidados “como ajuda” contribuem para que possam nutrir dimensões da vida além do trabalho reprodutivo.

Para tanto, o percurso de análise partiu da afirmação do cuidado como tema relevante para as pesquisas da Ciência Política e para as discussões sobre democracia. Situando o tempo e a renda como recursos fundamentais tanto para a prática do cuidado quanto para a participação democrática, buscou-se demonstrar como “os muros ou os tetos de vidro que delimitam a participação das mulheres na política são feitos da energia e do tempo que lhes é roubado pelo trabalho prestado aos mais próximos e à sociedade” (Biroli, 2018, p. 211).

Em seguida, considerando os impactos generificados da responsabilização pelo cuidado em sociedades com ampla desigualdade social e as estratégias de maternagem segundo o feminismo negro, o trabalho discutiu a importância do cuidado comunitário, que, por vezes, se apresenta como única saída para acolher as necessidades de famílias vulnerabilizadas. Essas trocas foram delimitadas pelo conceito de *cuidado como ajuda*, de Guimarães (2021), que define conexões baseadas no apoio mútuo, que têm a reciprocidade como principal moeda de intercâmbio.

A pesquisa é pautada pelo reconhecimento da inter-relação entre opressões simultâneas de gênero, raça e classe. É nessa perspectiva que os Capítulos 1 e 2, de revisão teórica, estão vinculados aos achados dos Capítulos 3 e 4, de análise empírica: o diálogo entre teoria e prática se fortalece quando a produção científica usa e produz referências tendo a rotina das mulheres como eixo fundamental para compreensão da realidade. Assim, a interseccionalidade e a epistemologia feminista operam como instrumentos de análise com implicações práticas e críticas considerando as múltiplas opressões que afetam as mulheres.

Posto que as “ajudas” são fundamentadas por privações que se reforçam mutuamente, e que a distribuição do cuidado mesmo dentro das famílias é influenciada por instâncias pessoais e estruturais, buscou-se conhecer como as mulheres entendem a relação entre as tarefas de cuidado que desempenham e seu acesso a esferas que vão além do ambiente doméstico. Para tanto, após a discussão teórica e exposição dos argumentos centrais nos dois primeiros capítulos, foram entrevistadas 17 residentes da cidade de Águas Lindas, Goiás, que têm tarefas

de cuidado como parte de suas rotinas, abordando como se dá a divisão de tarefas nos lares, bem como nas redes familiares e comunitárias de suas vidas, em diálogo com a literatura sobre responsabilização, democracia, politização dos espaços privados e maternidade.

A partir das falas mais emblemáticas das entrevistas e de sua relação com o debate teórico mobilizado, a análise foi dividida em três eixos de investigação complementares entre si: o primeiro trata dos reflexos coletivos do que acontece no ambiente doméstico, e vice-versa; o segundo está focado nas percepções das mulheres sobre os impactos do cuidado como ajuda; e o último debate como são percebidas essas dinâmicas ante as instituições públicas.

Como se esperava, a análise apontou que as mulheres, tanto as que sustentam seus lares quanto aquelas cujo parceiro é o principal provedor, são as mais responsabilizadas por tarefas domésticas e de reprodução da vida, indicando que essa divisão não depende de “quem fica em casa”. Destaca-se que as tarefas desempenhadas e os suportes oferecidos tanto pelos maridos das entrevistadas quanto pela ação do Estado foram compreendidos como “ajudas” ofertadas por esses dois entes, em vez de serem percebidos como obrigações, quando de parte dos esposos, ou como direitos, quando de parte do Estado. Entendo que essa forma de conceber a distribuição de tarefas indica, novamente, a predominância dos padrões de gênero na responsabilização pelo cuidado (*“ele me ajuda, mas a questão da casa, esquece. Quando chego, as meninas tão tudo banhadinhas, mas a casa tá de perna pro ar”*).

Verificou-se, ainda, a incidência da responsabilidade pelo cuidado sobre os recursos das mulheres: sobre a renda, pois, tendo ou não um companheiro, as entrevistadas mostraram-se responsáveis afetiva e financeiramente pela criação dos filhos (utilizando valores que poderiam dedicar a atividades que eventualmente impactariam seu convívio em espaços públicos); e sobre o tempo, pois a energia e as horas dedicadas ao cuidado tendem a dificultar o trabalho, o lazer e a qualificação profissional.

Gênero, raça e classe aparecem como critérios definidores da configuração do trabalho de cuidado. Somam-se a eles imposições familiares, sociais, e as implicações do neoliberalismo, refletidas na precarização do emprego, na redução dos equipamentos públicos e na atribuição de responsabilidades coletivas aos núcleos privados. É sintomático desse contexto que as entrevistadas tenham hesitado em responder o que poderia mudar para facilitar suas rotinas, demonstrando que os limites para o compartilhamento do cuidado, além da generificação das tarefas, estão ligados ao descolamento dessas demandas de qualquer responsabilidade coletiva, restringindo as formas pelas quais pensamos a justiça e a equidade na constituição da sociedade (Fineman, 2004).

Vale ressaltar que, apesar da constante preocupação de buscar uma abordagem interseccional, reconheço como uma limitação desta pesquisa a ausência de um maior aprofundamento nas complexas e fundamentais discussões teóricas e práticas sobre a incidência, importância e predominância das questões raciais no debate posto.

A investigação confirma argumentos apontados por pesquisas anteriores: a dificuldade de identificar as ajudas nas relações cotidianas (e compreendê-las como ações de cuidado), bem como de reconhecer como o Estado incide nas rotinas de cuidado e de maternidade. Nos dois casos, associo esses obstáculos ao fato de que tais esferas da vida tradicionalmente são vistas como privadas e isoladas, independentes de dinâmicas comunitárias ou estatais.

Tanto em famílias ampliadas, como nas vizinhanças e amizades, identificou-se a feminização das redes de cuidados. As trocas entre vizinhas de porta (ou a permuta de pequenos bens) mostraram-se essenciais para que parte das entrevistadas possam desempenhar funções rotineiras que extrapolam o trabalho doméstico e de cuidados, como ir às compras, estudar ou trabalhar (*“Sem ela, eu não poderia ter realizado meu sonho, porque outra pessoa, para eu pagar, ficaria muito caro”*). As características de solidariedade foram predominantes em todas as trocas relatadas pelas participantes da pesquisa. Mesmo quando pagas, as ajudas denotam o reconhecimento recíproco de vulnerabilidades entre as envolvidas.

Nessa configuração, destacou-se a discrepância entre a leveza dos familiares menos responsabilizados pelo cuidado (*“nada, nega. Se sujar todos os copos, ele vai beber água na panela. Ele não faz”*) e “pesos” que se impõem quando as mulheres querem se dedicar a outros interesses, o que determina a configuração da autonomia em contextos vulneráveis. As opções disponíveis a elas mostraram-se estreitamente vinculadas aos contextos em que estão inseridas, ou seja, quando o agente em questão é uma mulher pobre com acesso reduzido às políticas públicas e a recursos financeiros, a autonomia permanece atrelada às medidas de responsabilização pelo cuidado. Como já mencionado, os arranjos privados se comprovam injustos e, mesmo quando menos injustos, insuficientes.

Até o tempo disponível para o lazer, para criar amizades e vínculos de troca, ou, ainda, para reivindicar direitos, é comprometido por essas tarefas. Elas caracterizam os espaços de descanso desejados (uma viagem em família onde ainda desempenham tarefas de cuidado, por exemplo) e determinam as condições de isolamento e cansaço profundo das entrevistadas (*“já não faço coisas que gosto há muito tempo”, “exausta”, “sufocada”, “desamparada”, “vontade de sumir”*). A negação do descanso e da possibilidade de associação com outras mulheres em condições semelhantes é um dos reflexos da conjuntura neoliberal que amplia os desafios de

distribuição das responsabilidades e centraliza as alternativas para lidar com as necessidades de cuidado exclusivamente nos sujeitos e famílias.

É também consequência desse contexto a limitação dos horizontes considerados pelas entrevistadas para possíveis ações de reivindicação de direitos, que se mostraram incipientes em seus cotidianos. Mesmo assim, a partir da análise das respostas, argumento que, embora os exemplos de reivindicações individuais e coletivas tenham sido pontuais, as mulheres vulnerabilizadas têm capacidade de interpretação da própria experiência de opressão (Collins, 2019). Muitas delas se mostraram insatisfeitas com serviços públicos, com a conjuntura de seus trabalhos ou de suas famílias. Dessa forma, a ausência de protestos e contestações (nos padrões que conhecemos) não significa conformidade com a situação em que se encontram, mas reforça que os esforços coletivos demandam tempo, recurso político que, no caso das entrevistadas, é comprometido pelas tarefas de cuidado.

Contrariando minha expectativa inicial, as entrevistas não indicaram que há medo ou desconfiança de instituições públicas quando abordamos a participação do Estado nas rotinas relativas ao cuidar, embora saibamos que raça e classe são definidoras da segurança dos cidadãos ante essas instituições. As visões positivas do Estado foram vinculadas principalmente ao reconhecimento do Programa Bolsa Família, enquanto a falta de esportes e de atividades no contraturno escolar foram as principais ausências identificadas. Sem essas estruturas, as mães preferem que os filhos fiquem sozinhos em casa ao invés de frequentar as ruas, vistas como ambientes perigosos. Ao observar a conexão entre tarefas de cuidado e instituições públicas, fica evidente que a zona de informalidade permanece como nexos central das relações de cuidado.

Esses achados indicam que o cuidado, especialmente em seu viés comunitário, excede o relevante debate sobre trabalho reprodutivo, mostrando-se pertinente também às discussões sobre democracia, participação pública e responsabilização. As conexões entre as vivências das entrevistadas e a discussão teórica ascendente na América Latina sobre o cuidado mostram que o cotidiano das mulheres é pertinente à discussão política, e que é crescente a necessidade de aprofundar as análises sobre o cuidado em contextos de desigualdades. Não se pode pensar a democracia ou a vida das mulheres (e a conexão entre ambos) sem lidar com esses assuntos que, espero, sigam sendo pauta de outras investigações.

REFERÊNCIAS

- ÁGUAS LINDAS. Escolas Municipais de Águas Lindas de Goiás. **Site da prefeitura de Águas Lindas de Goiás**, 2022. Disponível em: <https://aguaslindasdegoias.go.gov.br/escolas-municipais-de-aguas-lindas-de-goias/>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- AGUIRRE, Rosario; BATTHYÁNY, Karina; GENTA, Natalia; PERROTTA, Valentina. Los cuidados en la agenda de investigación y en las políticas públicas en Uruguay. **Íconos**. Revista de Ciencias Sociales, v. 50, p. 43-60, 2014.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2020.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ARAÚJO, Anna Bárbara. Da ética do cuidado à interseccionalidade: caminhos e desafios para a compreensão do trabalho de cuidado. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 43–69, 2018.
- BATTHYÁNY, Karina. Las políticas y el cuidado en América Latina: una mirada a las experiencias regionales. **CEPAL - Serie Asuntos de Género**, n. 124, 2015.
- BATTHYÁNY, Karina *et al.* Cuidados Infantiles y Trabajo Remunerado en Tres Generaciones de Mujeres Madres de Montevideo: Los Recorridos de las Desigualdades de Género. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 4, e20170162, 2020.
- BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- BIANCONI, Giulliana. Mulheres na pandemia: Trabalhadoras domésticas denunciam patrões que suspenderam contrato de trabalho, mas negam direito à quarentena. **Mulheres na pandemia**, 2021. Disponível em: <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/domesticas-denunciam-patroes-contratos/>. Acesso em: 9 jul. 2022.
- BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 1, p. 7-38, 2012.
- BIROLI, Flávia; BALLESTRIN, Luciana. Neoliberalismo e desdemocratização na América Latina: contribuições teóricas desde a crítica feminista e democrática. **Anais do 13º Encontro da ABCP**. Goiânia-GO: Universidade Federal de Goiás, 2022.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

BONALUME, Cláudia Regina; TAVARES, Marie Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira; STOPPA, Edmur Antonio. Mulheres, trabalho e lazer no Brasil: entre tempos, gostos, desejos e a fruição de um direito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 2, e83799, p. 1-16, 2023.

BOUTELDJA, Houria. Raça, classe e gênero: uma nova divindade de três cabeças. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 2, n. 2, 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Complemento inédito sobre trabalho não remunerado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua**, 2016.

BRASIL. **Cuidar, Verbo Transitivo**: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023a. Versão preliminar. Organizadores: Fernanda Lira Goes *et al.* Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11842/2/Cap2_Equidade_Racial_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Cartilha do Programa Bolsa Família**. 2022. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Cartilha/Cartilha_Bolsa_Familia.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023

BRASIL. Reconstrução e dignidade ao povo brasileiro: Governo Federal celebra os 20 anos do Programa Bolsa Família. **Site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**, 20 out. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/reconstrucao-e-dignidade-ao-povo-brasileiro-governo-federal-celebra-os-20-anos-do-programa-bolsa-familia#:~:text=Em%20o%20de%20outubro%20de,criava%20o%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Suplemento Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade**, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015.

BROWN, Wendy. “Neoliberalism’s scorpion tail”. In: CALLISON, William; MANFREDI, Zachary. **Mutant neoliberalism**: market rule and political rupture. New York: Fordham University Press, 2020.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos**: Neoliberalism’s Stealth Revolution. Nova York: Zone Books, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CEPAL. **Cepal, hacia la construcción de sistemas integrales de cuidados en América Latina y el Caribe: elementos para su implementación**. ONU Mujeres y la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2021.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021**. Disponível em: http://pdad2021.codeplan.df.gov.br/static/downloads/relatorios/relatorio_DF.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COOPER, Melinda. **Family values: between neoliberalism and the new social conservatism**. New York: Zone Books, 2017

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DIAGNÓSTICO do Gaepe-GO aponta déficit de creches em Goiás. **Portal do TCE-GO**, 14 nov. 2023. Disponível em: <https://www.tcmgo.tc.br/site/2023/11/gaepe-go-creches/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

DIEESE. **Mulheres no mercado de trabalho em 2023**. Boletim especial 8 de março, Dia da Mulher, São Paulo, março de 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em: 01 maio 2023.

DI MARCO, Graciela. La transformación de los modelos de género y la democratización de las familias. In: SCHMUKLER, Beatriz; DI MARCO, Graciela. **Madres y democratización de la familia en la argentina contemporánea**. Buenos Aires: Biblos, 1997.

DISTRITO FEDERAL. **Lei n. 5.917, de 13 de julho de 2017**. Institui diretrizes para o Programa Creche Domiciliar no Distrito Federal, sob a responsabilidade de mãe crecheira. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/67a59339ab8049068402620ff53b12fd/Lei_5917_13_07_2017.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.917%2C%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE%202017&text=Institui%20diretrizes%20para%20o%20Programa,a%204%20anos%20de%20idade. Acesso em: 20 nov. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Material escolar**. 8 jan. 2020. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/material-escolar/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FAUR, Eleonor. **El cuidado infantil en el siglo XXI**: mujeres malabaristas en una sociedad desigual. 1. ed. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2014.

FAUR, Eleonor. La sociedad del cuidado: un horizonte feminista. **Revista Anfibia**, 29 nov. 2022. Disponível em: <https://www.revistaanfibia.com/la-sociedad-del-cuidado-un-horizonte-feminista>. Acesso em: 3 dez. 2022.

FEDERICI, Silvia. A militância é alegre porque a revolução é agora. Entrevista a Verónica Gago publicada no site **Outras Palavras**. Publicado em 06/04/2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/federici-a-militancia-e-alegre-porque-a-revolucao-e-agora/>. Acesso em: 14 maio 2023.

FERNANDES, Camila. “O tempo do cuidado. Batalhas femininas por autonomia e mobilidade. In: RANGEL, Everton; FERNANDES, Camila; LIMA, Fátima (Org.). **(Des)prazer da norma**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018, p. 297-320.

FERNANDES, Camila. “**Ficar com**”: parentesco, criança e gênero no cotidiano. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

FERREIRA, Lina Penati; MARIANO, Silvana. Estratégias de cuidado em contextos de pobreza: as experiências de mulheres negras em Salvador. **Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS, GT20 - Gênero, família e a crise do cuidado**. 2020.

FERRITO, Bárbara; MAEDA, Patrícia. Na pandemia, por que serviço doméstico é classificado como essencial? **Carta Capital**, 28 maio 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/na-pandemia-por-que-servico-domestico-e-classificado-como-essencial/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

FINEMAN, Martha A. **The Autonomy Myth**: Lies We Tell Ourselves about Dependency and Self-sufficiency. New York: The New Press, 2004.

FONTOURA, Natália *et al.* Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 11-46, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023.

FRASER, Nancy. Legitimation Crisis? On the Political Contradictions of Financialized Capitalism. **Critical Historical Studies**, n. 2, p. 157-189, 2015.

FRASER, Nancy. “Contradictions of Capital and Care”. **New Left Review**, n. 100; July/august 2016, p. 99-117.

FRASER, Nancy; ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. **Feminismo para os 99%**. Um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GARCÍA, Ana Gúezmes; VAEZA, María-Noel. (Coord.), “**Avances en materia de normativa del cuidado en América Latina y el Caribe: hacia una sociedad del cuidado con igualdad de género**”, Documentos de Proyectos (LC/TS.2022/175), Santiago, CEPAL e ONU-Mujeres, 2022.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Relatório Sem Parar**: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia, 2020. Disponível em: https://mulheresnapanemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Nadya. **Os circuitos do cuidado**. Reflexões a partir do caso brasileiro. Congress of the Latin American Studies Association - LASA Boston, 2019.

GUIMARÃES, Nadya. Os múltiplos fios que tecem as relações de cuidado. In: ANGOTTI, Bruna; CORRÊA VIEIRA, Regina Stela (Org.). **Cuidar, verbo coletivo**: diálogos sobre o cuidado na pandemia da Covid-19. Joaçaba: Editora Unoesc, 2021.

GUIMARÃES, Nadya; VIEIRA, Priscila. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 7-24, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, p. 7-41, 1995.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HITA, Maria Gabriela; DUCCINI, Luciana. Exclusão social, desafiliação e inclusão social no estudo de redes sociais de famílias pobres soteropolitanas. In: ZICCARDI, Alícia (Comp.). **Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social**: los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI. Bogotá, Siglo del Hombre Editores, Clacso-Crop, 2008, p. 181-212.

hooks, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

IPEC. **Panorama das classes ABCDE**. 2022. Disponível em: <https://gente.globo.com/infografico-pesquisa-panorama-das-classes-abcde/>. Acesso em: 18 out. 2023.

JAMES, Stanlie M. “Mothering: A Possible Black Feminist Link to Social Transformation?” In: JAMES, Stanlie M.; BUSIA, Abena P. A. **Theorizing Black Feminisms**: The Visionary Pragmatism of Black Women. New York, NY: Routledge, 1993, p. 44–54.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LAWSON, Erica. Black Women's Mothering in a Historical and Contemporary Perspective. In: Understanding the Past, Forging the Future: Journal of the Association for Research on Mothering. 2000.^[RC2]

LORDE, Audre. “Mulheres negras: As ferramentas do mestre nunca irão desmantelar a casa do mestre”. **Geledés**, 10 jul. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/>. Acesso em: 17 set. 2023.

LOREY, Isabell. “**Precarisation and care-citizenship**”. Griffith Law Review, 2019.

MACEDO, Vitória. Mulheres da geração sanduíche, que cuidam de pais e filhos, estão sobrecarregadas com múltiplas tarefas. **Folha de São Paulo**, 2 nov. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrio/2023/11/mulheres-da-geracao-sanduiche-que-cuidam-de-pais-e-filhos-estao-sobrecarregadas-com-multiplas-tarefas.shtml>. Acesso em: 4 nov. 2023.

MARCONDES, Mariana Mazzini. **A corresponsabilização do Estado pelo cuidado**: uma análise sobre a política de creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho. 172 f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MARCONDES, Mariana Mazzini. **Transversalidade de gênero em políticas de cuidado**: uma análise comparada das políticas de cuidado infantil no Brasil, Argentina e Uruguai durante o giro à esquerda - Tese (doutorado CDAPG) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2019.

MARCONDES, Mariana Mazzini. Transversalidade de gênero nas políticas de cuidado. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 3, set.-dez. 2020.

MARTINS, Heloisa Helena. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6Y8dcfxYKPXWmyyZmhF5yph/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MIES, Maria. **Investigación sobre las mujeres o feminista?** El debate en torno a la ciencia y la metodología feministas. México DF: UAM-X, CSH; 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, 2012.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. **Entre a família, o Estado e o mercado**: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado. São Paulo, 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

MOTA, Fernanda Ferreira. **Gênero, raça e classe**: a desigualdade à democracia do cuidado. 2018. 211f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

PAUTASSI, Laura. Cuidado y derechos: la nueva cuestión social. In: VIRREIRA, Sonia Montañó; MAGAÑA, Coral Calderón (Coord.). El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo. Santiago: CEPAL, 2010. LC/G.2454-P. p. 69-92

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Economia dos cuidados**: marco teórico-conceitual. Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea, 2016.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 339-363, 2011.

PRECARIAS A LA DERIVA. A la deriva por los circuitos de la precariedad femenina. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

QUINTELA, Débora. **Maternidade e ativismo político**: a luta de mães por democracia e justiça. (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, 2017.

ROCHA, Luciane de O. **Outraged Mothering**: Black Women, Racial Violence, and the Power of Emotion in Rio de Janeiro's African Diaspora. Tese de Doutorado. The University of Texas at Austin. Austin: 2014.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 399-431, 2012.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/H5rJm7gXQR9zdTJPBf4qRTy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2022.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, v. 18, p. 1-5, 2012.

SEGURA A CURVA DAS MÃES. Website. Disponível em: <https://seguraacurvadasmaes.org/>. Acesso em: 10 set. 2020.

SILVA, Carmen. Inquietações feministas: desafios metodológicos e epistemológicos nos processos de pesquisas. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 21, 2015.

SPINELLI, Letícia M. Contra uma moralidade das mulheres: a crítica de Joan Tronto a Carol Gilligan. **Ethic@**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, v. 18, n. 2, p. 245-262, set. 2019.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 478-491, Aug. 2013.

SORJ, Bila. Políticas sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do care. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 107-128, Apr. 2016.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007.

STACK, Carol. Roles sexuales y estrategias de supervivencia en una comunidad negra urbana. In: FABARDO, Mercedes (Ed.). **Feminismos negros: una antología**. Madrid, Espanha: Traficantes de sueños, 2012 [1974]. p. 187-206

STOPPA, Edmur A.; ISAYAMA, Hélder F. (Org.). **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas: Autores Associados, 2017.

SOUZA, Murilo. Governo publica medida provisória com regras do novo Bolsa Família. Site da Câmara Legislativa, 2 mar. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/942301-governo-publica-medida-provisoria-com-regras-do-novo-bolsa-familia>. Acesso em: 15 nov. 2023.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2021.

THINK OLGA. **Pesquisa Esgotadas**. 2023. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/esgotadas/>. Acesso em: 30 out. 2023.

TRONTO, Joan. **Caring Democracy: Markets, Equality, and Justice**. New York and London: New York University Press, 2013.

TRONTO, Joan. There is an alternative: homines curans and the limits of neoliberalism. **International Journal of Care and Caring**, Volume 1, Number 1, March 2017.

TRONTO, Joan C. **Moral Boundaries: a political argument for an ethic of care**. New York: Routledge, 2009.

UNICEF. Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF. **Unicef**, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>. Acesso em: 13 jan. 2023.

VIGOYA, Mara Viveros. “La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación”. **Debate Feminista**, n. 52, p. 1-7, 2016.

ZALUAR, Alba. “Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas” In: CARDOSO, Ruth. (Org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 107-125.

ZANATTA, Jacir Alfonso; COSTA, Márcio Luis. Algumas reflexões sobre a pesquisa qualitativa nas ciências sociais. **Estud. pesqui. Psicol.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 344-359, 2012.

ZANELLO, Valeska; ANTLOGA, Carla; PFEIFFER-FLORES, Eileen; RICHWIN, Iara Flor. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. **Rev. Estud. Fem.**, v. 30, n. 2, 2022.

ZIBECCHI, Carla. Organizaciones comunitarias y cuidadoras: reconfiguración de responsabilidades en torno al cuidado infantil. In: PAUTASSI, Laura; ZIBECCHI, Carla (Org.) **Las fronteras del cuidado**: agenda, derechos e infraestructura. Colección Derechos sociales y políticas públicas. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2013.

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista

Perguntas	Objetivos
<p>-Nome, idade, cor/raça, estado civil; -Nível educacional, ocupação; -Possui renda própria? Qual a contribuição de sua renda para o lar? -Quantas pessoas moram na sua casa? Qual o nome e idade dos seus filhos?</p>	<p>Identificação dos marcadores sociais e sua incidência na responsabilização pelo cuidado</p>
<p>-Atualmente você é responsável por cuidar de outra pessoa? Quem são as pessoas de quem você cuida? -Quem te ajuda com esses cuidados? -Quem faz o trabalho doméstico e de cuidados na sua casa? -Como é a rotina dos seus filhos (ou outra pessoa de quem a entrevistada cuida) e quem cuida deles quando não estão na escola? -O que poderia mudar para facilitar sua rotina de cuidados da casa e dos filhos? -Qual a tarefa de casa ou de cuidados mais cansativa da sua rotina?</p>	<p>Demandas de cuidado da entrevistada e percepção de responsabilização</p>
<p>-A escola/creche dos seus filhos é pública, comunitária ou privada? -Você é beneficiária de algum programa social de transferência de renda? -Como o governo entra na sua vida como mãe? -Como o governo poderia te ajudar nessas tarefas de cuidado da casa e das crianças? Se necessário: você sente falta de algo na escola, em espaços públicos ou de atividades extracurriculares?</p>	<p>Percepção da oferta pública.</p>
<p>-Como as tarefas de cuidado impactam no tempo que você tem disponível para tarefas fora de casa? -Você tem apoio de vizinhas, parentes, e da comunidade no cuidado com seus filhos? Como é esse apoio? <u>Se sim:</u> -Essas ajudas são importantes para a sua rotina? Por quê? -Tem algo diferente que você faz por ter essas ajudas? -O que você deixaria de fazer se não tivesse essas ajudas? -Como acontece o pagamento dessas ajudas? <u>Se não:</u> -Por que não? Isso te faz falta?</p> <p>-Você faz parte de associação comunitária, clube, igreja, cooperativa, movimento social, ou outros? -Se sim, como é a divisão de tarefas de cuidado dentro desses grupos? -Você conversa com as pessoas que te ajudam nas tarefas de cuidado? Como são esses diálogos?</p>	<p>Dialogar sobre o impacto das relações comunitárias</p>
<p>-Quando você não tem ajuda para as tarefas de cuidado, te falta alguma coisa? -O que significa não ter ajuda?</p>	<p>Sentidos atribuídos ao cuidado pelas entrevistadas.</p>

<p>-O que você deixaria ou deixa de fazer por não ter ajuda?</p> <p>-Você já reivindicou algo que você e outras mulheres poderiam fazer para mudar essas dificuldades?</p> <p>-Como a comunidade poderia te ajudar nessas tarefas?</p> <p>-Como seu empregador poderia te ajudar nessas tarefas?</p>	
--	--